

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PROSS

KAYNARA ANANDA ZANITH

SERVIÇO SOCIAL E DIVERSIDADE HUMANA: aproximações ao estudo
de gênero e tendências teórico-metodológicas

São Cristóvão – SE
2025

KAYNARA ANANDA ZANITH

SERVIÇO SOCIAL E DIVERSIDADE HUMANA: aproximações ao estudo
de gênero e tendências teórico-metodológicas

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (PROSS/UFS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Vera Núbia Santos

Linha de Pesquisa: Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Z31s	Zanith, Kaynara Ananda Serviço social e diversidade humana: aproximações ao estudo de gênero e tendências teórico - metodológicas / Kaynara Ananda Zanith ; orientadora Vera Núbia Santos. – São Cristóvão, SE, 2025. 154 f.; il. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2025. 1. Serviço social. 2. Diversidade de gênero. 3. Estudos de gênero. 4. Serviço social - Estudo e ensino. 5. Gênero. 6. Feminismo. I. Santos, Vera Núbia, orient. II. Título. CDU 364.6:305
------	---

KAYNARA ANANDA ZANITH

SERVIÇO SOCIAL E DIVERSIDADE HUMANA: aproximações ao estudo
de gênero e tendências teórico-metodológicas

Aprovada em: 30/05/2025

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Vera Núbia Santos (Orientadora)
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Prof.^a Dr.^a. Silvana Mara de Moraes dos Santos (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Prof.^a Dr.^a. Flavia Augusta Santos Lopes (Examinadora Interna- Suplente)
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Prof.^a. Dr.^a. Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Sergipe - UFS

*Sergipe — pedaço de chão que desafia a medida
dos mapas, sua grandeza se revela no gesto
atento, na lucidez cotidiana e no abraço generoso
de quem acolhe quem chega {...}!*

(São Cristóvão/SE)

RESUMO

A dissertação analisa as tendências teórico-metodológicas do Serviço Social brasileiro em suas aproximações com os estudos de gênero, no contexto do avanço de perspectivas pós-estruturalistas de caráter identitário no âmbito profissional. Fundamentada no materialismo histórico-dialético e no feminismo marxista, a investigação examinou 54 trabalhos apresentados em dois grandes eventos da categoria, o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizados em 2022. Trata-se de eventos promovidos pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), entidades representativas de grande importância para a categoria profissional, seja na formação, na orientação ou na fiscalização do exercício profissional, e que contam com significativa participação de assistentes sociais na apresentação de trabalhos. O estudo, de caráter documental e qualitativo, realizado por meio de revisão integrativa, revela um aumento no número de trabalhos que articulam gênero com as categorias de classe raça e sexualidade, ao mesmo tempo em que identifica uma maior incidência de análises desconectadas da totalidade social, com a presença de perspectivas identitárias em detrimento de abordagens materialistas da teoria social. Esses achados evidenciam tensões entre o projeto ético-político profissional e as tendências teóricas em curso, particularmente em um contexto de crise estrutural do capital e de recrudescimento conservador que impacta diretamente os direitos humanos. Observa-se que a incorporação da categoria gênero no Serviço Social brasileiro contemporâneo tem se dado de forma fragmentada, exigindo maior rigor na articulação com os fundamentos teórico-metodológicos da profissão, a fim de responder aos desafios postos pela realidade. Defende-se, portanto, que as aproximações teórico-metodológicas do Serviço Social brasileiro com o debate de gênero devem incorporar a perspectiva da diversidade humana, compreendendo as determinações da vida cotidiana por meio de interpretações que considerem a totalidade e as contradições da realidade social. Tal abordagem deve contemplar a complexidade do caráter histórico do ser social, seu aspecto sociável e individual, e a dimensão política da luta de classes, a partir da conformação estrutural de uma sociedade patriarcal, racista e capitalista.

Palavras-Chave: Gênero. Diversidade Humana. Serviço Social. Projeto Profissional. Tendências teórico-metodológicas.

RESUMEN

La tesis analiza las tendencias teórico-metodológicas del Servicio Social brasileño en sus aproximaciones a los estudios de género, en el contexto del avance de las perspectivas posestructuralistas de carácter identitario en el ámbito profesional. Basada en el materialismo histórico-dialéctico y el feminismo marxista, la investigación examinó 54 trabajos presentados en dos grandes eventos de la categoría, el Encuentro Nacional de Investigadores en Trabajo Social (ENPESS) y el Congreso Brasileño de Asistentes Sociales (CBAS), celebrado en 2022. Se trata de eventos promovidos por la Asociación Brasileña de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social (ABEPSS) y por el Consejo Federal de Trabajo Social (CFESS), entidades representativas de gran importancia para la categoría profesional, ya sea en la formación, la orientación o la supervisión del ejercicio profesional, y que cuentan con una participación significativa de asistentes sociales en la presentación de trabajos. El estudio, de carácter documental y cualitativo, realizado mediante una revisión integrativa, revela un aumento en el número de trabajos que articulan el género con las categorías de clase raza y sexualidad, al tiempo que identifica una mayor incidencia de análisis desconectados de la totalidad social, con la presencia de perspectivas identitarias en detrimento de los enfoques materialistas de la teoría social. Estos hallazgos evidencian tensiones entre el proyecto ético-político profesional y las tendencias teóricas actuales, particularmente en un contexto de crisis estructural del capital y de recrudecimiento conservador que impacta directamente en los derechos humanos. Se observa que la incorporación de la categoría de género en el Servicio Social brasileño contemporáneo se ha producido de forma fragmentada, lo que exige un mayor rigor en la articulación con los fundamentos teórico-metodológicos de la profesión, con el fin de responder a los retos que plantea la realidad. Por lo tanto, se defiende que los enfoques teórico-metodológicos del Trabajo Social brasileño con el debate de género deben incorporar la perspectiva de la diversidad humana, comprendiendo las determinaciones de la vida cotidiana a través de interpretaciones que consideren la totalidad y las contradicciones de la realidad social. Este enfoque debe contemplar la complejidad del carácter histórico del ser social, su aspecto sociable e individual, y la dimensión política de la lucha de clases, a partir de la conformación estructural de una sociedad patriarcal, racista y capitalista.

Palabras clave: Género. Diversidad humana. Trabajo social. Proyecto profesional. Tendencias teórico-metodológicas.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Estudo e Pesquisa em Serviço Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselhos Regionais de Serviço Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DSS	Divisão de Segurança, Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores do Serviço Social
FAPITEC	Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
GTPs	Grupos Temáticos de Pesquisa
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-Binários e Outros
MPF	Ministério Público Federal
NIEG	Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero
ONGs	Organizações Não Governamentais
PGP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFAs	Unidades de Formação Acadêmica
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFV	Universidade Federal de Viçosa

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos trabalhos publicados nos anais do ENPES e do CBAS (2022) com o descritor “gênero”	26
Tabela 2 – Rendimento Bruto Geral considerando todos os vínculos empregatícios.....	59
Tabela 3 – Rendimento Bruto Geral considerando gênero.....	60
Tabela 4 - Definições da categoria gênero no CBAS e ENPES de 2022.....	100
Tabela 5 - Tendências teórico-metodológicas no CBAS e ENPES de 2022.....	105

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
1.1 Procedimentos metodológicos da pesquisa	23
2 GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: ENTRE CONTRADIÇÕES E CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS.....	28
2.1 Desconstruindo o patriarcado: uma análise fundamental de gênero.....	29
2.2 Divisão social e sexual do trabalho.....	41
2.3 Trabalho feminino? Gênese e desenvolvimento do Serviço Social.....	51
2.4 Feminismo marxista e Serviço Social.	61
3 DIVERSIDADE HUMANA NUMA PERSPECTIVA DE TOTALIDADE: APROXIMAÇÕES TEÓRICO-POLÍTICO-METODOLÓGICAS	68
3.1 Diversidade humana: entre determinações materiais e produções subjetivas	69
3.2 Pluralismo, Serviço Social e diversidade humana.....	78
3.3 Serviço Social e produção do conhecimento.....	87
3.4 Análise do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS e do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS.....	93
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 113
REFERÊNCIAS.....	120
APÊNDICES	

1 INTRODUÇÃO

O período da ditadura Civil-militar brasileira (1964-1985), marcado por ataques aos direitos sociais, pela censura e intensa repressão estatal, criou um contexto autoritário que paradoxalmente impulsionou a organização de diversos movimentos sociais. Diante dessa realidade, a sociedade civil mobilizou-se em torno da luta pela redemocratização, pela transformação das estruturas sociais vigentes e pela necessidade do reconhecimento da diversidade humana (Santos, 2019). Nesse cenário de tensões políticas, econômicas e sociais — onde as disputas jamais se davam de forma pacífica — o movimento feminista brasileiro ganhou força especialmente nas décadas de 1970 e 1980, articulando reivindicações como o direito ao aborto, igualdade no mundo do trabalho e o enfrentamento à violência de gênero. Essas pautas somaram-se às demais demandas da classe trabalhadora, expressas através de movimentos sociais, como o movimento negro, o movimento indígena, o movimento LGBTQIAPN+, além de mobilizações da sociedade civil em defesa da justiça socioambiental (Santos, 2019).

Nesse contexto, o feminismo desempenhou papel fundamental nos estudos de gênero no Brasil. Inicialmente influenciados por correntes feministas internacionais e latino-americanas, esses estudos concentraram-se, em um primeiro momento, na denúncia da opressão contra as mulheres. Com o tempo, passaram a incorporar outras determinações sociais, como classe, raça e sexualidade, reconhecendo que tais relações estão imbricadas por múltiplas formas de exploração e opressão. Diversos textos foram traduzidos para o português, e autoras e autores como Joan Scott, Gayle Rubin, Judith Butler e Michel Foucault, dentre outros, passaram a ser amplamente estudados nos circuitos acadêmicos (Oliveira, 2021). Essa ampliação conferiu maior complexidade e densidade ao campo teórico, permitindo avanços nas abordagens críticas sobre a estrutura da sociedade capitalista e suas formas de dominação.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990 os estudos de gênero consolidaram-se no campo acadêmico brasileiro, impulsionados pela ampliação dos programas de pós-graduação e pela institucionalização de grupos de pesquisa nas universidades. A produção teórica passou a influenciar políticas públicas, legislações, movimentos sociais e ONGs, demonstrando sua relevância social. No início, as pesquisas concentravam-se nas ciências sociais e na antropologia, abordando as relações de gênero sob uma perspectiva culturalista. Posteriormente, expandiram-se para outras áreas do conhecimento, como a educação, a

psicologia, o direito e, de modo significativo, o Serviço Social, em que tais debates passaram a ocupar gradativamente um espaço relevante na produção teórica e nas práticas profissionais.

No âmbito do Serviço Social, Oliveira (2020) destaca que o debate sobre a condição das mulheres e as desigualdades de gênero não constitui uma discussão recente. Entre os anos de 1975 e 1997, os estudos de gênero e sobre mulheres já ocupavam espaços no campo acadêmico da área. Antes mesmo da promulgação da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), Nobuco Kameyama (1997) já analisava a temática da violência contra a mulher, com base em publicações de autores da área veiculadas em periódicos como a Revista Estudos Feministas e Cadernos Pagu.

Segundo a autora, embora nos anos 1980, “com a implementação dos cursos de pós-graduação em Serviço Social, os estudos sobre mulheres e gênero ainda apresentavam inserção tímida”, nas décadas seguintes o tema foi gradualmente ganhando espaço nas discussões. Esse processo marcou as linhas de pesquisa e áreas de concentração em diversos programas de pós-graduação, evidenciando-se nas múltiplas formas de produção do conhecimento, como teses, dissertações, eventos da área e artigos (Oliveira, 2020, p. 115). A autora demonstra que, nos cursos de graduação, os estudos de gênero muitas vezes estão restritos a disciplinas optativas — quando presentes — mas é na pós-graduação que se observa um avanço significativo. As investigações científicas e os núcleos de pesquisa voltados para essa temática indicam, segundo a pesquisa da autora, um processo de consolidação e amadurecimento do debate no Serviço Social (Oliveira, 2020).

Essa configuração da formação profissional, analisada por Oliveira (2020), ressoa profundamente em minha trajetória acadêmica. Como graduanda em Serviço Social, na Universidade Federal de Viçosa, tive contato com os estudos de gênero apenas nos períodos finais do curso, por meio de uma disciplina optativa que abordava o tema de forma fragmentada em relação aos fundamentos teórico-metodológicos da profissão. No entanto, minha experiência como bolsista no Programa de Extensão ‘Casa das Mulheres¹’ representou um ponto de inflexão, permitindo articular teoria e prática através do projeto de pesquisa ‘Serviço Social e Feminismo: democratizando conhecimento sobre os direitos sociais’. Vinculado a um dos eixos estratégicos do Programa, esse projeto fomentou a construção de ações contra a violência de gênero, estabelecendo uma ponte entre produção acadêmica e as

¹ O Programa Casa das Mulheres é uma parceria entre a Universidade Federal de Viçosa - UFV, por meio do Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero – NIEG e da Defensoria Pública do município de Viçosa -MG, que realiza o enfrentamento a violência doméstica e sexual contra as mulheres. Para mais informações do trabalho incrível realizado pela Casa das Mulheres, acesse: <<https://programacasadasmulheres.blogspot.com/>>.

demandas comunitárias — processo que não apenas enriqueceu minha formação, mas exemplifica concretamente as possibilidades de integração entre os estudos de gênero e o exercício profissional.

A relação entre a teoria e a prática profissional revelou-se crucial para a compreensão dos estudos de gênero. Durante o Estágio Supervisionado Obrigatório na Divisão de Segurança, Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida (DSS)² — setor responsável pelas políticas de saúde e qualidade de vida dos servidores da UFV, deparei-me, de forma não planejada, mas reveladora da realidade cotidiana, com casos de violência doméstica e de gênero durante atendimentos e visitas domiciliares. Embora não constituíssem a demanda central do estágio, essas experiências foram decisivas para compreender a desigualdade de gênero como fenômeno estruturalmente articulado com determinações de classe e raça.

Essas vivências converteram-se no impulso acadêmico para desenvolver meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado ‘Aproximações ao Estudo de Gênero no Serviço Social brasileiro na contemporaneidade’. Na pesquisa, analisei os artigos publicados na Revista Serviço Social & Sociedade entre 2011 a 2021. Os resultados revelaram um paradoxo: apesar dos avanços institucionais — especialmente após a criação do Grupo de Trabalho e Pesquisa (GTP³) ‘Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades’, pela ABEPSS em 2010 — a incorporação da categoria gênero aparece apenas como um recorte do debate central dos artigos. Essa posição quantifica-se de forma expressiva: apenas 22 dos 322 artigos publicados na década (6,8%) abordam diretamente a temática, confirmando tanto minha percepção inicial durante o estágio quanto as lacunas apontadas por Oliveira (2020) na formação profissional. É com base nessas reflexões iniciais e, em outras que vão ser explicitadas a seguir, as razões para no mestrado eleger como objeto de pesquisa a produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro sobre a categoria gênero, com ênfase nas tendências teórico-metodológicas adotadas por assistentes sociais e pesquisadores(as) da área.

Essa aparente contradição entre os dados quantitativos do período analisado na pesquisa do TCC — que revelam a tímida presença dos estudos de gênero na produção

² A Divisão de Segurança, Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida (DSS) está vinculada à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PGP) essa que faz parte de uma unidade associada à reitoria que tem como atribuição a responsabilidade de executar e avaliar as ações administrativas e as políticas de gestão das pessoas que contribuem para a realização dos objetivos e finalidades institucionais na Universidade Federal de Viçosa.

³ Os GTPs — Grupos Temáticos de Pesquisa da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social — ABEPSS, tem como objetivo propiciar um espaço dinâmico, efetivo de elaboração, produção e circulação do conhecimento de pesquisadores da área de Serviço Social e afins e temas de relevância social.

acadêmica da área — e os avanços institucionais representados pela criação do GTP em 2010, expressa a dinâmica complexa de um campo profissional em transformação. Ainda que, naquele momento, a incorporação teórica da categoria gênero se apresentasse de forma incipiente — com apenas 22 artigos publicados sobre o tema ao longo de uma década na Revista Serviço Social & Sociedade — já se observavam movimentos significativos no plano institucional em resposta às demandas históricas dos movimentos sociais.

Oliveira (2021) analisa precisamente esse processo ao destacar que o crescimento das pesquisas sobre relações sociais de gênero e raça impulsionou a criação do GTP ‘Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades’. Esse grupo passou a reivindicar a inclusão obrigatória dessas temáticas nas Unidades de Formação Acadêmica (UFAs). Segundo o GTP, tal incorporação deve ocorrer preferencialmente antes ou durante o estágio supervisionado, dada sua relevância para a instrumentalidade profissional. Esse marco representa um avanço significativo, uma vez que o grupo passou a sistematizar análises sobre as vivências de mulheres, pessoas racializadas e LGBTQIAPN+, formalizando o diálogo com os movimentos sociais e reafirmando os princípios do projeto ético-político do Serviço Social, especialmente aqueles que expressam o compromisso com a eliminação de todas as formas de preconceito, a valorização da liberdade como valor ético central e com a defesa intransigente dos direitos humanos (Oliveira, 2021) e (CFESS, 1993).

Não se trata, contudo, de um ponto de partida, mas de um desdobramento de lutas históricas. Como ressalta Oliveira (2021), antes mesmo da criação do GTP, o Conjunto CFESS/CRESS e a ENESSO já atuavam na viabilização e no fortalecimento dessas pautas — seja por meio de campanhas ou por resoluções que afirmam o compromisso profissional com o reconhecimento da diversidade humana e com o enfrentamento das opressões. Essa trajetória revela que, mesmo diante das contradições inerentes ao processo de institucionalização, a profissão tem avançado no diálogo permanente com os movimentos sociais e reafirmando seu compromisso com a transformação social e com a superação das formas de dominação de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade. Exemplos desse posicionamento político podem ser observados em “campanhas como ‘*O Serviço Social mudando o rumo da história: reagir contra o racismo é lutar por direitos*’ (2005), ‘*O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito*’ (2006), e ‘*Assistentes sociais no combate ao racismo*’ (2017–2020)”. Em 2016, a série ‘*Assistente Social no*

combate ao preconceito’ ampliou essa atuação ao abordar o racismo, a transfobia e o estigma relacionado ao uso de drogas (Oliveira, 2021, p.18).

Além das campanhas, o Conjunto CFESS também consolidou avanços normativos fundamentais por meio de resoluções que orientam a prática profissional, desde o acolhimento institucional até a formulação e defesa de políticas públicas. A Resolução CFESS nº 489/2006, por exemplo, estabelece a vedação de condutas discriminatórias ou preconceituosas, regulamentando o princípio ético da não discriminação previsto no Código de Ética Profissional. Já a Resolução CFESS nº 615/2011 assegura o direito ao uso do nome social por assistentes sociais travestis e transexuais em documentos profissionais, reconhecendo suas identidades de gênero. A Resolução CFESS nº 845/2018 regulamenta a atuação profissional no processo transexualizador, reforçando o posicionamento da categoria pela despatologização das identidades trans. Por sua vez, a Resolução CFESS nº 1.054/2023 proíbe atos discriminatórios e preconceituosos de cunho étnico-racial no exercício profissional, conforme os princípios II, VI e XI do Código de Ética do Serviço Social (CFESS nº 273/1993).

Essa progressão normativa, entre 2006 e 2023, evidencia como a profissão tem respondido às demandas históricas dos movimentos feministas, LGBTQIAPN+ e dos movimentos étnicos/raciais, transformando princípios éticos em instrumentos concretos de intervenção. Esse acúmulo político e teórico também se expressa em iniciativas formativas, como o lançamento dos livros: *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social* (2018) e *Diversidade sexual e de gênero e marxismo* (2024) ambos da Biblioteca Básica do Serviço Social, que sistematiza debates essenciais à atuação crítica, ética e comprometida com os segmentos historicamente oprimidos da classe trabalhadora.

Com base em Oliveira (2021), há um consenso na literatura de que, a partir da década de 1990, o Serviço Social passou a se mobilizar politicamente em torno das questões de gênero, sexualidade e raça. Esse movimento se expressa tanto no uso crescente da categoria gênero nos documentos normativos quanto na articulação política da profissão. Tal avanço foi impulsionado pela incorporação de referenciais marxistas, como Gramsci e Lukács, os quais garantiram uma “sistematização ontológica da teoria social de Marx que, por sua vez, viabilizou a fundamentação ontológica sobre ética em Serviço Social, na superação do *ethos* tradicional (Oliveira, 2021, p. 19). A autora aponta que, no entanto, essa consolidação também reflete disputas teórico-políticas presentes no campo acadêmico.

Essas disputas se articulam com a forma tortuosa pela qual, historicamente, as forças de esquerda se relacionam com a diversidade humana. De acordo com Santos (2019), embora algumas correntes de esquerda tenham conseguido incorporar criticamente as demandas relacionadas à diversidade, a tendência predominante foi a manutenção de uma leitura determinista/economicista da realidade. Essa perspectiva, que tomou o marxismo como seu principal alvo, acusou-o de reduzir dimensões da vida social (como direito, cultura e individualidade) a meros epifenômenos da economia, além de subvalorizar esses complexos sociais. Em razão de supostamente simplificar o processo de construção de um projeto emancipatório, o marxismo foi amplamente descartado por setores expressivos da esquerda. O resultado desse embate foi o aprofundamento das clivagens entre “as lutas gerais e específicas; entre economia e cultura; indivíduo e classe social; e entre vida subjetiva e militância política” (Santos, 2019, p. 73).

De um lado, vertentes marxistas de caráter determinista/economicista negligenciaram as dimensões estruturantes de gênero, raça e sexualidade, por acreditarem que tais discussões prejudicariam a formação da consciência de classes e que representariam um atraso, decorrente de possíveis inflexões pequeno-burguesas por parte de militantes e organizações políticas⁴ (Santos, 2019). De outro lado, abordagens culturalistas e pós-modernas, muitas vezes antagônicas ao marxismo, favoreceram um ecletismo metodológico que enfraquece a coerência analítica. Para nós, embora seja legítimo reconhecer o pluralismo teórico como um traço constitutivo da produção acadêmica, é necessário distingui-lo do ecletismo acrítico.

Em vista disso, destacamos duas perspectivas de análise: a interseccionalidade, vinculada à matriz pós-estruturalista (Crenshaw, Akotirene) e a consubstancialidade, ancorada na perspectiva do materialismo histórico-dialético (Saffioti; Kergoat e Cisne). Os circuitos acadêmicos passaram a incorporar textos representativos dessas correntes, em um contexto marcado pela expansão das influências pós-estruturalista e pós-moderno, acompanhado da decadência da perspectiva marxista. Tal panorama impõe um importante desafio teórico e político: promover uma articulação entre as práxis feministas-antirracistas e a tradição marxista, de forma a potencializar análises críticas sobre a totalidade das relações sociais. Desse modo, no Serviço Social, a incorporação dos estudos de gênero — classe, raça, etnia e

⁴ Nas palavras de Santos (2019), as “possíveis inflexões pequeno-burguesas” dizem respeito à ideia de uma “capitulação ao universo pequeno-burguês”, entendida como o modo pelo qual a esquerda economicista/determinista argumentava que a agenda da diversidade era uma distração ou um erro ideológico que levava a movimentos e militantes a adotarem uma visão fragmentada da realidade, alinhada aos interesses ou preocupações de classes não revolucionárias, em vez de se concentrarem na centralidade da luta contra a exploração econômica (Santos, 2019, p.72).

sexualidade têm buscado manter consonância com a crítica marxista, em oposição às tendências teóricas vinculadas à chamada miséria da razão (Coutinho, 2010) e (Oliveira, 2021).

Diante desse percurso de acúmulo político-institucional consolidado pela categoria profissional, é necessário aprofundar o debate sobre os fundamentos e as contribuições dos estudos de gênero para o Serviço Social. Longe de representar um modismo ou uma demanda externa ao projeto profissional, a incorporação dessa categoria analítica responde a determinações históricas concretas que atravessam tanto a formação quanto a intervenção profissional. Nesse contexto, torna-se fundamental explicitar, com base em fundamentos teóricos críticos, os principais aspectos que evidenciam a importância dos estudos de gênero no Serviço Social.

A partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético é possível evidenciar, ao menos, três dimensões fundamentais que justificam a relevância dessa categoria analítica para a profissão. Em primeiro lugar, destaca-se o histórico processo de feminização da profissão (Cisne, 2004), o qual traz consigo determinações, desafios e implicações para a categoria profissional. Em segundo plano, considera-se que gênero constitui uma das categorias centrais para a análise das estruturas sociais, incidindo diretamente sobre as relações sociais nas quais o Serviço Social intervém — seja na esfera das políticas públicas, seja no cotidiano profissional. Por fim, ressalta-se que o debate sobre gênero se consolida como eixo indispensável ao desenvolvimento acadêmico-científico da área, contribuindo para a produção de conhecimento comprometido com a realidade social e com a práxis profissional, reafirmando a indissociabilidade entre teoria e prática, princípio basilar do projeto ético-político do Serviço Social (Guerra, 2009).

Essas dimensões indissociáveis apresentam-se da seguinte maneira: 1) Gênero como categoria histórica e estrutural do capitalismo: a feminização do Serviço Social (Cisne, 2004) não é casual, mas expressão da divisão sexual do trabalho que sustenta a lógica da acumulação capitalista. Esta se baseia na exploração de corpos generificados, racializados e sexualizados, especialmente nos espaços considerados reprodutivos e de cuidado. Compreender gênero como parte constitutiva da totalidade concreta permite desvelar a complexidade das relações de opressão e exploração que estruturam o sistema capitalista (Saffioti, 2015); 2) Gênero como chave teórica para a leitura da realidade social: enquanto relação social materialmente fundada, gênero deve ser apreendido como uma categoria que desnaturaliza desigualdades historicamente construídas. Tal perspectiva, permite ao Serviço

Social apreender criticamente as expressões da questão social, reconhecendo como as formas de alienação, desigualdade e violência se articulam à lógica patriarcal, racista e de classe da sociedade capitalista (Iamamoto, 2012). Ignorar essa mediação é ocultar a essência contraditória da realidade sobre a qual o profissional intervém; 3) Gênero como eixo da práxis profissional transformadora: O projeto ético-político do Serviço Social exige que a análise teórica sobre gênero se traduza em ações concretas, seja na intervenção direta com usuários(as), seja na formulação e defesa de políticas públicas. Como nos lembra Marx (1845), “a questão não é interpretar o mundo, mas transformá-lo”. Nesse sentido, a incorporação crítica da categoria gênero fortalece o compromisso da profissão com a superação das relações de dominação e com a construção de uma nova sociabilidade (Guerra, 2009).

Essa tríade dialética — histórica, teórica e prática — orienta a análise aqui desenvolvida sobre as formas como os estudos de gênero vêm sendo apropriados pela produção de conhecimento do Serviço Social, demonstrando que a crítica às relações de gênero é inseparável da luta pela superação da ordem social vigente. Ainda que os fundamentos para essa crítica estejam presentes na tradição marxista que fundamenta os princípios do projeto ético-político da profissão, é necessário reconhecer que a teoria social atravessa hoje um contexto de “crise dos paradigmas” resultante da chamada “decadência ideológica” que ameaça e controla nosso projeto emancipatório de sociedade quando subordinado pelas relações capitalistas, separando a economia da política (Boron, 2001) e (Coutinho, 2010). Tal processo tem demonstrado um desdobramento importante na forma como as categorias analíticas — entre elas, gênero — vêm sendo apropriadas na produção acadêmico-profissional.

Compreender essa problemática exige o retorno ao surgimento da modernidade como marco histórico da constituição da teoria social. Ao romper com o absolutismo feudal e com a tutela da religião, a modernidade inaugura o surgimento da sociedade burguesa, um período histórico que deu origem a um projeto revolucionário e com ele a possibilidade de compreender o “ser social” como sujeito da história (Coutinho, 2010). No entanto, esse projeto de emancipação humana, fundado nas promessas da razão, passou por um deslocamento histórico em sua centralidade e função crítica. A racionalidade moderna, inicialmente crítica, passa a ser dominada pelas lógicas do capital, perdendo seu potencial emancipador e cedendo lugar à fragmentação do pensamento. É nesse cenário que se insere o

chamado pós-modernismo baseado na aparência, no imediatismo, no individual e no subjetivo, esvaziando a compreensão da realidade como totalidade concreta (Rouanet, 1998).

A gênese do capitalismo é compreendida a partir do processo de acumulação primitiva, conceito desenvolvido por Karl Marx em *O Capital* (2001), especialmente no capítulo XXIV do Livro I. Trata-se de um momento histórico fundante, caracterizado por um movimento violento e despojado de neutralidade, no qual os produtores diretos são expropriados de seus meios de subsistência, sendo forçados a vender sua força de trabalho para sobreviver. Marx (2001, p. 515) afirma que “a assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre o produtor e o meio de produção”, constituindo o ponto de partida para a consolidação das relações capitalistas de produção.

Esse processo resultou na dissolução das formas de propriedade comunal, na proletarianização de amplas parcelas da população e na centralização dos meios de produção nas mãos de uma burguesia emergente, inaugurando uma nova lógica de organização social e econômica. A produção, que antes visava a satisfação direta das necessidades, passa a ser orientada pela lógica da mercadoria e da acumulação, inserindo os trabalhadores em um ciclo contínuo de exploração.

Ao longo de sua consolidação, o capitalismo mostrou-se capaz de se reestruturar diante de suas crises cíclicas – inerentes ao próprio sistema – por meio da reorganização de suas formas produtivas, como evidenciam as transições entre os modelos taylorista/fordista, keynesiano e toyotista. Tais transformações, embora distintas em seus arranjos, mantêm intacta a lógica de valorização do capital e aprofundam os mecanismos de exploração do trabalho. Como destaca Mészáros (2009), o capital é um sistema expansivo, que, ao se confrontar com seus limites, recorre a seus mecanismos que irão atuar na contratendência à queda da taxa de lucro, fator estrutural de causa da crise. Nos termos de Marx, esses mecanismos denominados “causas contra-arrestantes” (Marx, 2017, p.271), irão amortecer esta queda e dentre eles se localizam essas mudanças na organização do trabalho. Esses elementos estão atrelados ao processo de mundialização como estratégia de manutenção de sua hegemonia.

É a partir desse movimento que se estabelece o cenário histórico no qual emergem as categorias de modernidade e, posteriormente, de pós-modernidade⁵ – ambas compreendidas

⁵ Neste ponto, a discussão será tratada de forma introdutória, sendo aprofundada nos trabalhos de Sérgio Rouanet (1998) na obra *Mal-estar na Modernidade* e Coutinho (2010) no *Estruturalismo e miséria da razão*.

aqui como expressões ideológicas que refletem, tensionam e, muitas vezes, ocultam as contradições estruturais do capital. A modernidade, enquanto projeto burguês de organização da sociedade, e a pós-modernidade, seu estágio de inflexão ideológica. Portanto, será necessário entender qual o ponto de referência que irá nos conduzir para caracterizar a chamada “modernidade”, e em seguida situar sobre qual teoria social estamos falando para então, entender o sentido das teorias sociais e suas relações com a razão moderna no contexto das chamadas “crise dos paradigmas” (Boron, 2001).

Para compreender a crise do projeto moderno de sociedade, é fundamental explicitar de qual projeto se trata. O advento da modernidade marca o rompimento com a ordem absolutista e feudal e inaugura a história da filosofia burguesa, responsável por elaborar, pela primeira vez, uma teoria social capaz de reconhecer as dimensões constitutivas do “ser social” (Coutinho, 2010). Trata-se do processo histórico que funda a sociedade burguesa e institui um novo paradigma: a ideia de que homens e mulheres passam a ser concebidos como sujeitos racionais, capazes de intervir na realidade e de participar da construção da vida social — e não mais como seres determinados por uma ordem divina, regulada pela religião.

É nesse contexto que emerge um horizonte de protagonismo humano no qual as mulheres, embora subordinadas pelo patriarcado, reivindicam sua inclusão plena como sujeitas do projeto moderno. Os movimentos feministas, nesse sentido, expressam justamente a disputa pelo reconhecimento desse protagonismo negado, ao questionar os limites do universal moderno que, historicamente, foi formulado a partir das experiências masculinas.

A modernidade, portanto, nasce como um projeto revolucionário da burguesia, mas também abre fissuras pelas quais as mulheres reivindicam lugar como sujeitas da transformação social. Ela consolida-se na Europa, entre os séculos XVI e XVIII, a partir das transformações sociais que acompanham o declínio do feudalismo, o desenvolvimento da sociedade burguesa e o avanço das ciências apoiadas no racionalismo. Nesse contexto, emerge uma nova forma de teoria social que busca compreender o “ser social” a partir das determinações históricas e materiais da vida humana. Entretanto, a racionalidade que se torna hegemônica nesse período é marcada pelo predomínio da razão instrumental — aquela que reduz a realidade a objetos passíveis de controle, cálculo e utilidade, subordinando o conhecimento às necessidades do capital nascente. Em contraposição, a razão dialética, embora também gestada na modernidade, instaura uma possibilidade histórica distinta, de apreender a totalidade social em sua dinâmica contraditória, reconhecendo os conflitos e as mediações que estruturam a vida concreta. Essa forma de racionalidade, porém, nunca se

tornou dominante, permanece, até hoje, como um campo de disputa teórico-política, tensionando a produção do conhecimento e oferecendo ferramentas para interpretar, de modo crítico e histórico, os conflitos que atravessam a sociedade contemporânea (Coutinho, 2010).

Com as transformações decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas e do acirramento das lutas de classe, o pensamento filosófico burguês passa a sofrer inflexões decisivas. O ciclo revolucionário de 1848 explicita o antagonismo estrutural entre burguesia e proletariado, revelando que os projetos societários dessas classes se tornaram inconciliáveis. A partir daí, a teoria social burguesa inicia um processo de decadência ideológica, marcado pela perda da sua capacidade crítica e pela renúncia ao horizonte universal que anteriormente sustentava sua função revolucionária. Como demonstra Coutinho (2010), essa decadência expressa-se no avanço do irracionalismo, na miséria da razão e, mais recentemente, nas formulações pós-modernas.

Tal decadência se intensifica no estágio do capitalismo, a partir dos anos 1970, quando a reestruturação produtiva, a mundialização do capital e a hegemonia neoliberal transformam profundamente o padrão de desenvolvimento das forças produtivas. Essas mudanças repercutem diretamente nas formas de produção teórica e ideológica, reforçando tendências como o imediatismo, a fragmentação e a fetichização da vida social. No interior da classe trabalhadora, tais transformações produzem uma heterogeneidade ampliada, afetando sua organização política e a capacidade de formular projetos coletivos de emancipação.

Em sua fase ascendente, a burguesia pôde se apresentar como porta-voz do progresso, sustentando uma visão de mundo que considerava a realidade como um todo racional é cognoscível, aberto à intervenção humana (Coutinho, 2010). Contudo, ao se tornar classe dominante e, sobretudo, diante das contradições insolúveis do capitalismo, abandona progressivamente essa racionalidade crítica. É nesse movimento que se insere a pós-modernidade — expressão tardia e extrema da decadência ideológica —, que busca explicar o presente sem mediações históricas, dissolvendo a totalidade social em fragmentos e reduzindo o “ser social” a um indivíduo isolado, descontextualizado e desprovido de horizonte coletivo. O ecletismo é uma das manifestações concretas da decadência ideológica.

O desenvolvimento da humanidade e das forças produtivas, tornou o indivíduo moderno um indivíduo potente, podendo desenvolver suas potencialidades individuais mas, o capitalismo mina isso, ele subordina a escolha dos indivíduos e os reduz a meros vendedores de força de trabalho, homens e mulheres despojados de si mesmos, que precisam vender seu tempo e seu trabalho para sobreviver. Assim, o indivíduo moderno é simultaneamente

constituído e capturado pelas relações capitalistas. Nesse sentido a modernidade não oferece um projeto emancipatório acabado; ela apresenta uma promessa de emancipação, cuja realização é continuamente impedida pela lógica burguesa e pelos limites impostos pelo irracionalismo estruturalista, pelas leituras pós-modernas e pelo crescente mal-estar social que tensionam a teoria social contemporânea (Rouanet, 1998). O projeto emancipatório da modernidade, portanto, deve ser compreendido como um campo de disputa, e não como um caminho plenamente afirmado dentro do capitalismo.

O fenômeno da decadência ideológica, conforme apontado por Coutinho (2010) e (Rouanet, 1998), ameaça a teoria social uma vez que se sustenta da alienação e da individualização. Além disso, reforça análises superficiais favoráveis ao liberalismo econômico e particulariza as lutas sociais, perdendo o indivíduo dentro da totalidade enquanto um ser social.

Partindo dessa análise, tem-se que a teoria crítica, fundamentada no método materialista histórico dialético é capaz de entender que a razão é o mundo objetivo e que o real é uma totalidade, um movimento. Ela situa a razão ontológica não apenas no campo subjetivo, partindo da razão dialética para compreender o real no campo da subjetividade mas também, objetivamente. Esta teoria nos direciona para uma crítica radical aos limites do projeto moderno de sociedade, desvelando suas contradições por meio da perspectiva de totalidade própria da teoria revolucionária (Santos, 2019).

A pós-modernidade, ao enfatizar a diversidade humana desconectada de um projeto coletivo de transformação, aprofunda o esvaziamento da crítica social. Em vez de pensar o indivíduo como ser social inserido em relações históricas e estruturais, promove uma leitura que fragmenta a realidade e encobre o fato de que as determinações de classe, raça e gênero estão estruturalmente organizadas sob a hegemonia do capitalismo, que instrumentaliza essas pautas — ora mercantilizando-as, ora explorando os próprios sujeitos que as protagonizam — sempre em benefício da sua lógica de acumulação e controle. Esse movimento atinge o Serviço Social, onde categorias como gênero, embora fundamentais, podem ser apropriadas de forma despolitizada ou alheias ao horizonte da totalidade. Daí a importância de analisar as tendências teórico-metodológicas presentes na produção de conhecimento da área, não apenas para afirmar a importância dos estudos de gênero, mas para compreender sob qual racionalidade e projeto societário essa apropriação tem ocorrido.

Diante desse contexto, é que foi privilegiada a análise da produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro sobre a categoria gênero, com ênfase nas tendências

teórico-metodológicas adotadas por assistentes sociais e pesquisadores(as) da área. A investigação parte do pressuposto de que, embora o debate de gênero tenha ocupado um lugar de destaque nas pautas acadêmicas e profissionais, sua apropriação nem sempre se dá a partir de uma perspectiva crítica e totalizante. A escolha desse objeto se justifica pela crescente presença da temática de gênero nos principais eventos da área e, ao mesmo tempo, pela necessidade de compreender quais fundamentos teórico-políticos essa discussão tem sido conduzida. Isso é especialmente relevante no contexto atual, marcado pela disputa de projetos societários e pela infiltração de abordagens pós-estruturalistas que fragmentam a realidade e enfraquecem a crítica social.

O objetivo geral da pesquisa é, portanto, analisar as tendências teórico-metodológicas utilizadas nas produções do conhecimento do Serviço Social em suas aproximações com os estudos de gênero, buscando identificar as bases teóricas que sustentam tais produções no contexto do avanço de perspectivas pós-estruturalistas de caráter identitário no âmbito profissional. Relacionados à problemática aqui apresentada, os objetivos específicos da pesquisa se expressam na tentativa de: **a)** mapear a centralidade dos estudos de gênero para o Serviço Social, com base em sua articulação com a tradição crítica da profissão; **b)** analisar as contribuições da perspectiva de totalidade — referenciada no materialismo histórico-dialético — para uma apreensão crítica da categoria gênero; e **c)** identificar, por meio do mapeamento dos artigos publicados nos principais eventos da área, as principais referências teórico-políticas que vêm fundamentando a incorporação da categoria gênero no Serviço Social, especialmente em sua relação com a perspectiva da diversidade humana e com o projeto ético-político profissional.

Com isso, a pesquisa pretende contribuir não apenas para o fortalecimento do debate teórico sobre a categoria gênero na formação e produção de conhecimento da área, mas também para qualificar as mediações entre teoria e prática no cotidiano profissional das e dos assistentes sociais. Ao identificar as tendências de apropriação dessa categoria e suas respectivas bases teóricas, busca-se oferecer subsídios para a formação crítica, a intervenção social e a formulação de políticas públicas comprometidas com a emancipação humana. Além disso, os dados levantados poderão subsidiar reflexões curriculares no campo da educação profissional, especialmente no contexto do avanço de abordagens centradas em identidades fragmentadas e cindidas (Santos, 2023).

A dissertação está estruturada em dois capítulos principais, que se articulam de modo a sustentar a análise crítica sobre a apropriação da categoria gênero no Serviço Social. No

primeiro capítulo, aprofunda-se a discussão já iniciada na introdução acerca da importância dos estudos de gênero no Serviço Social, tomando como ponto de partida a fundamentação do conceito de gênero. Para tanto, são discutidos os processos históricos de construção do patriarcado, da divisão sexual do trabalho e sua relação com a feminização da profissão. Em seguida, apresenta-se uma breve reconstrução histórica dessa feminização no contexto do Serviço Social brasileiro e a relação entre o feminismo marxista e a profissão.

O segundo capítulo se inicia com uma reflexão sobre o Serviço Social como produtor de conhecimento científico e suas implicações no campo da pesquisa. Em seguida, analisa-se o pluralismo teórico na profissão e discute-se a base material e subjetiva da diversidade humana, evidenciando os fundamentos da escolha e defesa política dessa categoria como chave de leitura da questão de gênero. Por fim, realiza-se a análise empírica dos artigos publicados nos anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS – 2022) e do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS – 2022), com o objetivo de identificar as tendências teórico-metodológicas que orientam a incorporação da categoria gênero nas produções do Serviço Social e os vínculos estabelecidos com o projeto ético-político profissional.

Na tentativa de responder a seguinte questão: de que modo o Serviço Social brasileiro tem se apropriado dos estudos de gênero nas produções apresentadas nos principais eventos científicos da área, no ano de 2022, buscou-se, analisar se essa apropriação tem ocorrido a partir de uma perspectiva de totalidade — vinculada ao reconhecimento do gênero como expressão das determinações estruturais da realidade — ou se prevalecem leituras fragmentadas, de cunho liberal ou pós-moderno, que esvaziam o potencial crítico da categoria. A pesquisa demonstrou que, embora existam contribuições comprometidas com a tradição marxista e com o projeto ético-político da profissão, há uma tendência crescente de apropriações que se afastam da crítica à totalidade, favorecendo perspectivas centradas na subjetividade ou em identitarismos descolados das determinações estruturais que acabam por favorecer a lógica do capitalismo.

Defende-se, portanto, que as aproximações teórico-metodológicas do Serviço Social brasileiro com o debate de gênero devem incorporar a perspectiva da diversidade humana, compreendendo as determinações da vida cotidiana por meio de interpretações que considerem a totalidade e as contradições da realidade social. Tal abordagem deve contemplar a complexidade do caráter histórico do ser social, seu aspecto sociável e individual, e a

dimensão política da luta de classes, a partir da conformação estrutural de uma sociedade patriarcal, racista e capitalista.

1.1 Procedimentos metodológicos da pesquisa

Esta pesquisa, de natureza exploratória e com abordagem qualitativa, foi conduzida com o objetivo de aprofundar a compreensão das aproximações teórico-metodológicas presentes nas produções acadêmicas do Serviço Social acerca dos estudos de gênero. A escolha da abordagem qualitativa mostrou-se pertinente por possibilitar interpretações críticas dos dados, favorecendo uma análise com maior densidade conceitual e articulação com a totalidade social (Deslauriers e Kérisit, 2014). Tal abordagem permitiu uma interpretação mais aprofundada das perspectivas atribuídas à categoria gênero no interior da profissão, em diálogo com os fundamentos históricos e ético-políticos do projeto profissional.

A pesquisa bibliográfica constituiu o principal procedimento metodológico, permitindo a identificação e sistematização das aproximações teórico-metodológicas presentes nos anais dos eventos analisados. Essa estratégia foi fundamental para compreender os caminhos de incorporação dos estudos de gênero no Serviço Social, situando-os em meio às disputas políticas e teóricas que atravessam a profissão. A revisão de literatura, nesse sentido, delineou o estado da arte sobre o tema, evidenciando tendências analíticas, lacunas e contradições que fundamentaram o desenvolvimento crítico da pesquisa (Bento, 2012).

Com base nessa revisão, foram definidas as seguintes categorias analíticas: Patriarcado, Gênero, Divisão Sexual do Trabalho, Feminismo Marxista, Serviço Social, Pluralismo, Produção do Conhecimento, Diversidade Humana e Projeto Ético-Político da Profissão. A delimitação dessas categorias permitiu compreender a complexidade do objeto e a construção histórico-social das formas de apropriação da categoria gênero no Serviço Social contemporâneo e principalmente sua relação intrínseca.

A análise foi estruturada com base em três eixos: Serviço Social, Gênero e Diversidade Humana. Essa articulação teórico-metodológica, já apresentada na introdução, permitiu uma compreensão crítica do objeto à luz das mediações entre totalidade social, determinações estruturais e projetos em disputa no interior da profissão. Esses elementos se entrelaçam na análise dos dados e na fundamentação conceitual da pesquisa.

Na sistematização do referencial, os estudos sobre o patriarcado, as tensões políticas em torno do conceito e categorização de gênero, a divisão sexual do trabalho e feminismo

marxista foram abordados com base nas obras de Saffioti, Federici, Kergoat, Tabet, Alvez, Cisne, Silvana Santos, Scott, Engels, Pateman, Moraes e Heilborn. Já a análise do Serviço Social, das pautas identitárias, do pluralismo teórico e da diversidade humana ancorou-se nas contribuições de Marx, Lukács, Netto, Tonet, Cisne, Iamamoto, Guerra, Oliveira, Silvana Santos, Vera Santos, Gonçalves e Coutinho.

Complementarmente, realizou-se uma revisão integrativa dos trabalhos publicados nos dois principais eventos do Serviço Social: o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), ambos realizados no ano de 2022. Trata-se de eventos promovidos pelas duas entidades nacionais representativas da profissão, na formação, na orientação e fiscalização do exercício profissional e por contarem com expressiva participação da categoria com apresentação de trabalhos.

Considerando o crescente interesse pelo tema no campo teórico, a escolha pelo ano de 2022 não se deu ao acaso, mas está diretamente vinculada à conjuntura histórica que marcou o período. Um momento singular, caracterizado pela retomada gradativa das atividades presenciais após o avanço da vacinação contra a COVID-19 e pelos intensos impactos sociais, econômicos e profissionais acumulados durante o contexto pandêmico. Ademais, como o ENPESS não pôde ser realizado em 2020 devido às restrições sanitárias, sua edição de 2022 concentrou debates e produções que expressam um acúmulo teórico-metodológico represado durante a pandemia, o que reforça a relevância desse marco temporal.

Do ponto de vista político e ideológico, 2022 também foi atravessado por um cenário nacional marcado pela ascensão de discursos conservadores vinculados à pautas de “Deus, pátria e família”, pela crescente criminalização das expressões de identidade de gênero e pelo tensionamento das políticas públicas. Tal contexto repercutiu diretamente no cotidiano do trabalho profissional e na formulação das pesquisas da área, especialmente naquelas que abordam direitos humanos, diversidade e expressão das desigualdades sociais. No caso do CBAS, por exemplo, observa-se uma forte presença de trabalhos baseados em relatos de experiência, evidenciando as respostas construídas pela e pelos assistentes sociais diante das demandas intensificadas no período pós-pandemia. Assim, a seleção dos eventos de 2022 permite captar, de maneira privilegiada, como as diferentes perspectivas teóricas vêm se manifestando nas produções do Serviço Social, refletindo tanto as determinações históricas da pandemia quanto as disputas ideológicas que atravessam o exercício profissional contemporâneo.

O Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social promovido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), acontece a cada dois anos sendo um evento acadêmico científico de relevância nacional e internacional. A importância de considerar o ENPESS além da relevância, se dá pelo fato de ser organizado por uma das entidades representativas do Serviço Social de maior relevância e prestígio e pela fundação do Grupo de Trabalho e Pesquisa (GTP) “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades” da ABEPSS durante o XII ENPESS, o que demonstra a responsabilidade e compromisso desse evento com as lutas e pauta dos movimentos sociais

O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) é um evento que acontece a cada três anos, sendo de grande importância por reunir estudantes e profissionais do Serviço Social brasileiro e por ser organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. É importante ressaltar, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 1979 em São Paulo, conhecido como "Congresso da Virada". Esse evento foi um marco para o Serviço Social, pois simbolizou a escolha da categoria por uma direção ética, teoria-crítica e política da profissão e desde então, essa experiência reafirma a importância, compromisso e relevância do evento para as pesquisas do Serviço Social, de forma que se chega aos anos 1990 com a consolidação de um projeto profissional no qual se iniciam nos eixos do CBAS a apresentação dos trabalhos com enfoque em gênero. Destacamos, o XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado em outubro de 2022, de forma gratuita e online, devido à pandemia de Covid-19, o que justifica o grande número de trabalhos apresentados e publicados neste ano.

Para o registro dos dados, foi elaborada uma ficha com os elementos considerados essenciais para a análise (cf. Apêndice A). O levantamento foi realizado por meio do acesso aos anais dos eventos disponíveis na *internet*. Utilizou-se inicialmente o descritor “gênero” como chave de busca, permitindo uma seleção inicial de trabalhos, a partir da qual foram feitas aproximações subsequentes conforme os critérios da pesquisa (cf. Apêndice B). No ENPESS, em 2022, foram encontrados um total de 20 trabalhos. Para esse evento, foram incluídas todas as mesas de aberturas, as mesas temáticas, apresentação oral e de *banners*. No CBAS do ano de 2022 durante o período da pandemia, foram encontrados 34 trabalhos. Neste caso, a análise abrangeu todos os eixos temáticos do evento. Importante destacar que, os critérios de inclusão adotados na revisão integrativa envolveram produções que abordam as discussões sobre gênero. Foram excluídos os trabalhos que não dialogavam com o objeto de estudo proposto por

esta pesquisa.

Tabela 1 – Distribuição dos trabalhos publicados nos anais do ENPESS e do CBAS (2022) com o descritor “gênero”

Evento / Modalidade	Total de trabalhos	Trabalhos com descritor “gênero”	% do total
ENPESS 2022 – Mesas Temáticas Coordenadas	25	2	8%
ENPESS 2022 – Apresentações Orais	619	16	2,6%
ENPESS 2022 – Pôsteres	74	2	2,7%
Subtotal ENPESS 2022	718	20	2,8%
CBAS 2022 – Trabalhos publicados*	1.293	34	2,6%
Total Geral (ENPESS + CBAS)	2.011	54	2,69%

* Inclui sistematização da prática profissional, relatos de experiência, resultados de pesquisa e reflexões teóricas.

Fonte: Levantamento feito pela autora nos anais dos ENPESS e CBAS.

A partir desse percurso, esta pesquisa objetiva não apenas a análise crítica das aproximações teórico-metodológicas do Serviço Social em relação aos estudos de gênero, mas também contribuir com resultados práticos e socialmente relevantes. Entre os produtos esperados, destaca-se a elaboração de uma cartilha⁶ (cf. Apêndice C) voltada à divulgação e socialização das compreensões que fundamentam o conceito de gênero, a qual poderá servir como referência técnico-científica para a execução de políticas públicas no Estado de Sergipe. Pretende-se ainda, a apresentação e discussão dos resultados da pesquisa em eventos acadêmicos e de extensão, como forma de ampliar o acesso ao conhecimento produzido.

Por fim, entende-se que esta investigação permite compreender as tendências teóricas em torno da categoria gênero no interior da produção acadêmica do Serviço Social, analisando de que forma esses debates podem contribuir para o fortalecimento do projeto ético-político da profissão. Sua importância se justifica, sobretudo, por quatro elementos centrais: (1) o Serviço Social é uma profissão composta majoritariamente por mulheres que, em grande medida, atendem mulheres e pessoas racializadas usuárias das políticas públicas; (2) os avanços das perspectivas pós-modernas e a necessidade da incorporação crítica da categoria gênero, com base na totalidade, articulada às bases histórico-estruturais da profissão

⁶ A elaboração de uma cartilha, atende à determinação do Edital 12/2022/FAPITEC, responsável pelo acesso a uma bolsa de estudos para o desenvolvimento do mestrado.

que favorece uma intervenção profissional mais integralizada em consonância com a complexidade dos sujeitos sociais; (3) o agravamento das expressões da violência e da violação de direitos das mulheres na contemporaneidade torna o debate urgente; (4) a necessidade de resistência frente aos avanços do conservadorismo, que ataca conquistas históricas das mulheres, o reconhecimento da diversidade humana e os princípios democráticos da profissão.

2. GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: ENTRE CONTRADIÇÕES E CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS

A construção de determinados papéis sociais impacta profundamente no modo de produção e reprodução da vida material e na naturalização de hierarquias e discriminações sociais. A ideia do que é “ser homem” ou “ser mulher” na sociedade parte do repertório conservador da construção dos papéis de gênero, baseado na dominação simbólica e material próprias do patriarcado, historicamente determinados. No capitalismo, esses papéis constituem formas ideológicas que interferem na organização do trabalho, no poder e na dominação.

O processo de transição e consolidação do capitalismo se deu por meio da exploração da força de trabalho e da opressão sistemática das mulheres (Federici, 2017), sobretudo as mulheres negras⁷ (Davis, 2016). Nesse sentido, essas estruturas interferem significativamente no surgimento e desenvolvimento das profissões no país. Na particularidade do capitalismo brasileiro, *sui generis*⁸, - dependente, desigual e excludente - conferem um arranjo particular aos processos sociais que nele se desenvolveram. A institucionalização do Serviço Social, longe de ser indiferente a essas determinações, revela-se profundamente atravessada pelas condições políticas, econômicas, sociais e culturais do país.

Com base na análise que será apresentada neste capítulo e frente ao fato do Serviço Social brasileiro ser majoritariamente composto por mulheres, observa-se que essa predominância está diretamente relacionada aos papéis sociais historicamente atribuídos às mulheres e à divisão social e sexual do trabalho. Nesse sentido, esse processo não se dá de forma apartada, aleatoriamente, mas está direcionado a atender determinados interesses do capitalismo. Seria ingênuo e insuficiente analisar a feminização da profissão desvinculada da dominação de classe e de gênero, uma vez que, essa configura o lugar social das mulheres como sujeitas do trabalho socialmente necessário, mas historicamente desvalorizados.

⁷ Considera-se as dimensões étnico-raciais tão importantes quanto as análises sociais generificadas, especialmente em um país com desigualdades estruturais marcadas pela marginalização histórica da população negra, como no Brasil (Moura, 1977). A limitação do nosso recorte, entretanto, não permite o aprofundamento do debate. Sinalizamos portanto que ao nos referirmos à classe trabalhadora neste trabalho, nos referimos a uma classe racializada, generificada e territorializada.

⁸ A expressão *sui generis*, é utilizada pelo autor Ruy Mauro Marini na sua obra *Dialética da Dependência*, para nomear as particularidades do capitalismo dependente da América Latina, especificamente no Brasil, ressaltando seu caráter distintivo no contexto histórico e social global, como incomum e de natureza própria.

2.1 Desconstruindo o patriarcado: uma análise fundamental de gênero

Scott (1989) compreende ‘gênero’ como uma categoria de análise das relações sociais e embora sua abordagem não seja marxista, isso, no entanto, não diminui seu mérito pioneiro de estudos dessa categoria. A autora, em suas contribuições, propõe que gênero não é apenas uma diferença entre os sexos, mas uma estrutura, que aqui, destacamos como: a) simbólica pela construção de identidades, com valores e representações; b) histórica, por modificar-se conforme o contexto social, político, cultural e econômico; c) de poder, por ser moldado por estruturas hierarquizadas de dominação e subordinação. Logo, retomar a leitura de sua obra, nos oferece subsídios introdutórios importantes.

Segundo a autora, as feministas passaram a utilizar o conceito ‘gênero’ como uma expressão – repleta de complexidade – para designar a organização social da relação entre os sexos. Parte-se de uma análise histórico-crítica das definições teóricas desse conceito e sua aplicabilidade, uma vez que este tem sido alvo de diversos estudos e interpretações. Compartilha-se aqui da concepção apresentada por Scott (1989), segundo a qual gênero refere-se a uma abordagem para indicar as ‘construções sociais’ de uma realidade socialmente construída – material e subjetivamente – sobre papéis sociais atribuídos ao que é: ser homem e ser mulher:

No seu uso mais recente, o gênero parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas de feminilidades. (Scott, 1989, p. 6).

Para o aprofundamento desse debate é preciso compreender que, o surgimento e conformação do sistema patriarcal é o responsável pelas desigualdades de gênero e pela formação social em que o poder é dado e passado exclusivamente para os homens em detrimento da liberdade e autonomia das mulheres. É a partir do surgimento da propriedade privada – transição das sociedades comunais para a sociedade de classes – e da organização social da família patriarcal que essa desigualdade se consolida. Friedrich Engels (2019) em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, divide os estágios de evolução das sociedades humanas em três períodos sequenciais: selvageria, barbárie e civilização. O autor destaca que, ao final do “comunismo primitivo”, na passagem da selvageria para a barbárie, nascem paralelamente a sociedade de classes e o surgimento da propriedade privada.

Segundo o autor, “com a preponderância da propriedade privada sobre a propriedade comum e o interesse na transmissão da propriedade por meio de herança, o direito paterno e a monogamia passaram a reinar” (p. 99). Nesse sentido, o cenário econômico, de acúmulo de excedentes, passou a requerer a preservação patrimonial familiar por meio da transmissão de bens através da herança, o que levou ao controle sobre a sexualidade e a reprodução das mulheres, garantindo a paternidade dos herdeiros e extinguindo a existência da família matrilinear pela patriarcal (Engels, 2019).

A matrilinearidade é um sistema de descendência, de modo que a filiação é calculada pela linha feminina, segundo o direito materno. A presença de sociedades matrilineares aparece em algumas referências de forma breve. Nos estudos de Engels (2019), baseado nas leituras de Bachofen, a história da família começa em 1861, com o *Das Mutterrecht* (Direito Materno). Para tanto, a redescoberta da primitiva *gens* matrilinear do direito materno “como pré-estágio da *gens* patrilinear dos povos civilizados tem para a história primitiva a mesma importância que a teoria da evolução de Darwin para a biologia e a teoria do mais-valor de Marx para a economia política” (Engels, 2019, p. 33). O objetivo, ao evidenciar a existência da família matrilinear, não é discorrer profundamente sobre ela, mas destacar que o patriarcado nem sempre existiu, tampouco a única forma possível de organização social.

Nas leituras de Engels, com mais detalhes, o autor afirma de forma contundente que:

A derrubada do direito materno representou a derrota do sexo feminino no plano da história mundial. O homem assumiu o comando também em casa, a mulher foi degradada, escravizada, tornou-se escrava do desejo do homem e mero instrumento de procriação. Essa posição humilhante da mulher, que aflora principalmente entre os gregos do período heroico e, mais ainda, do período clássico, foi gradativamente floreada e dissimulada e, em parte, revestida de formas atenuadas; mas de modo algum foi eliminada. O primeiro efeito da recém-fundada autocracia dos homens manifesta-se na forma intermediária da família patriarcal, [...] a organização de um certo número de pessoas livres e não livres em uma família, sob o poder paterno do chefe da família (Engels, 2019, p. 75-76).

Nas palavras de Saffioti (2000), o patriarcado é um “recém-nascido”, ao longo da sua história, há cerca de 6500-700 anos, iniciou-se a lógica de dominação-exploração dos homens sobre as mulheres:

Diferentemente do que a maioria pensa, [...] a ordem patriarcal de gênero é uma verdadeira recém-nascida. Com efeito, o que são sete milênios na história de uma humanidade de 250000-300000 anos? Foi nas sociedades de caça e coleta, nas quais reinava a igualdade de gênero, que os homens, desfrutando de tempo livre (a caça sendo atividade praticada uma ou duas vezes por semana), criaram os sistemas simbólicos que inferiorizam socialmente as mulheres. Tais sistemas operacionalizam-se, materializando-se em práticas sociais, em mercadorias, em

rituais religiosos, além do infanticídio de meninas, do aborto seletivo de fetos femininos, etc.” (Saffioti, 2000, p. 72)

Contudo, nos deparamos com um equívoco teórico de alguns estudiosos do patriarcado que acabam por reduzi-lo à dimensão privada das relações – casamento, paternidade, maternidade, sexualidade. Embora público e privado sejam conceitos analíticos funcionais, na prática social eles estão profundamente imbricados e para entender o patriarcado, não se deve isolá-las, pois as relações patriarcais atravessam ambas. Nessa direção, recorre-se à obra *O Contrato Sexual* de Pateman (1993) para analisar a dimensão política que se estabelece ao patriarcado frente ao contrato social do Estado. Segundo a autora, o contrato social, que supostamente funda a liberdade civil, é narrado como uma conquista dos homens contra o absolutismo, mas por trás disso existe um contrato sexual, implícito, que mantém as mulheres em subordinação. Assim, enquanto os homens conquistam liberdade política, as mulheres são submetidas à dominação patriarcal.

O contrato social não supera o patriarcado, ele é instrumento para modernizá-lo e perpetuá-lo sob novas formas. De acordo com Pateman (1993, p. 16-17):

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar às mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual. O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é social no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres –, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. O contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne Rich, de ‘lei do direito sexual masculino’. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado: ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno.

A ideia de que o contrato sexual – dominação dos homens sobre as mulheres – é separado do contrato social – fundação da sociedade e do Estado – favorece a lógica de dominação patriarcal, uma vez que, nessa direção, o contrato sexual seria algo privado, relacionado à vida doméstica, familiar, conjugal e, por isso, não político e essa separação é falsa e ideológica. Portanto, a crença de que o patriarcado não opera nas esferas públicas como o Estado, o mercado, a política, as instituições e apenas nas relações privadas

despolitiza a dominação patriarcal e oculta sua presença estrutural em todas as instituições sociais.

A contribuição de Pateman (1993) é crucial para compreender que o poder patriarcal não é apenas familiar ou afetivo – corre-se o erro de alguns estudos essa afirmação – mas uma forma estruturada de poder político, o que reforça a ideia de que as opressões vividas no campo privado são expressões de relações de dominação-exploração estruturais. A crítica central da autora é que, o contrato social moderno (que funda o Estado, o direito e a liberdade política) é, na verdade, um acordo entre homens, que trata as mulheres como objetos de troca, posse ou acesso sexual. Isso quer dizer que, o patriarcado transforma uma diferença biológica (sexo) em hierarquia política: ser homem significa ser livre e cidadão, ser mulher significa ser subordinada e objeto, “a liberdade civil depende do direito patriarcal” (p. 19). Portanto, o patriarcado não é apenas uma questão privada ou cultural, mas uma estrutura econômica e política de dominação legitimada historicamente pelo contrato social moderno.

Observa-se que muitas análises do patriarcado cometem o erro de ignorar que ele não se limita a um fenômeno familiar. Como destaca Saffioti (2015), o patriarcado é repleto de dimensões estruturais, que, segundo a autora, são apresentadas da seguinte maneira:

Muitas análises em termos de patriarcado pecam por não terem dado conta de que os vínculos familiares de parentesco são atribuídos e particulares, enquanto os vínculos convencionados e universais do contrato estruturam a sociedade moderna. Caberia, então, novamente, a pergunta: por que se manter o nome patriarcado? Sistematizando e sintetizando o acima exposto, porque: 1 – não se trata de uma relação privada, mas civil; 2 – dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição. Haja vista o débito conjugal explícito nos códigos civis inspirados no Código Napoleônico e a ausência sistemática do tipo penal estupro no interior do casamento nos códigos penais. Há apenas uma década, e depois de muita luta, as francesas conseguiram capitular este crime no Código Penal, não se tendo conhecimento de se, efetivamente, há denúncias contra maridos que violentam suas esposas. No Brasil, felizmente, não há especificação do estuprador. Neste caso, pode ser qualquer homem, até mesmo o marido, pois o que importa é contrariar a vontade da mulher, mediante o uso de violência ou grave ameaça; 3 – configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4 – tem uma base material; 5 – corporifica-se; 6 – representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (Saffioti, 2015, p. 60)

Quanto à nomenclatura, observa-se em Delphi (2009b) que “patriarcado” surge da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe* (origem e comando). Seu conceito, em origem, expressa a autoridade masculina refletida na figura do pai. Para a autora, o significado do termo é quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de ‘opressão das mulheres’, todavia, essa opressão não se dá exclusivamente dos homens para as mulheres, podendo ocorrer

também entre mulheres (Delphi, 2009b, p. 173). Trata-se de um sistema político e econômico, constituído com base na superioridade do homem/pai sobre os demais familiares, mas não apenas na dimensão familiar.

Nos termos de Saffioti (2000, p.74), “rigorosamente, o econômico e o político integram o social de maneira indissolúvel”. Este modelo social, constitui-se numa estrutura na qual as mulheres devem ocupar uma posição inferior à dos homens, seja no âmbito familiar, social, trabalhista ou institucional. Diante disso, o patriarcado é um sistema econômico, político e um modo de organização social regulamentado pela autoridade/superioridade paterna e suas formas simbólicas de representações no campo da cultura, garantem a hegemonia masculina e impõem a dominação e controle sobre as mulheres, seus corpos e suas vidas. Essas dimensões, no plano subjetivo-material, manifestam-se em um cotidiano no qual não é necessária a presença direta de um homem para que o patriarcado opere, as mulheres, ainda que em posições distintas, também produzem esses valores e práticas, ou seja, tanto os homens quanto as mulheres não estão imunes a essas estruturas. Tal como nos ensinou Marx, a sociedade é uma totalidade *orgânica*, não mera articulação de elementos isolados e fragmentados. Esse sistema é implementado e naturalizado socialmente, incidindo em todos os âmbitos das relações sociais, segundo Saffioti (2000, p.74), “para o materialismo histórico, o substrato material⁹ de todos os fenômenos sociais apresenta importância inquestionável”, logo, as ideias, as instituições e os comportamentos humanos são moldados por essa base material.

As representações sociais não são mero reflexo individual, mas expressão concreta de uma totalidade social. Em outras palavras, esse processo evidencia como a dominação patriarcal não se perpetua apenas por coerção direta, mas um ciclo dialético entre consciência e prática a partir das representações ou introjetado por consentimento ideológico. A interiorização do patriarcado pelas mulheres, não significa simples conformismo, mas a manifestação de uma realidade social contraditória, em que os sujeitos vivem sob determinações que, muitas vezes – mas nem sempre – escapam à sua própria consciência. Portanto, as representações do patriarcado não estão condicionadas a interesses específicos, mas expressões da realidade de forma sistemática. Nesse sentido, Saffioti (2000. p. 74), sustenta que “a representação é a subjetivação da objetividade que, na condição de mola

⁹ No artigo, *Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?* Saffioti, menciona o “substrato material”, referindo-se a fatores materiais, biológicos, sociais e ideológicos, repletos de compromissos ético-políticos (seja pela corrupção, seja em defesa da coletividade) que moldam a produção de conhecimento e o agir político (Saffioti, 2000).

propulsora da ação, volta para o mundo da objetividade”, ou seja, nascem de elementos objetivos, interiorizados pelos indivíduos e depois retornam ao mundo como prática social, influenciando uma nova realidade. Aqui, vale mencionar que, concordamos com Cisne e Santos (2018) que as mulheres, ao reproduzirem o patriarcado, diferente dos homens, não usufruem de privilégios, longe disso.

Cabe aqui a distinção entre ideologias e representações sociais. Segundo Saffioti (2000), a ideologia não é neutra, mas se apresenta por meio de interesses sociais específicos, comprometida com a legitimação e naturalização de determinadas relações de poder, diferente da representação social que se expressa como mediação simbólica da realidade pelas formas de pensamento que não estão comprometidas com interesses de dominação. A ideologia, ao contrário, “nasce comprometida com interesses de gênero, de raça/etnia, de classe social. Em seu imo reside a inversão dos fenômenos, parte integrante do processo de dominação-exploração” (Saffioti, 2000, p. 74). Defender que uma sociedade emancipada pode prescindir da ideologia, mas não das representações.

Dialogando com as ideias de Cisne e Santos (2018, p. 45), o surgimento do patriarcado trata-se de uma determinação sócio-histórica que configura relações de gênero desiguais e de opressão, consubstanciadas em quatro eixos, estruturados da seguinte maneira: “(1) relações de sexo/sexualidade; (2) a constituição da família heteropatriarcal-monogâmica associada ao controle sobre a subjetividade e o corpo 3) a divisão sexual e racial do trabalho; 4) a violência contra a mulher e a população LGBT[QIAPN+]”. Segundo as autoras, nenhum desses elementos, por sua vez, resulta de um processo natural ou isolado.

Nesse sentido, as autoras destacam que, quanto à representação máxima do patriarcado, esta se expressa na figura masculina, associada ao ideário do “macho” – sobretudo homens cis, hétero e branco. A prática do poder patriarcal não se circunscreve ao sexo biológico da mulher, mas perpassa toda a construção social do feminino, incorporada por narrativas de fragilidade, subordinação e feminilidade enquanto que, para os homens, os atributos são associados a virilidade, força, liderança e dominação. Tais representações, são expressões da “heterossexualidade compulsória, que opera como uma mediação fundamental da dominação-exploração patriarcal” por meio de mecanismos que apoiam a lógica binária das relações (Cisne; Santos, 2018, p. 13). Tudo que desafia esse modelo hegemônico é subalternizado por meio de formas estruturais de opressão, como machismo, sexismo e homofobia. Portanto, aos que não performem virilidade ou não se encaixam no perfil do “macho” consequentemente sofreram opressão, de forma ainda mais cruel, aqueles que

rejeitam os códigos da masculinidade hegemônica, como no caso das travestis e das mulheres transexuais. Nas palavras de Cisne e Santos:

Podemos, portanto, considerar que o patriarcado exerce controle sobre a subjetividade, o corpo e a sexualidade da mulher atingindo, também, a população LGBT, [LGBTQIAPN+] mediante a imposição rígida e binária de um modo de ser feminino e masculino, com ênfase na desvalorização e dominação da mulher e do que é identificado como feminino. (Cisne; Santos, 2018, p. 44, [inclusão nossa]).

O domínio sobre o corpo e a sexualidade das mulheres ocorre a partir de variados mecanismos de opressão e controle, estruturados pelas relações heterossexuais da sociedade. Essas são relações de opressão e exploração, que sustentam o patriarcado e não acontecem de forma natural ou isolada, mas são dinamicamente pensadas e articuladas, combinando-se para manutenção e o fortalecimento de um sistema regido pela "dinâmica entre controle e medo" (Saffioti, 2015, p. 136). Reforçando essa concepção:

O controle sobre o corpo e a sexualidade, a opressão e a exploração que o patriarcado desenvolveu e desenvolve sobre a mulher, sob um "modelo" heterossexual obrigatório de naturalização dos sexos, vieram atender a dois interesses. Primeiro, a garantia de controle sobre as(os) filhas(os), o que significava mais força de trabalho e, portanto, mais possibilidade de produção de riqueza. Segundo, ao garantir que a prole seria sua, assegurava-se aos homens a perpetuação da propriedade privada por meio da herança (Cisne; Santos, 2018, p.44)

Esses são dois mecanismos centrais da lógica patriarcal, impostos com a finalidade de naturalizar as desigualdades sexuais e, por fim, assegurar a produção e reprodução da propriedade privada. O objetivo é garantir a continuidade do domínio através do controle da prole – o que resulta, portanto, em mais força de trabalho – possibilitando o aumento da produção de riqueza, assegurando aos homens a sustentação de práticas conservadoras para manutenção do patriarcado e do fortalecimento do sistema capitalista por meio da aliança entre: a família patriarcal, o Estado e a propriedade privada, como sinalizam Engels (2019) e Federici (2017).

De acordo com Prado (1985) e Saffioti (2015), a dominação masculina manifesta-se na apropriação do corpo feminino, legitimando ao homem a liberdade de “impor à mulher múltiplas gravidezes, com o objetivo de produzir força de trabalho em benefício próprio” (Prado 1985, p. 55). Nas palavras de Saffioti (2015, p. 105), o patriarcado transformou as mulheres em "objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de

trabalho e de novas reprodutoras". Reside aí uma das primeiras e mais poderosas formas da imbricação entre o sistema patriarcal-capitalista.

Dessa forma, esse movimento analítico aponta que, para manutenção do poder patriarcal, atuam duas instâncias fundamentais nas relações sociais: a política e a economia ou nas palavras de Marx (2008, p. 47), “a totalidade das relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência.”. Ambas se complementam e se sustentam mutuamente e por isso são indispensáveis para a relação entre capitalismo¹⁰ e patriarcado.

O poder político e, principalmente, o econômico, historicamente centralizado na figura masculina, - homens cis, hétero¹¹ e branco - sofrem variações conforme a condição de classe. Quem domina economicamente a sociedade capitalista são os detentores privados dos meios de produção, os quais exploram a força de trabalho alheia, e justamente por essa posição de poder econômico e político que a maioria dos homens, conseguem promover a manutenção da lógica patriarcal. Em contrapartida, aqueles que não estão inseridos nos espaços de poder ou não usufruem plenamente dos privilégios estruturados pela desigualdade de gênero (classe ou raça) – como às mulheres, pessoas LGBTQIANP+, pessoas negras e pobres – são, em sua maioria excluídos das discussões e das decisões que moldam a sociedade. Esses, quando estão inseridos em espaços de poder, sua inserção geralmente está condicionada à manutenção das estruturas vigentes, desde que não questionem ou desafiem a ordem, caso contrário serão vítimas desse sistema violento e opressor. Diante disso, a superação do modo de produção capitalista é condição indispensável para romper com a dinâmica de opressão que sustenta tanto a exploração quanto a dominação de gênero e outras formas de subalternização. Isso exige a ocupação e a transformação dos espaços sociais, por meio da construção de caminhos coletivos capazes de romper com essa lógica.

Em vista disso, reduzir a opressão patriarcal a algo meramente ideológico é uma limitação teórica e política grave. Para enfrentar a opressão vivida pelas mulheres – e de forma mais ampla, por sujeitos sociais marcados pelas desigualdades – é necessário reconhecê-la em sua materialidade e concretude diante das relações sociais historicamente determinadas e não apenas mero reflexo no plano das ideias ou da cultura. Essa crítica é

¹⁰ Capitalismo enquanto sistema econômico que se infiltra em todos os âmbitos da vida social, “a transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura (Marx, 2008, p. 48). A análise da junção das funções econômicas e políticas é abordada nos estudos de Marx (2008) a *Contribuição à crítica da economia política*.

¹¹ Heterossexualidade ainda que compulsória e performática, muitas vezes irreal e falaciosa.

compartilhada por autoras feministas marxistas que questionam a separação entre opressão de gênero e exploração de classe. Muitos ainda acreditam que a exploração de classe é algo concreto e real, enquanto a opressão de gênero é cultural ou ideológica e por isso menos urgente ou transformável apenas por ações culturais. Ainda que vivamos em uma sociedade permeada por ideologias – comprometidas com interesses de gênero, de raça/etnia, de classe social, segundo Saffioti (2000) “haverá sempre espaço para o ‘achismo’”. A melhor maneira de não temer os esquemas patriarcais conservadores de pensamento consiste em lutar, de todas as formas possíveis, por uma sociedade menos injusta. Isto equivale a desenvolver uma práxis conforme a este objetivo, seja pela exigência do cumprimento dos direitos já conquistados, pela participação nas organizações e movimentos sociais ou na desconstrução cotidiana de posturas misóginas, machistas e homofóbicas (p.75).

Para analisar a sociedade de forma crítica, não basta mencionar a existência de relações de gênero, é necessário especificar a que tipo de relações nos referimos. Neste trabalho, adota-se a noção de “relações patriarcais de gênero” (Cisne; Santos, 2018), cuja análise teórica foi previamente apresentada. A partir disso, torna-se indispensável elaborar as indagações que envolvem o conceito e a categorização de ‘gênero’, os quais nortearão o percurso analítico desta pesquisa.

Partindo dessa premissa, Maria Lygia Moraes publicou, na revista *Cadernos Pagu*, em 1998, o artigo *Usos e Limites da Categoria Gênero* e contribuiu ao discutir a implicação semântica do termo, destacando que:

Em inglês, ‘gender’ é um substantivo que designa exatamente a condição física e/ou social do masculino e do feminino, a palavra ‘gênero’, em português, é um substantivo masculino que designa uma classe que se divide em outras, que são chamadas espécies. Existe, portanto, uma dificuldade semântica que confunde o leitor médio e que obriga, na verdade, a uma constante necessidade em definir o que seja gênero, sempre que utilizamos tal categoria em português (Moraes, 1998, p. 101).

Com o apoio de Moraes (1998), percebe-se que, em português, o termo “gênero” possui um significado amplo e pouco específico. Trata-se de uma palavra genérica utilizada em diversos contextos – por exemplo, gênero literário e gênero gramatical. Por isso, sempre que for empregada como categoria de análise das relações sociais, é necessário explicitar seu sentido teórico. Além disso, no campo teórico-político, “gênero”, assim como outros conceitos, é constantemente disputado, logo, sua fundamentação teórica é imprescindível.

Scott (1989) menciona três abordagens teóricas que lidam com a questão de gênero:

[...] A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (Scott, 1989, p. 3).

No campo das Ciências Sociais, de acordo com Moraes (1998, p. 100), a expressão “relações de gênero” refere-se a uma perspectiva culturalista, “em que as categorias diferenciais de sexo não implicam no reconhecimento de uma essência masculina ou feminina”. Ou seja, o que define homens e mulheres não é a biologia, mas os significados que a cultura e a sociedade atribuem às diferenças sexuais. A ideia central da autora é que ser homem ou mulher não é apenas uma condição biológica, mas sim um efeito das relações sociais e políticas, estruturadas por diferentes formas de dominação e hierarquia, como o patriarcado, e a divisão sexual do trabalho.

Nesse sentido, a historiadora e antropóloga Maria Luiza Heilborn já havia publicado, em 1992, o artigo *Usos e Abusos da Categoria Gênero*, no qual critica o uso simplista da categoria como um mero rótulo para ‘homens’ e ‘mulheres’. Em suas palavras, o uso dessa categoria:

não deve ser acionada como um substituto de referência para mulher ou homem. Seu uso designa, ou deveria fazê-lo, a dimensão inerente de uma escolha cultural e de conteúdo relacional. Por outro lado, ele traz embutida a articulação desse código que se apropria da diferença sexual tematizando-a em masculino e feminino com outros níveis de significação do universo. Ele interage com outros códigos sociais. (Heilborn, 1992, p. 41)

Ao analisar as contribuições de Heilborn (1992) e Moraes (1998), pode-se destacar dois pontos fundamentais. Primeiramente, que o gênero é uma construção cultural e relacional, trata-se dos significados socialmente atribuídos ao que é ser homem ou mulher, os quais afetam diretamente as relações sociais. Em outras palavras, o gênero não é uma determinação biológica, mas uma construção social. Em segundo lugar, observa-se que, na contemporaneidade, o gênero não de forma isolada, ao contrário, interage com outras estruturas simbólicas que organizam a vida social, como o patriarcado - sinalizado anteriormente - o racismo e o capitalismo.

Nessa direção, as abordagens de Cisne e Santos (2018), com base em Gayle Rubin, coadunam com as perspectivas de Heilborn (1992) e Moraes (1998) e acrescentam considerações relevantes. As autoras assinalam que “gênero é concebido como o que é determinado socialmente, e o sexo seria o que é considerado biológico ou fisiológico, ou seja,

natural” (Cisne e Santos, 2018, p.47), mas sinalizam uma dualidade fundamental entre ambos de modo que a “dicotomia reside, portanto, entre o que se considera natural (sexo) e social (gênero)” (Cisne e Santos, 2018, p. 48). Dessa forma, é necessário compreender o caráter socialmente constitutivo do gênero, tendo em vista que a simples historização do sexo não é suficiente para fundamentar sua construção social. Isso porque a própria definição de “sexo” também é socialmente construída, e essa suposta “dimensão biológica” tem sido usada para legitimar a naturalização da sexualidade, conforme tratada pela dimensão política e econômica do conservadorismo (Cisne; Santos, 2018). De acordo com as autoras:

A construção social do gênero, portanto, não pode se dar em detrimento da historicização do sexo. A crítica à biologização do sexo a que o gênero esteve associado é uma das razões que fazem algumas feministas materialistas preferirem a adoção do termo "relações sociais de sexo" e não gênero, por entenderem que o sexo também é socialmente determinado e que reduzi-lo à dimensão biológica reforça o processo de naturalização e de a-historicidade que a sexualidade tem sido tratada, notadamente, no ambiente teórico e político conservador. [...] O conceito de gênero necessita, portanto, de uma análise crítica não apenas pela dualidade que induz ao tendenciar a dicotomia sexo/gênero, natural/social, obscurecendo o caráter histórico de categorias como sexo e corpo (Cisne; Santos, 2018, p.50).

Retomando as três abordagens teóricas anteriormente apresentadas que, segundo Scott (1989) tratam das questões de gênero, interessa-nos particularmente as duas primeiras: a análise feminista que apoia nos estudos das origens e da estruturação do patriarcado, e a que busca um diálogo com as críticas feminista a partir da tradição marxista. O surgimento do conceito de gênero contribuiu para complexificar a problemática das relações sociais de sexo, demonstrando que esse conceito não pode ser analisado de forma isolada das demais categorias que estruturam o pensamento feminista marxista, como o patriarcado e as relações de classe. Reconhecemos a importância das contribuições de algumas feministas materialista - com as quais nos alinhamos - que, ao adotarem o termo “relações sociais de sexo”, oferecem análises teóricas profundamente rigorosas, densas e coerentes sobre a estruturação das desigualdades de gênero. Ainda que nesta pesquisa optamos pelo uso da categoria gênero, essa escolha não nos distancia do campo teórico do feminismo marxista, mas expressa uma estratégia política e analítica. Portanto, não se trata aqui de uma crítica à suposta insuficiência da abordagem “relações sociais de sexo”, mas sim de uma escolha teórico-política pela categoria “gênero”, compreendida como um termo em disputa, que permite certa acessibilidade e penetração nos espaços institucionais e acadêmicos contemporâneos. Ora, se “os estudos de gênero, quando comparados aos estudos feminista, adquirem, por vezes, um

caráter mais ‘neutro’, menos ofensivo, ou seja, mais polido ao gosto das instituições multilaterais e governamentais, além de aparentemente mais ‘acadêmico’ ou ‘científico’.” (Cisne; Santos, 2018, p. 51), faremos a escolha de talvez utilizar desse atributo para adentrar nos espaços e disputar discursos. No entanto, essa escolha não nos distancia dos fundamentos teóricos que reconhecem o gênero como categoria relacional, marcada por contradições e vinculada a estruturas sociais de dominação e exploração, como o patriarcado, o racismo e o capitalismo. Falar em gênero, portanto, é falar também - e necessariamente - de opressão, desigualdade e violência e essa dimensão crítica não se perde ao adotar o termo “gênero”.

Moraes (1998) defende que o gênero, assim como a classe social, deve ser entendido como uma relação, ou seja, não existe gênero de forma isolada. Gênero e classe são categorias relacionais que estruturam as relações de poder na sociedade – nesse conjunto, a raça jamais ficará de fora, ela também compõe essa estrutura de forma estritamente particular e perversa ainda que, não tenha sido mencionada pela autora. Nesse sentido, a autora valoriza as contribuições do feminismo marxista, que combina a crítica à opressão de gênero com a crítica à exploração de classe - e não apenas isso. Quando empregadas corretamente, essas categorias evidenciam como as desigualdades de gênero, assim como a classe social e a raça, foram historicamente construídas. Nas palavras da autora:

O uso da categoria gênero, nesse sentido, alertaria para os riscos de se tomar como produto da natureza relações inscritas na ordem social. Categoria relacional, por excelência, o gênero teria um estatuto semelhante à categoria classe. Ora, as duas grandes dimensões da vida humana: aquilo que cada um carrega de “universal” (ser homem/ser mulher e seus imperativos biológicos inexoráveis) e aquilo que sustenta de “particular” (sua sociedade específica) foram estudadas pelas duas maiores teorias de nossa época: o marxismo e a psicanálise. O feminismo contemporâneo impulsionou o que poderíamos chamar de uma perspectiva feminista de análise que, especialmente em sua vertente marxista, ajudou a entender as complexas dimensões de um mundo em que a distribuição do poder obedece a hierarquias sexuais e de classe social. (Moraes, 1998, p. 100).

Dessa forma, o conceito de gênero, quando analisado de forma separada dos fundamentos do patriarcado e das relações sociais de classe, contribui para a naturalização do sexo e não cumpre sua função política que circunda a consciência de classe, elemento central na luta feminista. Por isso, o debate sobre o conceito de gênero deve ser feito de forma atrelada e circunstanciada às relações patriarcais, considerando a base social das opressões e desigualdades historicamente determinadas pelo modo de produção capitalista. Compreender que a desigualdade de gênero tem origem nas relações patriarcais de gênero, implica reconhecer que a análise do patriarcado é fundamental, e que sua historicização, junto à

análise das relações sociais de classe e de raça é indispensável na disputa crítica do conceito de gênero frente às apropriações conservadoras e preconceituosas.

2.2 Divisão social e sexual do trabalho

A investigação dos fundamentos sócio-históricos do patriarcado exige situá-lo na totalidade social em que se inscreve. Sob o prisma do materialismo histórico, as interações humanas no regime capitalista operam como relações de produção, logo, decifrar a sociabilidade burguesa demanda analisar o trabalho como categoria fundante do ser social. É a partir dessa atividade constitutiva que se revela a dinâmica de exploração que sustenta a contradição central do capital enquanto relação social. A partir dos estudos sobre a divisão social do trabalho, referenciados nas abordagens de Marx, Engels e da tradição marxista, o feminismo aprofundou significativamente suas análises ao incorporar a categoria da “divisão sexual do trabalho”, potencializando a compreensão das relações de trabalho na contemporaneidade.

Nessa perspectiva, a divisão sexual do trabalho é entendida como a materialização da opressão nas relações entre homens e mulheres na dinâmica capitalista-patriarcal. Para essa análise, importa destacar a contribuição, ainda que incipiente, de Marx e Engels (2007), ao considerarem que a divisão do trabalho é marcada pela particularidade das relações entre homens e mulheres, ainda que ancorada em diferenças biológicas:

[...] desenvolve-se a divisão do trabalho, que originalmente nada mais era do que a divisão do trabalho no ato sexual e, em seguida, divisão do trabalho que, em consequência de disposições naturais (por exemplo, a força corporal), necessidades causalidade etc., desenvolve-se por si própria ‘naturalmente’. A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual (Marx; Engels, 2007, p. 36 grifos nossos).

A reflexão proposta por Marx e Engels permite compreender que a divisão sexual do trabalho constitui a forma mais elementar e histórica da divisão do trabalho, enraizada nas condições materiais da reprodução da vida social. No entanto, longe de se tratar de uma determinação natural ou imutável, essa divisão é progressivamente apropriada e reorganizada pelas relações sociais de produção, assumindo um caráter hierárquico e desigual. É nesse movimento histórico que a divisão sexual do trabalho se articula à emergência da propriedade privada e à separação entre trabalho produtivo e reprodutivo, consolidando a subordinação das

mulheres e a naturalização de seu lugar na reprodução social, aspecto amplamente aprofundado pelas contribuições do feminismo marxista.

Nesse sentido, a primeira manifestação da propriedade privada, expressa no controle exercido pelos homens sobre mulheres e filhos, encontra sua base material na conformação histórica da família, em particular da família patriarcal. A complexificação das relações sociais, orientada por um *ethos* cultural e ideológico específico, passou a fundamentar historicamente as relações entre homens e mulheres, articulando-se ao surgimento da propriedade privada, à divisão de tarefas na organização da vida social e aos papéis socialmente atribuídos à reprodução social. Assim, “a divisão sexual do trabalho é uma expressão da divisão do trabalho, ou seja, um embrião da divisão social do trabalho posteriormente maturada” (Alves, 2017, p. 27).

Entretanto, a divisão sexual do trabalho não pode ser compreendida como um simples desdobramento de diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas como uma construção social e histórica que organiza funções, papéis e hierarquias a partir de interesses políticos e econômicos vinculados ao modo de produção e reprodução da vida social. Ainda que suas formas iniciais estejam associadas às condições materiais da sobrevivência, essa divisão adquire, ao longo do desenvolvimento histórico, um caráter desigual e hierarquizado, articulando-se à consolidação da propriedade privada, às transformações nas formas de parentesco e à institucionalização do poder masculino sobre a organização da vida social. Nesse sentido, Alves (2017) evidencia, a partir da leitura de Engels, que a divisão sexual do trabalho se constitui como um dos fundamentos da dominação masculina, ao acompanhar a transição das sociedades organizadas segundo a matrilinearidade para aquelas estruturadas pela patrilinearidade, processo no qual se reconfiguram as relações de herança, propriedade e controle dos meios de produção e reprodução social:

Para Engels (2010), vigorava, nas sociedades que viviam da caça e da coleta, uma divisão sexual do trabalho em que os homens eram responsáveis pelo trabalho externo de procura e fabricação de instrumentos para a realização das suas atividades de caça. Engels (2010) também acrescenta que nestas sociedades houve uma transição, com o surgimento da propriedade privada, do direito de herança materno para o direito de herança paterno. Para o referido autor, as sociedades primitivas eram organizadas com base na matrilinearidade (sistema de filiação/parentesco em que a ascendência materna é base da organização social e familiar) e, posteriormente, passam a se organizar com base na patrilinearidade. Esse momento foi caracterizado pelo autor como uma grande derrota para o sexo feminino, ou seja, o triunfo do direito paterno sobre o direito materno. Aquilo que já era posse do homem passa a ser transferido ao seu filho mais velho. A herança transmitida de pai para filho privava as mulheres de terem acesso aos instrumentos e meios de trabalho disponíveis para a produção e reprodução social. (Alves, 2017, p. 27).

Nas análises de Tabet (2014), a divisão do trabalho entre homens e mulheres é determinada, entre outros fatores, pelo acesso, domínio e controle dos instrumentos de trabalho. A autora demonstra que o controle dos instrumentos de produção não é um elemento neutro ou secundário, mas encontra-se ancorado na própria objetividade da divisão sexual do trabalho. Desse modo, os instrumentos utilizados não apenas orientam a atribuição de determinadas tarefas às mulheres, como também fundamentam sua exclusão sistemática de certas atividades produtivas. A posse masculina sobre esses instrumentos converte-se, assim, em um elemento constitutivo dos privilégios masculinos em diferentes esferas da produção social, contribuindo para a reprodução das desigualdades e para a objetificação das mulheres, cuja apropriação — simbólica ou material — tende a ser naturalizada nas relações sociais.

Um aspecto central destacado por Tabet (2014) refere-se à crítica feminista aos pressupostos tradicionais da antropologia sobre a divisão sexual do trabalho, em especial à noção de complementaridade harmoniosa entre homens e mulheres. Segundo a autora, a interpretação que atribui aos homens atividades como a caça e a fabricação de instrumentos, supostamente determinadas por atributos físicos, enquanto reserva às mulheres funções associadas ao cuidado, à coleta e à reprodução, contribui para ocultar os conflitos e as relações de poder entre os sexos. Ao naturalizar essa distribuição de tarefas, apaga-se o caráter histórico e político da divisão sexual do trabalho, que se sustenta em desigualdades socialmente produzidas e atua na manutenção das relações de dominação masculina. Por essa razão, Tabet (2014) enfatiza a necessidade de analisar a divisão sexual do trabalho como uma relação política entre os sexos.

Nesse sentido, Alves (2017) aprofunda essa discussão ao evidenciar como tal estrutura material e simbólica se manifesta no cotidiano das relações sociais, reforçando a subordinação das mulheres e a hierarquização das atividades socialmente definidas como femininas. Ao dialogar com Tabet, o autor problematiza a ideia de uma divisão “natural” entre atividades masculinas e femininas, ressaltando a centralidade dos instrumentos de trabalho e das formas de apropriação histórica desses meios na constituição das desigualdades entre homens e mulheres. Assim, torna-se possível compreender que a divisão sexual do trabalho não pode ser apreendida de maneira homogênea ou universalizante — como no esquema simplificador que associa aos homens a caça e às mulheres a coleta —, mas exige a análise das nuances históricas e das assimetrias que atravessam a participação de homens e mulheres nas mesmas atividades necessárias à produção e à reprodução social:

Em suma, Tabet (2014) questiona a tese de que existem naturalmente atividades femininas e masculinas. A autora nos mostra que devemos apreender o significado dos instrumentos de trabalho necessários para a realização de determinadas atividades e, com isso, explicitar o modo como homens e mulheres se apropriaram desses instrumentos na história da humanidade. O que aludimos anteriormente nos leva a compreender que não podemos homogeneizar as experiências históricas num quadro em que aos homens cabia a caça e às mulheres a coleta. Ao contrário, devemos nos apropriar das nuances, explicitando assimetrias existentes entre homens e mulheres na realização das mesmas atividades necessárias para a produção e reprodução social. (Alves, 2017, p. 33).

No interior do feminismo marxista, a divisão sexual do trabalho é compreendida como o fundamento estruturante das relações sociais de sexo, não se restringindo a uma mera repartição funcional de tarefas na produção da vida material — como aquela observada no mercado de trabalho —, mas atravessando o conjunto da vida social. Trata-se de uma forma específica de organização social que articula trabalho, poder e hierarquia, produzindo e reproduzindo desigualdades entre homens e mulheres. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho opera como um princípio de distribuição desigual dos espaços, dos recursos e das posições de decisão nos âmbitos político, econômico e simbólico, definindo historicamente quem deve ocupar determinados lugares sociais e quem se apropria dos privilégios a eles associados. É a partir dessa compreensão que Kergoat (2009) define a divisão sexual do trabalho como expressão central das relações sociais de sexo:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.) (Kergoat, 2009, p.67)

Para a análise da divisão sexual do trabalho como constitutiva das relações sociais e de produção, parte-se da compreensão marxiana de que o trabalho é a atividade por meio da qual os seres humanos, historicamente, transformam tanto a natureza quanto a si próprios. Em Marx (2001), o trabalho não se reduz a um ato técnico ou econômico, mas constitui a mediação fundamental entre subjetividade e objetivação, sendo a atividade elementar por meio da qual se conforma o ser social¹².

¹² “O trabalho é constitutivo do ser social, mas o ser social não se reduz ou esgota no trabalho. Quanto mais se desenvolve o ser social, mas as suas objetivações transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho. No ser social desenvolvido, verificamos a existência de esferas de objetivação que se autonomizam das exigências imediatas do trabalho - a ciência, a filosofia, a arte etc” (Netto, Braz, 2012, p. 55).

O trabalho é responsável por produzir a base material do processo histórico de construção do indivíduo na sociedade, dessa forma, a condição da humanidade pressupõe o trabalho enquanto atividade vital e portanto, imprescindível no processo de sociabilidade. O que difere o trabalho do ser humano para os demais animais na natureza, se refere a chamada prévia ideação, em que o ser humano é dotado de capacidade racional de, a partir da materialidade concreta, elaborar no plano das ideias o resultado final que deseja alcançar, assim como os meios para fazê-lo. Diferentemente do trabalho enquanto atividade instintiva, tal como realizada pelos animais, o ser humano é dotado de capacidade racional, a partir da qual elabora e estabelece as relações sociais.

Desse modo, o trabalho funda o conjunto das objetivações e se constitui como parte da essência humana, não como uma estrutura fechada, atemporal, mas como o conjunto de atributos, qualidades e possibilidades. O homem vem desenvolvendo ao longo da história relações sociais específicas dentro de uma sociabilidade historicamente determinada pela constituição das classes sociais, a partir da apropriação privada dos meios de produção frente aqueles que vão deter apenas a força de trabalho, impedidos de acessar as condições necessárias para realização deste. Assim, a sociedade de classes produz a divisão entre duas classes fundamentais, a burguesia e o proletariado.

A constituição das relações sociais e de produção na sociabilidade burguesa está essencialmente imbricada no conceito de “mais-valia”, que consiste na parcela de trabalho excedente não pago ao trabalhador, a classe trabalhadora e apropriada pelo detentor dos meios de produção, a classe burguesa. Esse processo se dá no âmbito da produção e se materializa na circulação das mercadorias, momento em que o seu valor de troca incorpora também o trabalho não pago. Ao investir capital no processo produtivo, o capitalista dispõe de capital constante (como os meios de produção, as máquinas e as inovações tecnológicas) e capital variável (a força de trabalho). Ao final do processo produtivo, através da força de trabalho aplicada na mercadoria, se materializa o lucro, configurando o que se identifica um dos pontos centrais da teoria de Marx: só o trabalho é capaz de gerar mais valor. Netto, Braz (2012) afirmam que:

A força de trabalho possui uma qualidade única [...] ela cria valor - ao ser utilizada, ela produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa. E é justamente aí que se encontra o segredo da produção capitalista: o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) - e este último é maior que o primeiro. O capitalista compra a força pelo seu valor de troca e se apropria de todo o seu valor de uso. (Netto, Braz, 2012, p. 113).

Observa-se que, o mesmo processo que produz as condições de vida e a riqueza social produz também a miséria, “nas mesmas condições em que se processa o desenvolvimento das forças produtivas, desenvolve-se também uma força repressiva” (Marx, 2001). Com o desenvolvimento social e econômico e com a incorporação de tecnologias, o cenário social da produção e relações sociais que poderia apresentar resultados como melhorias concretas frente às demandas sociais da classe trabalhadora, não se efetiva, uma vez que objetivo final das relações de produção capitalista é a obtenção de mais valia e ampliação do lucro.

Assim, com a desenvolvimento do capitalismo, com suas leis de vigência e relações sociais que se tornam também relações de produção, faz-se emergir o pauperismo absoluto no século XIX, marcando a gênese da “questão social”¹³. De acordo com Netto:

Se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizou. Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente dos seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos até das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente. Se nas formas de sociedade precedentes à sociedade capitalista a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez. Numa palavra: a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o pauperismo – aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão (Netto, 2001, p. 42-43).

Seu sentido social encontra-se imbricado na necessidade do capital de estabelecer maior controle sobre a força de trabalho diante da complexificação das relações sociais e de produção observadas com a emergência do capitalismo concorrencial. Na Europa Ocidental, especialmente a partir de 1848, o cenário social e político passou a expressar uma intensificação da articulação e da organização das massas populares frente ao pauperismo absoluto em que se encontrava a classe trabalhadora. É nesse contexto que o proletariado ingressa efetivamente na arena política, reivindicando seu reconhecimento como classe social. Configura-se, assim, a chamada “questão social”, entendida como uma dinâmica de disputas

¹³ Segundo Iamamoto a “questão social” é indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontra na base da exigência de políticas sociais públicas. Ela é tributária das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa e não um fenômeno recente, típico do trânsito do padrão de acumulação no esgotamento dos ‘trinta gloriosos’ da expansão capitalista.” (Iamamoto, 2001, p. 11).

entre interesses de classe que convoca o Estado a responder às demandas sociais não apenas por meio da coerção e da repressão, mas também por mecanismos de regulação e intervenção social (Guerra; Batista, 2021). Nessa perspectiva, a “questão social” expressa a contradição fundamental do capitalismo, na qual “a pobreza cresce na razão direta em que se aumenta a produção de riquezas” (Netto, 2009).

Diante disso, torna-se fundamental, na discussão acerca da divisão sexual do trabalho, identificar sua relação dialética com a dinâmica da divisão sociotécnica do trabalho na sociedade regida pelo capital. É no processo histórico de estruturação da divisão social e sexual do trabalho que se conformam determinadas relações de produção, responsáveis por organizar, hierarquizar e diferenciar as posições ocupadas por homens e mulheres no interior do modo de produção capitalista. É a partir dessa perspectiva que Hirata (1989) analisa a constituição histórica da divisão sexual do trabalho:

De um ponto de vista histórico, a estruturação atual da divisão sexual do trabalho (trabalho assalariado/trabalho doméstico; fábrica, escritório/família) apareceu simultaneamente com o capitalismo, a relação salarial só podendo surgir com a aparição do trabalho doméstico (deve-se notar de passagem que esta noção de “trabalho doméstico” não é nem histórica nem transitória; ao contrário, sua gênese é datada historicamente). Do nascimento do capitalismo ao período atual, as modalidades desta divisão do trabalho entre os sexos, tanto no assalariamento quanto no trabalho doméstico, evoluem no tempo de maneira concomitante às relações de produção (Hirata, 1989, p. 95).

No que se refere à divisão sexual do trabalho, trata-se de uma relação estruturante das relações de gênero no interior da dinâmica capitalista, uma vez que organiza de modo sistemático a distribuição das atividades, dos tempos e dos espaços sociais entre homens e mulheres. Conforme destacam Cisne e Santos (2018), essa divisão não é natural nem imutável, mas resulta de processos sócio-históricos e se submete às transformações historicamente determinadas do modo de produção capitalista. Ainda assim, tais transformações não eliminam seus fundamentos organizadores, pois a divisão sexual do trabalho se mantém ancorada em princípios estruturais que atravessam diferentes contextos históricos, assegurando a reprodução das desigualdades de gênero. Nesse sentido, as autoras, em diálogo com Hirata e Kergoat (2007), evidenciam que essa forma particular da divisão social do trabalho se sustenta em dois princípios centrais — a separação e a hierarquização — os quais operam como mecanismos permanentes de organização e legitimação da desigualdade entre os sexos:

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem ‘vale’ mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a ‘papéis sociais’ sexuados que remetem ao destino natural da espécie (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599).

Dessa forma, a análise da divisão sexual do trabalho exige a compreensão dos mecanismos ocultos no processo de acumulação capitalista, uma vez que essa divisão se constitui como uma relação estrutural de dependência entre exploração e opressão das mulheres. Tal articulação não se limita à distribuição desigual de tarefas, mas incide diretamente sobre a forma como o capital organiza e hierarquiza o trabalho feminino, tanto na esfera produtiva quanto na reprodutiva. Como destaca Cisne (2004, p. 128), as análises de gênero não devem se restringir à descrição de classificações ou categorizações — como ser homem ou ser mulher —, mas devem apreender de que modo os significados socialmente atribuídos a essas categorias interferem e contribuem para a construção do mundo do trabalho. Nessa perspectiva, a “feminização” do trabalho, apreendida a partir de uma análise crítica da divisão sexual do trabalho, revela determinações centrais para a produção e a reprodução do capital, que se expressam no desenvolvimento de formas específicas de superexploração do trabalho e das atividades realizadas pelas mulheres, tanto no âmbito público quanto no privado.

Para Antunes (1999), a análise da condição da mulher na sociedade capitalista tem como expressão a chamada “dupla exploração” e até tripla, provocada pela conveniência dos interesses políticos e econômicos dos modelos de gênero determinados dentro da dinâmica do Capital, conferindo às mulheres uma dupla jornada de trabalho, a sua vivência no mercado de trabalho enquanto classe trabalhadora e a jornada executada em casa, com a manutenção da casa e da família. A problemática se encontra no fato de que, além de deter responsabilidades e funções específicas as mulheres não são remuneradas por tal papel, constituindo o que o autor chama de “trabalho não pago” observa-se:

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer no espaço público seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria. Sem essa

esfera da reprodução não diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema do metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas (Antunes, 1999, p. 108-109).

No interior da lógica capitalista de acumulação, a divisão sexual do trabalho opera como um mecanismo fundamental de organização e controle da força de trabalho, ao atribuir prioritariamente aos homens as funções vinculadas à produção social e às mulheres aquelas relacionadas à reprodução social, historicamente associadas à dicotomia entre os espaços público e privado. Tal organização não apenas hierarquiza essas esferas, como também produz formas específicas de exploração do trabalho feminino, uma vez que as mulheres são simultaneamente responsabilizadas pelo trabalho reprodutivo não remunerado e inseridas de modo subordinado no trabalho produtivo. Embora a separação entre produção e reprodução seja frequentemente mobilizada como recurso analítico, no capitalismo esses momentos constituem uma unidade dialética indissociável, na medida em que a reprodução da força de trabalho é condição necessária para a continuidade da produção capitalista. É a partir dessa compreensão que Alves (2017) problematiza a distinção entre os espaços de produção e reprodução, dialogando com Marx e com a crítica feminista à naturalização dessa dicotomia:

[...] que há uma distinção entre o espaço público (produção) e o espaço privado (reprodução). Marx (1978) já advertia que a produção capitalista é simultaneamente reprodução de relações sociais capitalistas, ou seja, compõe uma unidade dialética que apenas didaticamente podemos separar. *Chabaud e Fougeyrollas-Schwebel* (1986) destacam que não se deve cristalizar o entendimento desses dois momentos (produção e reprodução) como espaços exclusivos de cada sexo, pois as mulheres sempre estiveram nos espaços de produção social. (Alves, 2017, p. 34)

Para compreender sua manifestação na realidade social, a divisão sexual do trabalho, baseada nos critérios da hierarquização, em que o trabalho de homens recebe maior valorização do que o trabalho das mulheres, tem-se como uma grande expressão a diferença salarial e os distintos níveis de exploração nas relações sociais e de trabalho. Nesse sentido, a produção da vida material na sociedade capitalista é também a produção de um modo de ser burguês, então as relações de produção são a base material das relações sociais e de todas as demais relações que se estruturam e se reproduzem. Desse modo, é preciso fazer o movimento de abstração do real, a partir da superação da aparência para compreensão da dinâmica capitalista e da divisão sexual do trabalho. Segundo Alves (2017), é preciso compreender a realidade social a partir do curso histórico da exploração do trabalho “[...] pois requer uma

apreensão das determinações da sociabilidade capitalista e suas manifestações particulares como o surgimento da mercadoria, alienação e mais-valia.” (Alves, 2017, p. 37).

Dessa forma, entende-se que a condição de subalternidade da mulher, no que se refere ao trabalho, está relacionada à naturalização de papéis e ao desenvolvimento de “habilidades” ditas “femininas”, atendendo aos interesses do capital (Cisne, 2004). Identifica-se assim, que é a partir da sociabilidade capitalista, pautada na exploração da força de trabalho e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida que se constituem e articulam os mecanismos de opressão de gênero.

A superexploração da força de trabalho das mulheres constitui um elemento estrutural da dinâmica capitalista, desempenhando papel central tanto na manutenção das relações de dominação de gênero quanto na reprodução ampliada do capital. Essa superexploração não se expressa de forma isolada, mas se ancora na divisão social e sexual do trabalho, que opera simultaneamente como um sistema de organização da produção e como um mecanismo de controle da força de trabalho. Nessa perspectiva, os sistemas de opressão não podem ser dissociados das formas historicamente construídas de exploração, uma vez que a hierarquização das atividades segundo o sexo cumpre uma função estratégica no processo de expropriação social. É a partir dessa compreensão que Hartmann (1976) analisa a divisão sexual do trabalho como um dos pilares centrais da reprodução da desigualdade entre homens e mulheres no capitalismo:

Assim é possível compreender que a divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista tem papel estratégico e determinante no processo de expropriação social. A divisão do trabalho por sexo parece ter sido universal ao longo da história humana. Em nossa sociedade a divisão sexual do trabalho é hierárquica, com os homens no topo e as mulheres na parte inferior. [...] A Divisão sexual do trabalho, vou argumentar, é o principal mecanismo na sociedade capitalista que mantém a superioridade dos homens sobre as mulheres, porque reforça salários inferiores para as mulheres no mercado de trabalho. [...] A indústria doméstica, criada pelo capitalismo emergente, foi posteriormente substituída e destruída pelo avanço da industrialização capitalista (Hartmann, 1976, p. 137; 147; 149 tradução nossa).

Deste modo, evidencia-se que a divisão do trabalho por sexo não é um processo natural, mas pelo contrário trata-se de um processo social historicamente construído através de relações de dominação e hierarquia assim, é possível observar que a naturalização dos papéis femininos na sociedade é ferramenta indispensável para o processo de acumulação do capital, seja pela desvalorização por parte do trabalho não pago à mão de obra feminina, na

manutenção da vida, resultando uma economia do capital sob esse custo e pela extração da mais valia das mulheres enquanto classe trabalhadora.

O capital não apenas se apropria da divisão sexual do trabalho, como a transforma em um dos principais pilares de sua reprodução, intensificando as desigualdades e aprofundando a exploração da força de trabalho feminina. Ao articular-se estruturalmente ao racismo e ao heteropatriarcado, essa divisão opera como um mecanismo estratégico de dominação que fragmenta a classe trabalhadora e naturaliza hierarquias sociais. Enfrentar tal realidade exige reconhecer a diversidade concreta da classe trabalhadora e compreender como essas opressões são funcionalizadas pelo capital, produzindo e reproduzindo discriminações, precarizações e desigualdades que sustentam a sociabilidade burguesa (Cisne, 2004).

Nesse sentido, a centralidade das mulheres na manutenção e na reprodução da vida social revela o caráter profundamente político da exploração capitalista, que se apoia tanto no trabalho produtivo quanto no trabalho reprodutivo historicamente invisibilizado. A apreensão articulada das relações de classe, raça e gênero não é, portanto, apenas um exercício analítico, mas uma condição indispensável para a construção de uma práxis crítica e emancipatória, capaz de enfrentar as estratégias de acumulação do capital e de tensionar as bases materiais e ideológicas que sustentam a exploração e a opressão na sociedade capitalista.

2.3 Trabalho Feminino? Gênese e desenvolvimento do Serviço Social

No processo de modernização capitalista – transição do capitalismo concorrencial para o monopolista – a relação entre a consolidação da nova fase econômica e o surgimento do Serviço Social é marcada por um período de contradições sociais e aumento da exploração da força de trabalho. Resultado da relação capital-trabalho, tais contradições residem além da extração da mais-valia, mas na transformação societária a partir dos conflitos entre as classes sociais – classe trabalhadora e classe burguesa.

Na fase do capitalismo concorrencial (1860 a 1870) as respostas do Estado para a “questão social” eram meramente coercitivas, reflexos de um período em que as políticas públicas ainda não existiam. Com a ascensão da nova ordem monopólica em meados do século XX, esse cenário passou a se transformar, o capitalismo, orientado pela acumulação de capital, aprofundou o antagonismo entre as classes ao operar contra os interesses da classe trabalhadora, iniciando um período de significativas mudanças nas atribuições do Estado.

De acordo com Netto (2001), a “questão social” surge para nomear a pauperização crescente no século XIX, antes vista como uma condição natural, passou a ser reconhecida

como uma questão política e social devido às mobilizações e resistências da classe trabalhadora. É um termo desenvolvido a partir da perspectiva marxista/marxiana, compreendido como um conjunto de expressões das desigualdades sociais, surgidos a partir da contradição essencial entre exploração do trabalho e acúmulo de capital, um fenômeno particular da sociedade capitalista: há um aumento proporcional entre a riqueza socialmente produzida e a pobreza. Nas palavras de Netto (2001):

[...] para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação: da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência ludista à constituição das trade unions, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma reversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como ‘questão social’ (Netto, 2001, p. 43).

Para manutenção e efetivação dessa nova dinâmica, observa-se uma intensificação progressiva da intervenção estatal, adquirindo seu papel de financiador e consumidor da burguesia (Netto, 2009). Passa a assegurar as condições da reprodução social do capital, intervindo na formação, regulação e mercantilização da força de trabalho. Para tanto, o Estado passa a intervir na realidade social por meio da criação de políticas sociais, o que demanda a criação e institucionalização de profissionais especializados.

Nesse momento, o Serviço Social insere-se como profissão na divisão social e técnica do trabalho, atravessada pela divisão sócio sexual e racial, para atender as demandas das expressões da “questão social”. Evidencia-se que, apesar de suas primeiras práticas surgirem veiculadas a caridade religiosa, a profissão por determinação histórica e social tem seu desenvolvimento e consolidação não como evolução da caridade e filantropia, mas a partir das novas necessidades sociais e do Estado perante aos processos econômicos da ordem monopólica, como destacam Netto (2009) e Oliveira (2021).

Entretanto, mesmo sob determinações históricas e sociais, o Serviço Social carrega influências significativas da Igreja Católica. Destaca-se a importância histórica do desenvolvimento de duas instituições assistenciais no Brasil: Associação das Senhoras Brasileiras de 1920 no Rio de Janeiro e a Liga das Senhoras Católicas em São Paulo em 1923. Segundo Iamamoto (2010), essas instituições são tentativas dadas pela reação católica que buscavam respostas às transformações sociais. Esses movimentos influenciaram o caráter assistencialista das políticas, o marco inicial do serviço social brasileiro e a feminização da profissão.

No Brasil, a partir dos anos 30 do século XX, o Serviço Social atua institucional e profissionalmente como instrumento do Estado para garantia de direitos utilizando das

políticas públicas assistencialistas. Inicia na chamada Era Vargas a implementação das políticas assistenciais através de uma estruturação política e social baseada no clientelismo, no populismo e na benemerência.

Os direitos nessa época eram tidos como concessões do Estado à classe trabalhadora, considerados como favores e até mesmo ajuda, causando uma relação de subordinação e dependência dos trabalhadores que os impediam, portanto, de se reconhecerem, em certa medida, como sujeitos de direitos. Em razão disso, configura-se nesse processo o caráter assistencialista das políticas sociais, “cujos objetivos se centravam em reproduzir e assegurar a relação de dependência e dominação sobre a população usuária” (Cisne, 2004, p. 41).

No decurso dessa lógica contraditória, as políticas sociais ao mesmo tempo que iriam garantir o “atendimento de necessidades concretas da população usuária, que de outra forma lhe é negado, configuram-se como instrumento que assegura a reprodução do capital via garantia da força de trabalho e ameniza os conflitos de classe.” (Cisne, 2004, p.38-39). Essa incongruência localiza a questão assistencial tanto na expansão de direitos quanto no controle e luta da classe trabalhadora, configurando a relação entre o Serviço Social e a assistência social um processo orgânico. Cisne (2004, p 39-40), entende que:

a relação entre o Serviço Social e a assistência social pode ser considerada orgânica à medida que o processo de institucionalização da profissão se dá enraizado com a história da assistência social. No momento em que ela passa a ser de responsabilidade do Estado, este demanda a necessidade de profissionais capacitados tecnicamente para execução dessa política via procedimentos racionais e científicos. Dentro dessas novas configurações expressas na “questão social”, a assistência social irá “moldar” e caracterizar a profissão. [...] A assistência social, portanto, foi e é determinante para o Serviço Social como profissão.

A articulação das políticas assistenciais pelo Estado configura um movimento que, segundo Cisne (2004), utiliza da “figura da mulher” para sua implementação em razão dos papéis sociais instituídos às mulheres pelo patriarcado, incorporados pelos dogmas conservadores da Igreja Católica. A essas mulheres, são postas a responsabilidade da reprodução social da vida, assim como o dever do cuidado, fundada nos moldes dos papéis conservadores de gênero. Segundo a autora:

A assistência social foi se constituindo como um espaço de atuação feminina, inclusive como uma alternativa à vida doméstica/familiar, ao passo que se abria a possibilidade da profissionalização para as mulheres, por ser considerada uma extensão de seus “papéis domésticos” e um cumprimento de seu ‘papel na sociedade’ (Cisne, 2004, p. 45).

Ao longo da história, a igreja desempenhou um papel decisivo na conformação do caráter assistencialista das políticas, buscou desenvolver ações que pudessem coibir a “questão social” com a justificativa de uma “grande crise, de decadência moral e dos costumes cristãos” (Aguilar, 2011) originais do pensamento liberal e comunista. Julgando-se a única capaz de solucionar este “problema”, a igreja, publica dois importantes documentos: *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931) chamadas de encíclicas, de caráter anti-revolucionário, limitava suas críticas ao compreender que as mazelas sociais não eram produzidas pelo modo de produção capitalista, mas sim como problema moral, da desunião, dos problemas familiares e a falta de harmonia entre as classes sociais e por isso, atuava fortemente no combate à qualquer ameaça de um possível comunismo, porque este representava, de fato, uma ameaça a manutenção dos esquemas da burguesia brasileira da qual a Igreja Católica compunha. Nas palavras de Castro (2011):

A Igreja conta com um discurso doutrinário centralizado (romano ou vaticano) que elabora as diretrizes gerais de compreensão dos problemas, estabelecendo normas genéricas para o exercício da fé católica. Entre seus instrumentos mais importantes, destacam-se as encíclicas papais, que, em mais de uma ocasião, representaram modificações substantivas na orientação doutrinária e na ação política da Igreja Católica (Castro, 2011, p. 51)

Para atender às requisições do Estado de controle das demandas e conflitos sociais, o doutrinação ideológico cristão, fundamentado na condenação do pecado e da imoralidade, é utilizado como resposta com o objetivo de encobrir sua dimensão política e responsabilizar os indivíduos. De acordo com Iamamoto e Carvalho (1982), a atribuição dessas funções recaiu exclusivamente sobre as mulheres, à medida que:

Intelectualmente o homem é empreendedor, combativo, tende para a dominação. Seu temperamento prepara-o para a vida exterior, para a organização e para a concorrência. A mulher é feita para compreender e ajudar. Dotada de grande paciência, ocupa-se eficazmente de seres fracos, das crianças, dos doentes. A sensibilidade torna-a amável e compassiva. É, por isso, particularmente indicada a servir de intermediária, a estabelecer e manter relações (Iamamoto; Carvalho, 1982, p. 175).

A ideologia capitalista-cristã-conservadora revela nos papéis socialmente atribuídos às mulheres, sobretudo, as “mulheres de família” a imposição social de funções que estão concentradas na “base da reprodução material e ideológica da força de trabalho” (Iamamoto; Carvalho, 1982, p.219). Portanto, no início da institucionalização do Serviço Social os valores eram baseados no humanismo cristão que estruturaram símbolos e habilidades atribuídas e naturalizadas ao feminino, os traços do cuidado ao próximo, associando às mulheres valores

como: bom humor; calma; cuidado; compreensão e delicadeza. Cisne (2004), complementa que isso ocorre tanto pelo “controle dos conflitos sociais, como pela reprodução do marianismo¹⁴ por parte das primeiras profissionais na orientação das suas usuárias” (Cisne, 2004, p. 63).

Iamamoto e Carvalho (1982) descrevem o perfil idealizado da assistente social no Brasil durante os anos 1930 e 1940, quando esse deveria:

ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria e a esta solicitação devem corresponder às qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar e simpatia, saber influenciar e convencer etc (Iamamoto; Carvalho, 1982, p. 221).

A profissão era direcionada às mulheres de forma tão expressiva que em 1949, treze escolas do Serviço Social no Brasil eram exclusivamente para mulheres/cis¹⁵ e apenas duas para os homens (Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 190). Nesse sentido, Veloso (2001, p.73-74) corrobora ao afirmar que essa realidade deu suporte para a quantidade esmagadora de mulheres assistentes sociais no início da profissionalização, uma vez que, “este conjunto de fatores conferiu à profissão uma imagem bem próxima à imagem que se tinha da mulher”.

Em síntese, o Serviço Social surge a partir de demanda social e histórica na ordem monopólica do capitalismo, determinado pelo pensamento conservador religioso marcado pela participação ativa da Igreja Católica, que orientou a forma pela qual era compreendida a “questão social” contribuindo com o assistencialismo das políticas e com o processo de “feminização” da profissão. Vejamos, “essa marca vem atender a claros objetivos do conservadorismo burguês, havendo, pois, um inter cruzamento entre ‘feminização’ e conservadorismo na profissão” (Cisne, 2004, p. 51).

É oportuno destacar as palavras de Forte:

[...] o Serviço Social é profissão cuja origem se encontra no tecido da ordem societária do capitalismo monopolista, haja vista a configuração da “questão social”

¹⁴ Atribui-se a marianismo: “A Igreja Católica, conforme os estudos de Zaira Ary (2000), contribuiu historicamente com a ideologia de dominação e controle das mulheres, ao configurar o molde de uma ‘boa mulher’, a ser seguido pelas cristãs: as santas seriam as ‘moldadas’ como ‘moças boazinhas’, caridosas e assistencialistas sob a influência de Maria, mãe de Jesus, referencial de maternidade e pureza (Cisne, 2004, p. 55).

¹⁵ ‘Mulher cis’ refere-se à identidade de gênero. Nesse caso, diferente da ‘Mulher Trans’ é aquela que se identifica com o sexo feminino atribuído ao nascer, baseado em características biológicas.

à época e as particularidades da divisão social do trabalho desencadeadas nesse período da História (Forte, 2013, p. 94).

O encontro entre as pautas de gênero com a categoria profissional é importante não só pela feminização da profissão e exponencialmente para o subsídio das intervenções profissionais ao passo, que a/o assistente social está inserido nas relações sociais em que gênero compõe uma das categorias fundamentais da realidade material e concreta da sociedade, mas pensar nos reflexos da feminização que desafiam e apresentam circunstâncias para o exercício profissional quanto a desvalorização, atravessamentos no exercício da autonomia e baixos salários.

Segundo Cisne (2004), desdobramento do sistema capitalista-patriarcal, a divisão social e sexual¹⁶ do trabalho destina às mulheres um desprestígio social, baixa remuneração e as submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados. Profissões predominantemente femininas acabam sendo vistas com menor prestígio e subalternidade, no caso do Serviço Social não seria diferente, como pode ser observada também em Iamamoto (2012), quando a autora observa a composição social predominantemente feminina, que interfere na sua imagem diante da sociedade e das expectativas sociais dominantes, uma vez que “este recorte de gênero explica, em parte, os traços de subalternidade que a profissão carrega diante de outra de maior prestígio e reconhecimento social e acadêmico” (Iamamoto, 2012, p. 64).

Na atualidade, em meio a crise estrutural do capital (Mészáros, 2009), às novas configurações do mundo do trabalho, a implementação do Estado neoliberal – a partir do que se denominou de contrarreforma do Estado – e os avanços do conservadorismo, alteraram as condições de trabalho, a remuneração e o reconhecimento da categoria profissional. Por esse motivo, é oportuno uma análise do perfil de assinantes sociais considerando que esse cenário se aproxima do apresentado inicialmente referente ao surgimento e desenvolvimento do Serviço Social. Portanto, com base nos dados da pesquisa *Perfil de Assinantes Sócias no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*¹⁷, do CFESS (2022) observa-se que a categoria segue majoritariamente composta por mulheres. Do universo total pesquisado, 44.212¹⁸ assistentes sociais, 41.083 correspondente a 92,92%, se identificam com o gênero feminino, enquanto 6,97%, têm identificação com o sexo masculino.

¹⁶ Como discutido no tópico anterior, a divisão social e sexual do trabalho, compreendida a partir de uma perspectiva crítica, cujos papéis conservadores de gênero historicamente construídos são articulados à lógica capitalista e à manutenção das desigualdades de gênero, classe e raça.

¹⁷ A pesquisa demonstra um avanço significativo da categoria, quanto ao reconhecimento da diversidade e atualização do perfil profissional. É oportuna uma análise completa do relatório.

¹⁸ O total de 44.212 corresponde a 25,04% de 176.524 assistentes sociais inscritas e inscritos nos conselhos regionais que participaram do cadastramento (CFESS, 2022).

Esses dados atualizou e aprofundou a pesquisa anteriormente realizada (CFESS, 2005) demonstrando uma redução de 4,08% em relação ao percentual do sexo feminino registrado em 2005 de 97%. Quanto ao aprofundamento, a nova pesquisa contou com a inclusão da opção “Outras Identidades de Gênero” o que demonstrou uma maior incidência no reconhecimento de pessoas LGBTQIAPN+¹⁹ e o crescimento significativo do percentual de profissionais que se declaram negras, pretas e pardas²⁰.

Durante o cadastramento, a opção “Outras identidades de gênero” e o registro da declaração étnico-racial é fundamental para romper com a visão binária e reconhecer a complexidade das determinações que afetam concretamente os sujeitos, destacando a importância de discutir a diversidade do perfil profissional.

Cabe destacar que, sob o aspecto da religião, assistentes sociais seguem sendo predominantemente da religião Católica²¹, correspondendo a 49,65%. Observa-se uma redução relativa de aproximadamente 26,6% em relação a pesquisa (CFESS, 2005) que registrou 67,65% de assistentes sociais praticantes da Igreja Católica. Conforme discutido ao longo deste tópico, historicamente, a profissão sofreu grande influência da Igreja Católica especialmente no Brasil, logo, ao analisar o perfil das assistentes sociais e dos assistentes sociais, a religião merece destaque. É possível afirmar, de acordo com os dados apresentados, uma reatualização do conservadorismo no Serviço Social disfarçada sob a legitimidade da liberdade religiosa, ou em outras palavras, em que medida essa adesão religiosa interfere na direção crítica e na laicidade do projeto ético-político profissional?

É inegável a história da profissão no Brasil marcada pela doutrina católica, no entanto, desde a década de 1980 o Serviço Social vem se posicionando em direção a uma leitura crítica da realidade ancorada na tradição marxista no compromisso com a justiça social e com a defesa dos direitos humanos, o que implica, necessariamente no afastamento de práticas e

¹⁹ Com base na pesquisa, um total de 46 assistentes sociais assinalaram que se identificam com outras identidades de gênero, desses: Transexual Masculino, com 7; Transexual Feminino, com 5; Travesti, com 5 e 29 declaram não se identificar com nenhuma destas identidades de gênero. Do ponto quantitativo, apesar de pequeno, o registro de “Outras Identidades de Gênero” com que as e os profissionais se identificam, “demonstra que o modelo binário masculino-feminino não expressa a diversidade sexual, e requer uma compreensão baseada na totalidade da vida social, marcada pela unidade exploração-opressão no capitalismo” (CFESS, 2022, p.25). A dimensão quantitativa dos dados, revela a insuficiência de políticas afirmativas referentes às cotas inclusivas para pessoas trans, especialmente no acesso à educação e ao emprego, como um instrumento de reparação histórica.

²⁰ Os dados indicam que metade das e dos profissionais se auto reconhecem como de cor ou raça preta, negra e parda, representando 50,34% (22.255). A autodeclaração de pessoas brancas aparece com 46,98% (20.771), seguindo na raça ou cor amarela, com 1,85% registros (819) e indígenas, com 0,32% pessoas (140). Correspondente a 0,51% (227) estão outras identificações sem especificação de cor ou raça (CFESS, 2022).

²¹ Respectivamente, com 21,61% está a religião Evangélica enquanto a religião Espírita ocupa a terceira posição com 9,33% (CFESS, 2022).

discursos baseados em doutrinas moralistas-culpabilizadora. O fato de quase metade dos profissionais ainda se identificarem com a religião católica sinaliza não apenas a persistência de traços históricos, mas também um avanço de posições conservadoras no interior da profissão.

Os dados revelam permanências e contradições que atravessam o Serviço Social. Embora a profissão tenha buscado, a partir da tentativa de ruptura com as bases conservadoras e da aproximação à teoria social crítica, consolidar uma atuação pautada no projeto ético-político vinculado à emancipação social, a presença expressiva de profissionais vinculados à igreja evidencia a existência de tensionamentos entre esse projeto profissional e determinadas visões de mundo de caráter religioso.

Em relação ao salário, observou-se que, a maioria dos profissionais possui apenas um vínculo empregatício, com predominância de baixos salários e contratações marcadas pela informalidade, geralmente realizadas por meio de contratos não permanentes. Com base nos dados coletados (CFESS,2022), considerando o rendimento bruto de assistentes sociais, a pesquisa demonstrou que, no intervalo entre 1 a 4 mil reais, aproximadamente 55% se encontram nessa faixa. Esse dado expressa a intensa precarização dessa força de trabalho, com rebaixamento do nível salarial e da categoria profissional - especialmente se considerada a exigência de formação universitária, qualificações e educação continuada impulsionadas por exigências técnicas, teóricas e operacionais cada vez mais complexas (CFESS, 2022).

Com base nos dados, destacam-se os quatro valores percentuais mais expressivos de rendimento bruto, considerando todos os vínculos empregatícios. Em primeiro lugar, 24,52% das e dos assistentes sociais recebem entre 2 e 3 mil reais, seguidos por 18,05%, que recebem entre 1 e 2 mil reais. Em terceiro lugar, 17,76% não possuem vínculo empregatício. Por fim, 12,20% recebem entre 3 e 4 mil reais, conforme tabela abaixo:

Tabela 2 – Rendimento bruto geral considerando todos os vínculos empregatícios - 2022

Distribuição dos quatro maiores percentuais	Percentual (%)	Frequência
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	24,52	10.840
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	18,05	7.979
Nenhum vínculo	17,76	7.853
De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00	12,20	5.394
Total	100,00	44.212

Fonte: Levantamento feito pela autora com base no Relatório Final da Pesquisa Nacional do Perfil Profissional de Assistentes Sociais (CFESS, 2022).

Ainda nessa ordem, ao comparar o rendimento bruto geral com os dados desagregados por gênero (tabela 3), observa-se que os percentuais se mantêm semelhantes, o que permite analisar a predominância feminina na categoria profissional e sua influência nos rendimentos²². No caso dos homens, nota-se uma diferença em relação às mulheres na categoria de ausência de renda: para elas, essa condição representa a terceira posição em frequência; para eles, ocupa o segundo lugar entre os rendimentos observados (CFESS, 2022).

Quando comparamos a renda entre as pesquisas do CFESS, em 2005 — referente aos dados de 2004 —, e em 2022, observamos um expressivo rebaixamento do padrão remuneratório das e dos assistentes sociais. Em 2004, quando o salário mínimo era de R\$240,00, a maior parcela das e dos profissionais situava-se na faixa entre quatro e seis salários mínimos (45,19%), seguida por um contingente significativo que recebia entre sete e nove salários mínimos (20,54%) ou acima desse patamar (18,59%), de modo que mais de 80% da categoria recebia rendimentos superiores a quatro salários mínimos (CFESS, 2005). Em contraste, os dados de 2022 (tabela 3 - Rendimento Bruto Geral considerando gênero) revelam uma concentração majoritária de rendimentos entre um e três salários mínimos — considerando o salário mínimo de R\$1.212,00 —, com apenas cerca de 12% alcançando valores próximos ao teto das faixas remuneratórias declaradas.

²² Dados do **Boletim Especial do DIEESE**, publicado em 8 de março de 2025, no Dia Internacional da Mulher, apontam que as mulheres continuam a receber remunerações inferiores às dos homens, mesmo apresentando maior escolaridade. Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC-IBGE) do 3º trimestre de 2024, o boletim revelou que a média salarial das mulheres é R\$ 762 inferior à dos homens. Em comparação com o boletim de 7 de março de 2022, que utilizou dados do 3º trimestre de 2021, observa-se um agravamento na desigualdade de rendimentos, naquela ocasião, a diferença era de R\$ 521.

Tabela 3 – Rendimento Bruto Geral considerando gênero²³ - 2022

Rendimento bruto de todos os vínculos em que atua como assistente social	Feminino (%) / (f)	Masculino (%) / (f)	Outras identidades de gênero (%) (f)
Nenhum	17,48 (7.183)	21,47 (662)	17,39 (8)
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	18,18 (7.470)	16,32 (503)	13,04 (6)
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	24,61 (10.112)	23,35 (720)	17,39 (8)
De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00	12,21 (5.018)	11,90 (367)	19,57 (9)
Total	100 (41.083)	100 (3.083)	100 (46)

Fonte: Levantamento feito pela autora com base no *Relatório Final da Pesquisa Nacional do Perfil Profissional de Assistentes Sociais* (CFESS, 2022).

Observação: “Outras identidades de gênero” incluem: transexual masculino, transexual feminino, travesti e outras expressões de gênero não especificadas.

É inegável que o nível de rendimento bruto revela a histórica desvalorização do trabalho de assistentes sociais, mas guarda também, uma relação direta com as transformações estruturais do mundo do trabalho no atual estágio do desenvolvimento capitalista, marcado pela intensificação da precarização, pela flexibilização dos vínculos e pela retração das políticas públicas que historicamente absorveram grande parte da força de trabalho do serviço social. Tais processos embora atinjam a classe trabalhadora em seu conjunto, incidem de forma particularmente sobre o Serviço Social em razão de sua composição majoritária de mulheres, atravessada pelas relações sociais de gênero que o capitalismo instrumentaliza para ampliar a extração de valor e legitimar a desvalorização de atividades vinculados ao trabalho reprodutivo e ao cuidado. Assim, o rebaixamento salarial verificado entre 2005 e 2022 expressa não apenas a precarização do trabalho, mas também a convergência entre exploração econômica e opressão de gênero que estrutura a inserção da categoria na divisão social e sexual do trabalho.

²³ Sobre o rendimento bruto por pertença étnico/racial, com base no relatório, observa-se uma discrepância nos rendimentos mais baixos: a faixa de renda entre 1 a 2 mil reais é significativamente mais frequente entre pessoas negras/pretas/pardas/os (4.653) do que entre pessoas brancas (3.095). Esse dado reproduz a situação histórica, no mercado de trabalho brasileiro, da desvalorização e dos menores rendimentos atribuídos às mulheres negras (CFESS, 2022).

Quanto aos dados que expressam o reconhecimento da heterogeneidade da classe trabalhadora e certamente, das e dos assistentes sociais, tais avanços revelam o adensamento teórico, em curso, dos debates feministas e da diversidade na produção acadêmica dos últimos anos, não como uma incorporação tardia, mas como um movimento de aprofundamento e ampliação dessas pautas no âmbito da profissão (Cisne e Santos, 2018).

É evidente que a discussão sobre a feminização do Serviço Social não é recente. Muito pelo contrário, ela vem sendo sinalizada desde o surgimento da profissão no Brasil, embora o termo “feminização” tenha se consolidado apenas em períodos mais recentes. Defendemos que esse debate ainda é necessário. Ao longo de toda construção teórica-histórica apresentada neste tópico é inevitável que as determinações de gênero atravessam a profissão, mas sua retomada para a direção argumentativa desta pesquisa, permitem atualizações de conceitos, dados e análises em um contexto marcado pelos avanços do conservadorismo reacionário, seja pela retração de direitos ou pela moralização acrítica da naturalização da feminização profissional dada por ela mesma. O fato de a temática já ter sido abordada anteriormente não a esgota, ao contrário, a realidade social em constante movimento exige que retomemos essas discussões à luz dos tensionamentos e contradições do presente. Sempre é o momento de retomar o que já foi dito, reatualizar e trazer novas conclusões, tal como o exercício da dialética nos ensina: nenhuma realidade social é estanque, ela exige interpretações contínuas e renovadas, que reafirma a importância de revisitar temas já discutidos à medida que se reconfigura as condições históricas.

2.4 Feminismo marxista e Serviço Social

Em oposição às estruturas patriarcais que sustentam a desigualdade de gênero, emergem movimentos de contestação à essa ordem social, entre os quais se destacam os movimentos feministas. O feminismo constitui-se como um movimento social e teórico-político comprometido com a superação das desigualdades de gênero e com a luta pela autonomia, liberdade e emancipação das todas as mulheres. Embora historicamente protagonizado por mulheres, o engajamento de homens na defesa dos direitos das mulheres revela-se fundamental, uma vez que o enfrentamento ao patriarcado exige a responsabilização coletiva pelas transformações sociais necessárias. A ausência dessa participação tende a intensificar os desafios da luta feminista, especialmente diante da persistência e da naturalização das estruturas patriarcais na sociedade.

A organização política dos movimentos feministas é marcada por uma trajetória histórica de resistência e luta pela ampliação e garantia dos direitos das mulheres, expressa na reivindicação de políticas sociais e no enfrentamento permanente ao conservadorismo. No contexto atual, observa-se o avanço de projetos reacionários que buscam restringir direitos historicamente conquistados, entrando em confronto direto com as pautas feministas e produzindo intensos tensionamentos no campo político e social. Diante desse cenário, a escolha por um feminismo enquanto projeto teórico e político exige não apenas posicionamento crítico, mas também uma práxis transformadora capaz de incidir concretamente sobre as estruturas que reproduzem a opressão e a desigualdade de gênero.

Quanto ao marco histórico dos movimentos feministas, costuma-se utilizar a denominação “ondas do feminismo²⁴”, dividida em quatro principais momentos: 1ª onda (século XIX e início do século XX) as lutas ocorreram no interior do direito ao voto e a cidadania; 2ª onda (décadas de 1960 a 1980) se desdobraram em meio a luta pelos direitos reprodutivos, violência doméstica, trabalho e sexualidade; 3ª onda (a partir dos anos 1990) com ênfase na diversidade e na interseccionalidade entre raça, classe e gênero e a 4ª onda (atualmente) caracterizada pelo ativismo digital, pelo combate ao assédio, pela igualdade e ampliação da visibilidade de grupos historicamente marginalizados (Silva; Carmo; Ramos, 2021). É importante destacar que essas ondas não ocorreram de forma linear ou homogênea. Elas representam momentos de maior efervescência e organização política, que permitem a sua condensação analítica nesses marcos históricos. Mais do que uma cronologia, essas ondas evidenciam a força do movimento feminista e sua relevância para o surgimento e fortalecimento de outros movimentos sociais, como o movimento LGBTQIAPN+, contribuindo para o reconhecimento e a valorização da diversidade humana.

Para tanto, não podemos falar em feminismo no singular, mas sim em uma pluralidade de feminismos. Existem diversas correntes teóricas nos estudos do feminismo contemporâneo. Dentre elas, podemos destacar: o feminismo liberal, o feminismo interseccional; o feminismo negro; o feminismo radical e o feminismo marxista (Silva; Carmo; Ramos, 2021). Todas, a seu modo, contribuem para o debate que permeia as relações sociais de gênero e suas múltiplas expressões na sociedade. Usar o termo ‘feminismos’ é reconhecer e respeitar suas diferentes conformações; no entanto, nossa luta só acontece coletivamente.

²⁴ Vide: SILVA, Joasey Pollyanna Andrade da; CARMO, Valter Moura do; RAMOS, Giovana Benedita Jaber Rossini. *As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas*. Revista de Direitos Humanos em Perspectiva, Encontro Virtual, v. 7, n. 1, p. 101 – 122, Jan/Jul. 2021.

Partimos da perspectiva do feminismo marxista, que se fundamenta na tradição marxista/marxiana e articula-se aos valores e diretrizes do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Essas referências contribuem significativamente para o reconhecimento dos sujeitos sociais e para a valorização da diversidade, uma vez que compartilham a luta por uma liberdade substantiva, o que implica, necessariamente, refletir sobre as relações sociais, suas contradições e conflitos, bem como fomentar uma ação coletiva comprometida com um projeto societário de classe que proponha a construção de uma nova ordem social (Cisne, 2018).

Nas palavras de Netto (1999), o Projeto Profissional é um instrumento político norteador de uma direção crítica revolucionária:

[...] o projeto ético-político tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central — a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e / ou exploração de classe, etnia e gênero. A partir dessas escolhas que o fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo — tanto na sociedade como no exercício profissional (Netto, 1999, p.104-105).

De acordo com Cisne (2018), a teoria revolucionária marxista oferece uma base fundamental para compreender como as formas de opressão e exploração materializadas na sociedade são determinadas pelas relações antagônicas e estruturantes de gênero, raça e classe. Sob uma perspectiva dialética, essas relações, revelam as expressões da “questão social²⁵”, ao estruturarem, de forma desigual a exploração do trabalho por meio da divisão de classe, sexo (gênero) e raça. Nessa abordagem, o trabalho é compreendido como ponto de partida para análise da organização da sociedade, das relações de poder e das desigualdades. Assim, compreende-se que as dinâmicas de classe estão imersas em determinações de gênero, do mesmo modo que as relações de gênero são moldadas por estruturas de classe.

A articulação entre feminismo e marxismo, mediada pelos aportes da teoria crítica, constitui um instrumental analítico fundamental para apreender a condição da mulher na sociedade capitalista enquanto sujeito político da classe trabalhadora. Tal perspectiva permite compreender tanto sua inserção no trabalho assalariado, por meio da venda da força de

²⁵ Como desenvolvido no tópico anterior, as expressões da “questão social” são fruto da contradição entre capital e trabalho, e manifestam-se cotidianamente por meio das desigualdades sociais, como a pobreza, a insegurança alimentar, a falta de acesso à moradia, a violência, a precarização e desemprego.

trabalho, quanto a centralidade do trabalho doméstico e reprodutivo, historicamente invisibilizado, mas indispensável à manutenção da vida, à reprodução social e à dinâmica de acumulação do capital.

Na perspectiva do feminismo marxista é possível identificar — conforme apresentado no primeiro tópico deste capítulo — que é na instauração da propriedade privada, no contexto da luta de classes, que se produz e intensifica a dependência e a servidão das mulheres na sociedade patriarcal, marcando sua condição de subordinação aos homens. Com base nos estudos de Federici (2017, p. 12), fundamentados nas contribuições de Dalla Costa, “longe de ser um resquício pré-capitalista, o trabalho doméstico não remunerado das mulheres tem sido um dos principais pilares da produção capitalista, ao ser o trabalho que produz a força de trabalho”. A autora ainda acrescenta que a subordinação das mulheres aos homens, no interior do capitalismo, foi causada pela ausência de remuneração pelo trabalho doméstico — e não por uma suposta natureza “improdutiva” desse trabalho — sendo a dominação masculina sustentada, em grande medida, pelo poder social conferido pelo salário. Nas palavras de Dalla Costa, segundo interpretação de Federici, o trabalho não remunerado “das mulheres no lar foi o pilar sobre o qual se construiu a exploração dos trabalhadores assalariados, a escravidão do salário, assim como foi o segredo de sua produtividade” (Federici, 2017, p. 17). Sem incorrer em erros, é preciso compreender que a emancipação das mulheres não pode restringir-se ao econômico, uma vez que as determinações ideológicas dominantes também moldam as relações sociais. Assim, é necessária uma transformação radical da sociedade, que elimine a propriedade privada e a dicotomia entre as classes, rompendo com as formas de dominação e exploração das mulheres na sociedade patriarcal e promovendo a equidade baseada na valorização da diversidade humana. Nessa direção, o feminismo marxista constitui o nosso alicerce. Recorre-se às palavras da autora para evidenciar que:

[...] até o final do século XVII. Nessa época, as mulheres haviam perdido espaço inclusive em empregos que haviam tradicionalmente ocupado, como a fabricação de cerveja e a realização de partos. As proletárias, em particular, encontraram dificuldades para obter qualquer emprego além daqueles com status mais baixos: empregadas domésticas (a ocupação de um terço da mão de obra feminina), trabalhadoras rurais, fiandeiras, tecelãs, bordadeiras, vendedoras ambulantes ou amas de leite. Como nos conta Merry Wiesner, entre outros, ganhava espaço (no direito, nos registros de impostos, nas ordenações das guildas) a suposição de que as mulheres não deviam trabalhar fora de casa e de que tinham apenas que participar na “produção” para ajudar seus maridos. Dizia-se até mesmo que qualquer trabalho feito por mulheres em sua casa era “não trabalho” e não possuía valor, mesmo quando voltado para o mercado (Wiesner, 1993, p. 83 e segs.). Assim, se uma mulher costurava algumas roupas, tratava-se de “trabalho doméstico” ou de “tarefas de dona de casa”, mesmo se as roupas não eram para a família, enquanto, quando um homem fazia o mesmo trabalho, se considerava como “produtivo”. A

desvalorização do trabalho feminino era tal que os governos das cidades ordenaram às guildas que ignorassem a produção que as mulheres (especialmente as viúvas) realizavam em suas casas, por não se tratar realmente de trabalho, e porque as mulheres precisavam dessa produção para não depender da assistência pública. Wiesner acrescenta que as mulheres aceitavam esta ficção e até mesmo se desculpavam por pedir trabalho, suplicando por um serviço devido à necessidade de se manterem (ibidem, pp. 84-5). Rapidamente, todo o trabalho feminino, quando realizado em casa, seria definido como “tarefa doméstica”, e até mesmo quando feito fora de casa era pago a um valor menor do que o trabalho masculino — nunca o suficiente para que as mulheres pudessem sobreviver dele. O casamento era visto como a verdadeira carreira para uma mulher, e a incapacidade das mulheres de sobreviverem sozinhas era algo dado como tão certo que, quando uma mulher solteira tentava se assentar em um vilarejo, era expulsa, mesmo se ganhasse um salário (Federici, 2017, p. 182 a 184).

Nesse sentido, concordamos com Cisne (2018) ao afirmar que, embora as aproximações entre o feminismo e o marxismo apresentem alguns desafios político-teóricos, é inegável que, ao articular os estudos feministas com a perspectiva marxista, a centralidade da categoria classe não se desloca — ao contrário, se fortalece, especialmente quando articulada com os debates de gênero (sexualidade) e raça. As classes sociais devem ser compreendidas como relações sociais concretas, marcadas por conflitos e contradições. Para apreendê-las em sua totalidade, é necessário considerar suas particularidades, sem, contudo, fragmentar sua unidade em lógicas puramente identitárias. Defende-se, assim, uma perspectiva crítica capaz de integrar essas dimensões sem perder de vista a estrutura de classe como eixo articulador das desigualdades sociais. A autora afirma que:

Não se trata de dividir, tampouco fragmentar a classe, uma ideia que lamentavelmente ainda circula em setores de esquerda, como se a luta feminista desvirtuasse o caminho da luta de classes. Trata-se, ao contrário, de entender as particularidades da classe para compreendê-la na sua totalidade, sem perder a sua unidade em particularismos identitários, que ao dar ênfase apenas às diferenças, fragmentam, isolam e perdem o que temos em comum e que nos unifica: a necessidade de um projeto coletivo classista e emancipatório. Unidade exige, todavia, o reconhecimento das diferenças. Do contrário, seria homogeneidade, e não podemos negar que a classe não é homogênea, posto que é permeada e constituída pelas relações de sexo e raça. Mesmo no campo da “esquerda” encontramos não apenas resistências ao feminismo, como também posturas patriarcais que reforçam privilégios masculinos enquanto reproduzem opressões, desvalorização ou mesmo violência contra as mulheres. Não é incomum ouvirmos relatos de homens de esquerda que agrediram mulheres, piadas LGBTfóbicas, machistas e racistas (Cisne, 2018, p. 213).

É possível, a partir do feminismo marxista, analisar as categorias de ‘consustancialidade’ e ‘coextensividade’ que permeiam as relações sociais de gênero, raça e classe. Faz-se necessário compreender que essas relações não são, sobretudo, adicionais ou desprendidas entre si. As relações são consustanciais na medida em que estão firmemente entrelaçadas e não podem ser analisadas apenas no âmbito das práticas sociais, exigindo,

portanto, uma abordagem/categoria analítica científica. São também coextensivas, pois se desenvolvem de forma simultânea, possuindo a mesma extensão e se configurando na mesma estrutura nas dinâmicas sociais (Cisne, 2018).

As relações de gênero e raça são apropriadas pelo capitalismo na medida em que este amplia sua força de trabalho disponível, pagando salários cada vez mais baixos, especialmente quando associados à apropriação do tempo, do corpo e do trabalho não remunerado das mulheres. “Não é possível, assim, separar as relações de produção das relações sociais, das quais as relações de sexo e raça são, indiscutivelmente, parte constitutiva.” (Cisne, 2018, p. 224). Em especial, no sistema capitalista heteropatriarcal, as mulheres, sobretudo as negras²⁶, são submetidas a processos de exploração desproporcionalmente mais intensos e violentos que os homens. Por isso, é inconcebível dissociar as relações sociais das relações de produção, uma vez que gênero e raça são dimensões constitutivas dessas estruturas.

Assim, reconhecemos os avanços dos estudos de gênero no Serviço Social. No entanto, é necessário atentar-se às abordagens teóricas adotadas no interior da profissão, a fim de evitar perspectivas teóricas que distanciem ou fragmentem a análise estrutural das opressões sociais. Nesse sentido, Cisne e Santos contribuem ao ressaltar a importância da aproximação entre o Serviço Social e o feminismo:

Por fim, ressaltamos, ainda, a importância da interlocução do Serviço Social com o feminismo [marxista] por contribuir de forma significativa com: 1. A análise em uma perspectiva de totalidade das relações sociais com as quais trabalhamos, dentre elas, as relações sociais de sexo compreendidas como estruturantes, assim como as relações sociais de raça e classe, como enfatizamos no primeiro capítulo deste livro. 2. O fortalecimento dos processos de radicalização da democracia, ao se portar contra todas as formas de hierarquias e desigualdades. 3. O compromisso com a igualdade entre os sexos e a luta contra todas as formas de opressão, discriminação e preconceitos, como preconiza o Código de Ética do Assistente Social, de 1993. 4. O compromisso com o nosso público usuário, majoritariamente feminino e marcado, portanto, pelas violências e violações heteropatriarcais. 5. O desvelamento crítico da opressão e exploração particular que pesa sobre as mulheres e, portanto, sobre as usuárias dos nossos serviços, possibilitando o enfrentamento da "questão social" sem a reprodução de valores conservadores em torno da mulher, como no período da institucionalização da profissão. 6. O desvelamento das relações sociais de sexo articulado à luta feminista, em torno da constituição da categoria profissional das e dos Assistentes Sociais, contribui para o processo de renovação do Serviço Social na ruptura com a subordinação e desprestígio de uma profissão "feminina". 7. A adoção de uma prática consonante com o movimento feminista, em prol da luta das mulheres. Sendo as mulheres um segmento da sociedade que historicamente tem

²⁶ Considerando além da estrutura patriarcal o racismo estrutural da sociedade na realidade das mulheres negras.

sido oprimido e que sofre maior pauperização do que os homens, a profissão estaria cumprindo seu compromisso político, explícito no Novo Projeto Profissional, com a emancipação humana (Cisne; Santos, 2018, p. 160-161, inclusão nossa).

Dessa forma, entendemos que a articulação entre o feminismo e o marxismo fortalece as lutas por uma nova sociedade, orientada pela liberdade e igualdade, ao evidenciar que o enfrentamento ao machismo não pode ser dissociado da crítica ao capitalismo que o sustenta. Trata-se de uma perspectiva coerente com os princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Essa aproximação fortalece uma organização política comprometida com a erradicação das desigualdades sociais e com a emancipação dos sujeitos como posicionamento ético e político diante das múltiplas formas de opressão, exploração e preconceito. O materialismo histórico-dialético não apenas é capaz de desvendar a complexa dinâmica da sociedade contemporânea, como também se apresenta capaz de propor uma revolução radical.

3. DIVERSIDADE HUMANA NUMA PERSPECTIVA DE TOTALIDADE: APROXIMAÇÕES TEÓRICO-POLÍTICO-METODOLÓGICAS

A abordagem da diversidade humana assumida neste estudo inscreve-se na perspectiva da totalidade social, em consonância com os fundamentos do Projeto Ético-Político do Serviço Social, recusando leituras que a tratam como elemento secundário, pontual ou restrita a segmentos específicos. A diversidade humana é constitutiva da individualidade social, fundada ontologicamente no processo de individuação e na formação histórica da subjetividade dos sujeitos, não podendo ser apreendida à margem das determinações sociais, econômicas e políticas que estruturam a vida em sociedade.

Tal concepção exige situar os indivíduos em seus contextos históricos concretos — indagando de que sujeitos se trata, em que tempo histórico e em qual formação social —, reconhecendo que as expressões da diversidade se constituem no interior das relações sociais próprias de uma sociedade patriarcal, racista e capitalista. Nessa direção, a diversidade humana ocupa lugar central no debate de gênero, na medida em que esse apreende as particularidades da vida social e das individualidades inseridas nas estruturas de dominação, devendo ser analisadas a partir da relação dialética entre sociabilidade e individualidade.

Fundamentada no materialismo histórico-dialético, a diversidade humana compreende a dimensão histórica e política do ser social, cuja subjetividade se constrói a partir da materialidade objetiva e das múltiplas objetivações humanas. Assim, mais do que uma defesa de identidades fragmentadas, a diversidade humana afirma-se como estratégia política indispensável para a compreensão das desigualdades contemporâneas, orientando uma análise que reconhece a articulação entre gênero, classe, raça e sexualidade no interior da totalidade social. Para tanto, este capítulo dialoga com as contribuições de Cisne e Santos (2018) e Santos (2019), cujas reflexões oferecem o suporte teórico-metodológico necessário à análise crítica dos fundamentos da diversidade humana a partir da tradição marxiana.

Nesse sentido, não constitui nosso objetivo, aqui, analisar as diferentes tendências teóricas presentes no campo da reflexão feminista sobre gênero. Nosso propósito, neste momento, é apresentar, de maneira introdutória, o fio condutor da análise aqui desenvolvida, a qual se estrutura a partir das relações entre trabalho, indivíduo e diversidade humana. Partimos da afirmação da centralidade ontológica do trabalho na vida social, uma vez que o compreendemos como o ponto de partida do processo de constituição do ser social. É por

meio do trabalho e da divisão social do trabalho que se tornam possíveis o desenvolvimento e o refinamento das capacidades, habilidades e da criatividade humanas, bem como a abertura para novas possibilidades históricas (Cisne; Santos, 2018). Nesse movimento, o indivíduo aprende a distinguir, fazer escolhas e, assim, construir sua individualidade no espaço-tempo do desenvolvimento social, contribuindo, simultaneamente, para a constituição da diversidade humana.

3.1 Diversidade Humana: entre determinações materiais e produções subjetivas

Com objetivo de superar as limitações das abordagens fragmentadas que marcam parte dos estudos de gênero, este trabalho situa a diversidade humana na centralidade desse debate. Compreendida como “uma característica do indivíduo, que deve ser considerado como um ser histórico em suas relações concretas de existência” (Santos, 2019, p. 77). Observa-se nesse ponto, o caráter social da individualidade, que consiste no fato de que, mesmo uma pessoa sendo única, sua individualidade é influenciada pelo social, ou seja, a diversidade, é compreendida justamente no ponto de encontro entre o individual — o que é único em cada pessoa — e o universal — as características que são comuns a todos os seres humanos. Em outras palavras, nossa identidade (singular) existe dentro de um campo (humano-genérico), e é nessa interação que a diversidade humana é percebida (Santos, 2019).

Essa abordagem compreende as expressões das relações sociais de gênero/sexo, raça/etnia e identidade de gênero, mas avança para além dessas dimensões. Sob a perspectiva da totalidade, a diversidade humana pode ser apreendida como uma característica constitutiva do indivíduo, entendido como ser social e histórico, cuja condição diversa se revela no processo de individuação e se vincula às determinações da divisão social — sexual e racial — do trabalho e ao desenvolvimento histórico. Conforme afirma Santos (2019), a “existência da diversidade humana é entendida como uma característica que se apresenta no processo de individuação, frente às exigências postas na divisão social do trabalho e no desenvolvimento do gênero humano” (Santos, 2019, p. 77).

Nesse sentido, a partir das análises de Santos (2019) todos os indivíduos são considerados sociais, históricos e diversos. Os indivíduos não são seres isolados, são seres sociais que vivem em interação uns com os outros em um dado momento histórico, como um produto da história. Isso significa que nossas experiências e identidades são moldadas pelo tempo e pelo contexto histórico, e que, cada indivíduo é único e diverso, com suas

experiências, contextos, identidades e determinações. Por isso, a diversidade humana é entendida como um aspecto fundamental da condição humana.

Assim, sendo o trabalho elemento essencial e fundamental para a formação do ser social, não apenas como uma atividade econômica, mas como algo central para a construção da nossa identidade social, o ser humano não é apenas um indivíduo isolado, mas um ser social, e o trabalho é a atividade que, historicamente, tem - constituído esse ser.

A categoria “trabalho” ocupa lugar central neste estudo por se constituir como fundamento teórico-político da análise desenvolvida. De acordo com Marx (2001), os indivíduos transformam a natureza criando as condições materiais necessárias à sua existência, essa atividade socialmente realizada para reprodução material e social dos indivíduos é o Trabalho, este é portanto, o fundamento do ser social, responsável pela produção da base material e simbólica do processo histórico de constituição da sociedade e dos próprios indivíduos, em suas dimensões objetiva e subjetiva²⁷. Nesse sentido, o trabalho expressa a unidade entre ideia e ação²⁸, configurando-se como a atividade por meio da qual a humanidade se produz e se transforma, constituindo, assim, a própria essência humana.

Ao possibilitar a transformação da natureza e, simultaneamente, do próprio sujeito que realiza, o trabalho assume centralidade na constituição do ser social. Essa mediação entre natureza e sociabilidade confere ao trabalho uma dimensão ontológica fundamental, tornando-o elemento imprescindível do processo de sociabilidade humana (Lukács, 2013). Diferentemente de uma ação instintiva, o trabalho caracteriza-se por ser uma atividade previamente idealizada e racionalmente orientada a um fim, isto é, uma prática consciente de transformação da realidade para a satisfação de necessidades socialmente produzidas. Nessa perspectiva, o trabalho se afirma como categoria fundante da vida humana e das relações sociais.

Enquanto atividade essencial à constituição do ser social e à produção das condições necessárias à reprodução da vida, o trabalho possui, em sua determinação ontológica, um potencial emancipatório, pois pode ampliar as possibilidades de liberdade humana. Todavia,

²⁷Tal afirmação encontra respaldo em Cisne e Santos (2018), que destacam ser possível, em cada momento histórico, compreender como se estruturam, de forma concreta, objetiva e subjetiva, as relações mediadas pelo trabalho entre a sociedade e os indivíduos (p. 27).

²⁸Lessa e Tonet (2011) recorrem ao exemplo do machado para demonstrar que o trabalho funda a síntese entre consciência e realidade objetiva, ao materializar uma finalidade ideal em objeto concreto. “O trabalho converte uma ideia, que apenas existe na consciência, em objeto. [...] o machado é uma síntese o mundo natural (a pedra e a madeira), que existe independentemente da consciência, e a ideia de machado. Essa síntese é fundada pelo trabalho: ela depende da ação de, ao menos, um indivíduo” (p. 29).

sob a lógica do modo de produção capitalista, o trabalho é esvaziado desse sentido ontológico e passa a se configurar predominantemente como meio de valorização do capital, fundado na exploração da força de trabalho humana — única fonte de produção de mais-valor (Marx, 2001). É nesse contexto que a exploração assume formas diferenciadas e intensificadas quando articulada às determinações de gênero, raça e sexualidade. O patriarcado e o racismo cumprem função estrutural na reprodução do capitalismo, ao potencializarem a superexploração de determinados segmentos da classe trabalhadora, especialmente quando corpos racializados, feminilizados e dissidentes da heteronormatividade são historicamente constituídos como alvos privilegiados do sexismo, do heterossexismo e do racismo nas relações sociais.

Conforme indicam Netto e Braz (2012), embora o trabalho seja constitutivo do ser social, este não se reduz nem se esgota na atividade laboral, uma vez que, à medida que a sociabilidade se desenvolve — modo como os seres humanos se relacionam, produzem vínculos e constroem a vida em sociedade, isto é, às formas históricas e sociais de convivência, cooperação, conflito e mediação entre indivíduos —, emergem formas de objetivação que ultrapassam as exigências imediatas do trabalho, como a ciência, a filosofia e a arte. Partindo dessa compreensão, o trabalho pode ser apreendido como uma atividade especificamente humana que funda a constituição do ser social ao possibilitar a produção de objetivações históricas. Contudo, tal fundamento não se expressa como uma essência fixa ou atemporal, mas como um processo dinâmico, no qual atributos, capacidades e possibilidades são historicamente construídos pelo ser social em resposta às necessidades socialmente determinadas.

Esse entendimento reforça a ideia de que, embora o trabalho seja fundante do ser social, ele não é capaz de explicar toda a existência humana:

[...] para além das suas objetivações primárias, constituídas pelo trabalho, o ser social se projeta e se realiza nas objetivações materiais e ideais da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores - um mundo social, humano, enfim, em que a espécie humana se converte inteiramente em gênero humano (Netto e Braz 2012, p. 44).

Corroborando essa compreensão, Cisne e Santos (2018) indicam que é por meio do trabalho que se desencadeia o processo de reprodução social, no qual se reproduzem simultaneamente o gênero humano e as individualidades, por meio de um conjunto de mediações históricas. A partir dessa compreensão, é possível afirmar que, diferentemente do ser meramente biológico, o ser social se constitui ontologicamente pelo trabalho, o que lhe

permite ultrapassar as determinações naturais e restritas da biologia. Essa capacidade ontológica funda a emergência de múltiplas formas de sociabilidade e possibilita a expressão da diversidade humana, tornando a centralidade do trabalho elemento fundamental para a apreensão das desigualdades e diferenças sociais no interior das formações sociais capitalistas.

O que se evidencia, portanto, é que o trabalho se configura historicamente por meio de um conjunto de processos e interações articuladas ao longo do tempo, os quais moldam as formas concretas de organização da vida social. A apreensão do trabalho como categoria fundante do ser social, mediada por múltiplas determinações históricas, permite compreender a relação entre trabalho e constituição da personalidade. Nessa perspectiva, a personalidade resulta da elevação das capacidades humanas como consequência indireta do desenvolvimento do processo de trabalho e, ainda que mediada por múltiplas determinações, mantém o trabalho como sua base ontológica fundamental (Costa, 2007, apud Santos, 2019).

À luz das determinações do trabalho analisadas anteriormente, que fundamentam a constituição do ser social, torna-se possível aprofundar a análise da diversidade humana em sua dimensão histórica e política. Conforme assinala Santos (2019), as relações sociais de classe, sexo e raça estruturam politicamente a diversidade humana, a qual se conforma no processo de apropriação da existência pelos indivíduos em determinado contexto histórico, revelando-se como expressão das contradições da sociabilidade capitalista.

Partindo dessa compreensão, a diversidade não pode ser concebida como algo externo aos sujeitos, mas como elemento constitutivo de sua formação enquanto indivíduos sociais, expressando-se de maneira múltipla — nas dimensões da sexualidade, da raça, da classe e do gênero, entre outras. Longe de se tratar de uma condição estática, a diversidade se aprofunda e se complexifica ao longo do desenvolvimento histórico, sendo politizada por meio das lutas sociais que marcaram o século XX. Tais lutas, ao extrapolarem o plano das reivindicações individuais, assumem caráter estrutural, pois incidem sobre a própria organização da sociedade, tornando as lutas feministas, antirraciais e em defesa da diversidade sexual fundamentais para a compreensão da diversidade humana como questão política e social.

Embora reconheçamos que as lutas em torno das relações sociais de raça, sexo/gênero e identidade de gênero constituem expressões relevantes, dotadas de caráter político-estrutural e fundamentais na constituição da individualidade, concordamos com Santos (2019) que tais dimensões coexistem com outros determinantes que conformam a singularidade dos sujeitos. Para a autora — e também para esta pesquisa — a diversidade humana resulta de uma matriz

complexa de fatores históricos e sociais, não podendo ser explicada exclusivamente a partir dessas relações. Assim, ainda que as lutas contemporâneas sejam fundamentais, elas representam apenas algumas das expressões da diversidade humana, e não a totalidade de suas manifestações. Essa compreensão permite tensionar abordagens que tendem a reduzir a diversidade a agendas políticas específicas, uma abordagem que a autora busca superar em face das tendências politicistas e fragmentadas.

Desse modo, a concepção de indivíduo adotada nesta pesquisa parte do entendimento de que a individualidade humana não pode ser explicada de forma isolada ou autorreferenciada. Trata-se de uma construção histórica e social, na qual o indivíduo se constitui simultaneamente como sujeito singular e como expressão do gênero humano. Nessa perspectiva, a individualidade não existe à margem das relações sociais, tampouco pode ser compreendida fora das determinações históricas que atravessam a vida social, com isso, a individualidade configura-se como uma possibilidade de superação da singularidade isolada, fundada nas mediações sociais que conformam a existência concreta dos sujeitos.

Retoma-se a ideia central já desenvolvida, de que o processo de individuação se constitui a partir do trabalho, por meio do qual as capacidades humanas se ampliam e se qualificam à medida que novas objetivações são produzidas coletivamente. Conforme elaboram Cisne e Santos (2018), a individuação não se orienta para a satisfação de interesses estritamente individuais, mas se realiza no interior de um complexo de interações sociais historicamente acumuladas. Nesse movimento, os indivíduos aprendem, transmitem saberes, assimilam experiências pretéritas e respondem a novas necessidades colocadas pela dinâmica histórica. Simultaneamente, os “produtos do trabalho” adquirem uma existência objetiva relativamente autônoma em relação aos seus criadores, incidindo sobre a realidade social e contribuindo para a constituição da totalidade social, nas palavras das autoras:

Vivência, assim, a individuação e aprende, participa, ensina, seleciona, classifica, educa, supera e se autorrefina com as respostas pretéritas dadas, inclusive por outros indivíduos, em distintos tempos históricos, sendo impulsionado, de modo permanente, a responder às novas questões e necessidades. Ao mesmo tempo, é preciso considerar que o resultado do seu trabalho cria materialmente um novo ser que se torna independente do seu criador, que interfere no mundo real e concreto. Desse modo, pelo trabalho, constrói, também, a totalidade social. (Cisne; Santos, 2018, p. 30-31)

Dessa forma, a individuação deve ser apreendida como um processo histórico e coletivizado, que extrapola sua realização imediata e passa a integrar a sociabilidade humana em diferentes tempos e espaços. Trata-se de um movimento no qual se articulam indivíduo,

sociedade e natureza, evidenciando que a formação da individualidade ocorre sempre no interior de relações sociais historicamente determinadas.

Traçado o percurso teórico e considerada a análise desenvolvida até aqui, orienta-se a compreensão de que a diversidade humana, na perspectiva marxista, exige a análise das relações sociais e econômicas que estruturam a vida social em sua totalidade. Tal abordagem evidencia que as condições materiais de existência e o desenvolvimento das forças produtivas exercem papel determinante na organização social, política e econômica da sociedade. Nessa direção, o trabalho assume centralidade enquanto categoria fundante da constituição da individualidade e da diversidade humanas, uma vez que não há individualidade possível fora da totalidade social (Santos, 2019).

Com base nas contribuições de Cisne e Santos (2018), a diversidade humana pode ser apreendida a partir de três mediações centrais: a) o impulso à generalidade; b) a relação contraditória entre elementos genéricos e particulares e c) o conjunto dos complexos sociais. Essas mediações orientam a análise aqui desenvolvida e permitem compreender a diversidade como expressão histórica da sociabilidade humana.

Quanto à primeira mediação, no processo de trabalho, após o momento da prévia ideação, ocorre a objetivação da atividade humana, cujos resultados incidem sobre a vida social, transformando-a em determinado contexto histórico. Nesse movimento, o indivíduo se desenvolve e se qualifica ao transformar a natureza, produzindo generalizações que operam tanto no plano objetivo quanto subjetivo. Tais generalizações repercutem na subjetividade ao ampliar e aprofundar o processo de individuação, uma vez que o indivíduo se apropria dos conhecimentos historicamente acumulados, elabora escolhas entre alternativas concretas e constrói respostas condicionadas pelas circunstâncias históricas em que se insere (Cisne; Santos, 2018).

A segunda mediação refere-se à tensão permanente entre elementos genéricos e particulares, a qual expressa a contradição entre interesses, necessidades e valores que dizem respeito ao gênero humano e aqueles que se manifestam de forma particularizada. Essa tensão, contudo, possui caráter histórico e assume contornos específicos na sociedade de classes, na qual os interesses da classe dominante tendem a se impor como universais. Tal processo se sustenta em relações marcadas pela desigualdade social, pela exploração e pelas diversas formas de opressão.

Cabe mencionar que as classes sociais constituem-se historicamente a partir da divisão entre aqueles que detêm a propriedade privada dos meios de produção e aqueles que dispõem

apenas de sua força de trabalho como meio de subsistência e reprodução da vida. Desse modo, a sociedade capitalista estrutura-se a partir da oposição fundamental entre burguesia e proletariado, configurando relações sociais antagônicas que atravessam a constituição da individualidade e da diversidade humana.

Em uma sociedade capitalista, a exploração da força de trabalho e as desigualdades sociais e econômicas podem levar a uma simplificação ou esvaziamento da diversidade, uma vez que o capitalismo tipicamente reduz os seres humanos à sua função econômica ou a um papel social. Além disso, essas relações de poder no capitalismo produzem violações de identidades raciais, sexuais e de gênero, uma vez que as estruturas sociais e econômicas ignoram ou desvalorizam a real diversidade dos indivíduos, transformando as diferenças humanas em desigualdades sociais. Nesse contexto, torna-se imprescindível analisar a diversidade humana no interior do processo de produção capitalista, a fim de desvelar as determinações que se ocultam sob a aparência da individualidade abstrata. A produção da vida material implica, simultaneamente, a produção de um modo de ser burguês, no qual as relações sociais e econômicas orientadas pela reprodução do capital constituem a base material sobre a qual se erguem as demais relações de poder. Tal análise exige um movimento de abstração do real que permita superar a aparência imediata dos fenômenos sociais e apreender a dinâmica do capitalismo em suas mediações estruturais. Nesse sentido, Schaff (1990) assinala que o individualismo, enquanto categoria, expressa uma concepção de existência orientada exclusivamente pelo livre-arbítrio e pelo interesse próprio, ocultando as determinações sociais que condicionam a vida dos indivíduos.

Por fim, a terceira mediação que incide sobre a individualidade e a sociabilidade refere-se aos complexos sociais, como a ética, a moral e os costumes. Esses complexos atuam como operadores dos conflitos sociais, tornando visíveis e socialmente reconhecíveis as necessidades sociogenéticas que emergem do devir humano. Ao possibilitar sua elevação à consciência em diferentes escalas sociais, tais complexos desempenham papel fundamental na mediação entre indivíduo e totalidade social (Lessa, 2007 apud Cisne; Santos, 2018).

Em síntese, a diversidade humana deve ser compreendida como expressão de um movimento histórico que tem origem no trabalho e se desdobra de forma complexa em toda a práxis social. Trata-se de um processo marcado por contradições, mediações e determinações históricas, no qual a individualidade se constitui inseparavelmente da totalidade social.

Nesse sentido, as reflexões de Cisne e Santos (2018) permitem problematizar criticamente as abordagens contemporâneas que reduzem a diversidade humana a expressões

identitárias, estilos de vida ou atributos individuais descolados de suas determinações histórico-sociais. Ao desconsiderarem a totalidade social, tais leituras tendem a fragmentar o indivíduo, confinando a subjetividade a um suposto universo interior autônomo e encobrindo as mediações fundamentais que estruturam a vida social, como o trabalho, a divisão social do trabalho e as relações de classe. Essa perspectiva, ao privilegiar recortes parciais e idealistas, incorre em simplificações que limitam a compreensão da diversidade humana ao plano do discurso ou a grupos específicos historicamente oprimidos, sem apreende-la como expressão das contradições estruturais do modo de produção capitalista. Ao rejeitar a centralidade da luta de classes e reduzir os fenômenos sociais à esfera simbólica, tais abordagens acabam por esvaziar o potencial crítico e transformador das lutas sociais. Assim, compreender a diversidade humana a partir de uma perspectiva marxista implica situá-la no interior da totalidade social, reconhecendo-a como resultado histórico das relações sociais de produção e reprodução da vida, articulada às determinações de classe, gênero, raça e sexualidade, sem perder de vista o caráter estruturante do trabalho e da sociabilidade na constituição dos indivíduos.

Nesse sentido, Cisne e Santos (2018, p. 40) evidenciam um ponto crucial:

No debate contemporâneo, especialmente após a década de sessenta do século XX com a organização coletiva de vários sujeitos políticos no universo da luta contra o racismo e em defesa da agenda política do feminismo e da diversidade sexual, é comum atribuir à diversidade um caráter quase exclusivamente voltando ao estilo de vida, ao modo de se expressar dos sujeitos e as características relacionadas, dentro outras, à raça/etnia, à orientação sexual à identidade de sexo. Não temos dúvidas de que os indivíduos se tornam diversos em face dessas questões também, mas a ruptura ou a não consideração dos fundamentos teórico-metodológicos nos termos assinalados aqui anteriormente tem levado, no território da produção do conhecimento e da política, [a algumas] simplificações.

Dentre essas, as autoras destacam cinco simplificações:

entendimento do indivíduo circunscrito à sua singularidade em as determinações societárias são desconsideradas ou mecanicamente tratadas, derivando disso uma concepção de subjetividade que rompe com a totalidade social e emana de um mundo transcendente; confinamento da subjetividade a um suposto mundo interior dos indivíduos, que se desenvolve de forma independente e autônoma da sociabilidade e do processo de elevação das capacidades humanas, determinado na divisão social do trabalho e no conjunto de atividades que envolvem a práxis; reprodução de uma visão idealista ao apreender o indivíduo e suas inquietações, conflitos e buscas num suposto "universo interior", desconhecido das relações sociais vigentes em cada período histórico; análise restrita da diversidade humana, relacionando-a apenas aos atributos e características físicas e emocionais que diferenciam os indivíduos e/ou considerando como diversos somente os que são alvo preferencial das formas opressivas e discriminatórias, a exemplo das mulheres; da

população LGBT; da população negra; das pessoas com deficiência, dentro de outras; rejeição da luta de classes como força motriz da sociedade, numa explícita capitulação ao sistema do capital, ainda que esta não seja, necessariamente, a intensidade dos indivíduos; redução da vida social e dos complexos fenômenos realmente existentes ao plano do discurso, considerando a linguagem (Cisne e Santos, 2018, p. 40-41).

Diante do percurso teórico até aqui desenvolvido, impõe-se uma questão central: por que adotar a perspectiva da diversidade humana como orientação teórico-metodológica e política para os estudos de gênero? Em que medida essa perspectiva constitui uma chave analítica capaz de apreender o gênero para além de abordagens fragmentadas, identitárias ou meramente descritivas? Essas indagações tornam-se ainda mais relevantes quando se reconhece que os estudos de gênero partem do entendimento de que o gênero não se reduz a um atributo individual ou a uma identidade fixa, mas se constitui historicamente a partir de múltiplas determinações sociais, como classe, raça/etnia, sexualidade e inserção na divisão social do trabalho.

Nesse sentido, compreender o gênero a partir da diversidade humana permite evidenciar que as experiências vividas pelas mulheres — negras, trans, cis, indígenas da classe trabalhadora — não são homogêneas, mas atravessadas por formas diferenciadas de exploração e opressão produzidas pelo capitalismo, pelo patriarcado e pelo racismo. As mulheres, especialmente as da classe trabalhadora, são afetadas pelas duplas e triplas jornadas de trabalho, por exemplo.

Assim, ao deslocar o debate do plano restrito dos “marcadores” identitários para o terreno da totalidade social, a perspectiva da diversidade humana oferece fundamentos teóricos consistentes para compreender o caráter dinâmico, complexo e historicamente situado das relações de gênero, orientando uma análise crítica das desigualdades na sociedade.

Em toda discussão sobre a diversidade humana, a adoção da dimensão histórica constitui um elemento central, uma vez que a diversidade não é estática, assim como não o são as relações de gênero. Nos estudos de gênero, a opressão, embora constitutiva das relações sociais, manifesta-se de formas distintas ao longo dos diferentes períodos históricos, assumindo configurações específicas conforme as determinações sociais, econômicas e políticas de cada contexto. Nesse sentido, uma das bases do feminismo marxista — em diálogo com outras vertentes críticas — consiste em compreender o gênero como uma categoria historicamente condicionada, que deve ser apreendida em sua complexidade social, e não reduzida a uma determinação natural ou biológica.

No contexto das últimas décadas do século XX e início do século XXI com a ascensão dos movimentos feministas, os estudos de gênero passaram a abordar não apenas a questão da opressão das mulheres por seu sexo, mas também como a raça, classe e sexualidade determinam a experiência de viver o gênero. Portanto, observamos uma expansão da ideia de diversidade humana aplicada aos estudos de gênero.

A título de ilustração, uma mulher cisgênero branca da classe trabalhadora vivencia a violência de modo distinto de uma mulher trans negra, cuja experiência é atravessada não apenas pelo racismo, mas também pela transfobia. Não se trata, contudo, de estabelecer hierarquias de opressão e sofrimento, mas de evidenciar a complexidade constitutiva da diversidade humana e a ausência de universalização concreta dos direitos e dos acessos. Essa constatação reforça a centralidade da análise da totalidade social para a compreensão das desigualdades de gênero e para a orientação das lutas feministas.

Na perspectiva da diversidade humana, a individualidade não se constitui de forma isolada, mas sempre em relação com outros indivíduos, no interior das relações sociais historicamente determinadas. Assim, a diversidade e a individualidade se produzem e se manifestam nas mediações da vida social, sendo as desigualdades de gênero socialmente construídas e reproduzidas por meio de estruturas e padrões de sociabilidade, como o patriarcado, que naturalizam concepções normativas sobre os gêneros e legitimam múltiplas formas de opressão.

Diante disso, os estudos de gênero devem incorporar uma concepção de diversidade que reconheça a multiplicidade das experiências e das identidades, articulando as lutas históricas — como o feminismo e o antirracismo — às dinâmicas sociais, às estruturas econômicas e às relações de poder que conformam a vida social. Ao assumir essa perspectiva, o feminismo não se limita à reivindicação de direitos formais ou à emancipação restrita das mulheres, mas se orienta pela crítica às bases estruturais das desigualdades, afirmando a necessidade de transformação das condições materiais e simbólicas que sustentam as opressões e apontando para a construção de uma nova ordem social fundada na emancipação humana e no reconhecimento da diversidade em sua totalidade.

3.2 Pluralismo, Serviço Social e diversidade humana

No debate contemporâneo sobre democracia e diversidade, o conceito de pluralismo tem assumido um papel central, ao reconhecer a existência de múltiplos sujeitos sociais,

identidades e lutas. Nesse contexto, recorreremos às reflexões de Carlos Nelson Coutinho (1991) e Ivo Tonet (2021) que contribuem para elucidar, de forma objetiva, os principais aspectos dessa categoria em sua formulação teórica.

Inicialmente é necessário compreender o pluralismo não como uma abstração normativa ou valor universal, mas como uma categoria historicamente situada, própria da sociedade burguesa e das configurações políticas que emergem com a modernidade. Nas palavras de Coutinho (1991) “é interessante começar dizendo que, como questão teórica, esse é um fenômeno do mundo moderno [...] e do mundo burguês, isto é, do mundo gerado pela ascensão da classe burguesa e pela construção do capitalismo” (Coutinho, 1991, p. 5). Logo, não é um conceito absoluto ou atemporal, mas uma categoria historicamente determinada, que só pode ser compreendida plenamente no marco da sociedade capitalista e, mais especificamente, do seu desenvolvimento democrático.

Embora o autor reconheça a importância histórica do pluralismo, adverte que ele é limitado dentro do capitalismo, pois os diferentes interesses sociais não têm igual poder de expressão ou realização prática. A dominação da classe burguesa tende a restringir o alcance do pluralismo à forma política, — a um nível superficial — sem permitir a transformação das relações sociais de produção (Coutinho, 1991).

Assim, longe de expressar uma convivência harmoniosa entre diferentes projetos, o pluralismo deve ser interpretado como campo de disputa política e ideológica, onde se travam lutas por hegemonia. Aqui, podemos recuperar a ideia de que a direção política de uma classe se realiza não apenas pela coerção, mas também pela construção de consensos, e é nesse contexto que o pluralismo adquire centralidade: não como fim em si mesmo, mas como espaço de confronto e construção de alternativas contra-hegemônicas. Ou seja, os grupos sociais lutam por dirigir moral e intelectualmente a sociedade. Nesse sentido, o termo não é sinônimo de neutralidade ou equilíbrio entre posições, mas um terreno conflitivo, onde se busca a construção de uma direção cultural, política e econômica.

O pluralismo epistemológico, segundo Coutinho (1991, p. 14), constitui uma dimensão fundamental e complexa, por envolver múltiplas implicações na construção do conhecimento:

(...) o pluralismo, no terreno da ciência natural ou social (...), é sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que essa posição, ao nos advertir para os nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento da nossa posição e, de modo geral, da ciência. (...) Vamos debater para chegar à descoberta de verdades tipicamente científicas, ou seja, com a certeza de que, para cada questão, só há uma resposta globalmente verdadeira.

Nesse sentido, o autor defende que o debate de ideias e o confronto com diferentes perspectivas são essenciais para o avanço do conhecimento e da teoria, uma vez que a ciência não é absoluta, mas sempre uma aproximação da realidade. A pluralidade e o diálogo com o diferente enriquecem a compreensão do real, destacando a importância da abertura, do respeito e da disposição ao dissenso no processo científico.

Contudo, o pluralismo não pode ser tomado como justificativa para o relativismo político ou epistemológico, tampouco como substituto da análise das determinações estruturais da sociedade. Ao contrário, é preciso articulá-lo ao projeto de emancipação humana, à crítica das formas de dominação e à luta por uma nova ordem social. Essa é a contribuição fundamental de Coutinho: reconhecer o pluralismo como conquista democrática da modernidade, mas também como espaço de disputa e não como fetiche da diferença. O pluralismo, para ele, não pode ser fetichizado — ele deve ser articulado à luta de classes e aos processos de transformação histórica (Coutinho, 1991).

Outro aspecto relevante da dimensão do pluralismo está ligado à valorização da subjetividade, da diferença e do antagonismo, contrapondo-se à noção de uma única verdade ou caminho para a transformação social. Contudo, como alerta Coutinho (1991), tal abertura não pode degenerar em relativismo, sob pena de esvaziar os projetos emancipatórios de seu potencial transformador. O desafio reside, portanto, em articular o respeito às múltiplas lutas e experiências sociais com a manutenção de horizontes comuns de luta — uma tensão produtiva que marca o debate atual sobre democracia radical e teorias críticas. Neste sentido, o pluralismo emancipatório distingue-se tanto do universalismo abstrato quanto do particularismo fragmentário, demandando mediações dialéticas entre singularidade e totalidade, identidade e universalidade.

Para Tonett (2021), o pluralismo metodológico — especialmente aquele que se autodeclara anti-pós-moderno — busca não se constituir nem como dogmático, nem como eclético, tampouco como relativista. A solução proposta por seus defensores consiste em recorrer ao rigor do sujeito que, ao reconhecer a relatividade dos métodos, propõe-se a articular, dialogar e promover o “entrecruzamento de paradigmas distintos”. Tal diálogo não é concebido como um simples confronto de ideias, mas como uma fusão de matrizes teóricas diferentes.

A crítica de Ivo Tonet concentra-se na seguinte questão: por que o pluralismo metodológico acaba por se converter em ecletismo e relativismo, apesar das tentativas de

distinção? Segundo o autor, o pluralismo metodológico constitui um “caminho equivocado” e, em sua forma concreta atual, não deixa de ser uma modalidade de relativismo e de ecletismo. O ponto de sua crítica reside no fundamento comum dessas posturas. Em primeiro lugar, destaca-se o enraizamento na subjetividade, tanto o ecletismo quanto o pluralismo partem de uma abordagem do conhecimento fundada na perspectiva subjetiva, e não na objetividade histórica e ontológica. Para o pluralismo, o método é concebido como uma construção da subjetividade, uma autodisciplina do espírito. Em segundo lugar, observa-se a ausência de parâmetros objetivos, uma vez que as categorias do conhecimento não possuem estatuto ontológico, mas apenas lógico, e que o objeto não é reconhecido como o polo regente do processo cognitivo, inexistente um critério objetivo para decidir sobre a validade dos métodos. Dessa forma, a validade das teorias passa a ser determinada por um consenso intersubjetivo. Como consequência, Tonet sustenta que, ao partir do ponto de vista do sujeito — característica central do pluralismo —, essa abordagem desemboca inevitavelmente no relativismo, uma vez que a liberdade do sujeito, incapaz de superá-lo, encontra-se assentada no “terreno movediço da subjetividade”. O pluralismo metodológico configura-se, assim, como uma nova versão, agora inteiramente negativa, da problemática do relativismo (Tonett, 2021).

Para Tonet, o verdadeiro dilema não se estabelece entre dogmatismo e pluralismo, mas entre abordagens fundadas na subjetividade e aquelas alicerçadas na objetividade histórico-ontológica. A alternativa capaz de evitar o relativismo quanto o ecletismo/pluralismo consiste no resgate do “genuíno método marxiano”, cuja direção social se orienta pela perspectiva da classe trabalhadora:

Creio também, e sobretudo, ter deixado claro que o combate ao pluralismo epistemológico pode e deve ser feito sem incorrer no dogmatismo, na recusa ao confronto de idéias, bastando resgatar o genuíno método marxiano. Este sim é a resposta à pergunta: como não ser dogmático, nem eclético ou relativista. Este método, de caráter ontológico, é, por sua natureza, radicalmente crítico e anti-dogmático, o que significa que, com ele, o cientista se torna mais e não menos livre, pois sua liberdade não está fundada no terreno movediço da subjetividade-incapaz de superar o relativismo-mas numa angulação produzida pela objetividade, o que lhe permite melhores condições de visibilidade (Tonet, 2021, p.22).

Esse método tem o objeto como princípio orientador, o procedimento investigativo deve ser orientado pelo movimento próprio do objeto. A verdade reside no ser e não constitui uma construção autônoma da subjetividade. O privilégio do método ontológico, longe de

cercear a liberdade, amplia-a, na medida em que fundamenta a liberdade do sujeito no próprio objeto, possibilitando sua apreensão integral. A categoria da totalidade constitui a marca distintiva do método marxiano e desempenha papel axial na apreensão do objeto em sua integralidade. A partir dessa perspectiva, criam-se melhores condições para a produção de um conhecimento verdadeiro. A crítica é realizada pelo próprio objeto, enquanto totalidade concreta, que submete as elaborações teóricas, e não por meio da contraposição entre teorias subjetivas. Nesse sentido, a ortodoxia no marxismo refere-se exclusivamente ao método — compreendido em seu sentido ontometodológico —, e não aos resultados, o que exige uma atitude permanente de abertura à revisão.

Em síntese, para Ivo Tonet, o pluralismo metodológico configura-se como um falso caminho por não conseguir se diferenciar efetivamente do ecletismo e do relativismo, ao desconsiderar que o método deve ser uma exigência do próprio objeto — isto é, de natureza ontológica — e não uma construção arbitrária da subjetividade. A superação dessa crise metodológica somente é possível por meio da perspectiva histórico-ontológica.

Apesar de chegarem a conclusões distintas acerca do pluralismo metodológico, Ivo Tonet e Carlos Nelson Coutinho compartilham pressupostos fundamentais que situam o debate entre ambos no interior do campo marxista, e não como uma oposição externa a ele. Em primeiro lugar, nenhum dos dois autores concebe o pluralismo como sinônimo de neutralidade, harmonia entre posições ou simples convivência pacífica de perspectivas teóricas. Para ambos, o pluralismo encontra-se necessariamente atravessado por conflitos sociais, políticos e ideológicos, ainda que tais conflitos sejam interpretados e avaliados de maneiras distintas em suas respectivas formulações.

Além disso, tanto Tonet quanto Coutinho reconhecem o caráter histórico do pluralismo. Coutinho afirma explicitamente que se trata de uma categoria própria da sociedade burguesa moderna, vinculada ao desenvolvimento do capitalismo e de suas formas democráticas. Tonet, por sua vez, embora não formule essa análise nos termos da teoria política, também rejeita qualquer concepção de método ou de conhecimento que se pretenda ahistórica, insistindo na determinação histórico-ontológica do objeto como fundamento do processo cognitivo. Em ambos os casos, observa-se, portanto, a recusa de categorias abstratas e universalizantes desligadas da historicidade concreta das relações sociais.

Outro ponto de convergência reside no fato de que ambos os autores se reivindicam no interior da tradição marxista, ainda que a partir de matrizes teóricas distintas. Coutinho fundamenta-se no marxismo de inspiração gramsciana, atribuindo centralidade às categorias

de hegemonia, democracia e construção do consenso. Tonet, por sua vez, ancora-se no marxismo ontológico, fortemente influenciado por Lukács, enfatizando o estatuto ontológico do objeto e o caráter onto-metodológico do método marxiano. Dessa forma, a divergência entre os dois não se estabelece entre marxismo e não marxismo, mas entre leituras distintas do legado teórico de Marx.

O desacordo fundamental entre Tonet e Coutinho diz respeito ao significado e à função atribuídos ao pluralismo metodológico. Para Tonet, o pluralismo metodológico deve ser avaliado de forma negativa, uma vez que tende a dissolver a objetividade do conhecimento, substituindo o papel regente do objeto por consensos intersubjetivos. Ao conceber o método como uma construção da subjetividade, o pluralismo acabaria por impedir a produção de uma verdade objetiva, desembocando inevitavelmente no relativismo e no ecletismo. Nessa perspectiva, a multiplicidade de métodos não expressa riqueza teórica, mas a incapacidade de apreender o movimento objetivo do real:

O pluralismo, concebido como convivência democrática das idéias, embora essencialmente limitado sob esta forma particular de sociedade, é uma conquista insuprimível da humanidade como tal deve ser defendido, pois está ligado ao processo de individuação e de autoconstrução positiva do gênero humano. Além do mais é uma *conditio sine qua non* para o progresso científico. Quanto ao pluralismo metodológico, porém, creio ter demonstrado que, embora sendo anti-dogmático, o que é uma virtude, não deixa de ser uma forma de relativismo e de ecletismo, uma vez que o seu fundamento está na subjetividade e não na objetividade. Em consequência, na sua forma concreta atual, representa uma solução inteiramente equivocada e anti-científica. Ele expressa e contribui para fomentar o extravio da razão e por isso deve ser combatido sem tréguas, sem conciliação, sem meias medidas (Tonet, 2021, p. 21).

Coutinho, ao contrário, atribui ao pluralismo epistemológico um valor positivo, ainda que mediado por limites históricos concretos. Para ele, o pluralismo constitui uma condição fundamental do desenvolvimento científico, na medida em que possibilita a correção de erros, a explicitação de limites internos às teorias e o avanço do conhecimento por meio do confronto crítico entre posições distintas. Longe de negar a existência de uma verdade objetiva, o pluralismo seria o caminho conflitivo e dialógico para alcançá-la. Assim, enquanto para Tonet o pluralismo conduz ao relativismo, para Coutinho ele funciona como uma mediação crítica necessária rumo à verdade.

Essa divergência manifesta-se de modo particularmente claro no papel atribuído à subjetividade e ao diálogo. Tonet vê o diálogo interparadigmático como epistemologicamente problemático, pois desloca o critério de verdade para o sujeito e transforma a validação do

conhecimento em resultado de acordos intersubjetivos. Coutinho, por sua vez, compreende o diálogo como um momento indispensável da crítica científica, capaz de promover a superação de erros e limites e de contribuir para a construção de uma verdade objetiva. Enquanto Tonet enfatiza os riscos epistemológicos do diálogo, Coutinho destaca sua função crítica e heurística.

Por fim, a relação entre pluralismo e verdade constitui um ponto decisivo de dissenso. Para Tonet, a verdade possui um estatuto ontológico, ela reside no ser e deve ser apreendida por um método imposto pelo próprio objeto. O pluralismo metodológico, ao multiplicar critérios e procedimentos, relativiza essa verdade e compromete sua apreensão. Para Coutinho, ao contrário, embora exista para cada questão uma resposta em termos gerais verdadeira, essa verdade não se apresenta de forma imediata, sendo construída historicamente por meio do confronto entre perspectivas distintas. O pluralismo, nesse sentido, não elimina a verdade, mas configura o terreno conflitivo no qual ela pode ser alcançada.

Em síntese, a divergência entre Tonet e Coutinho expressa duas perspectivas teóricas distintas no interior do marxismo. Tonet, a partir do marxismo ontológico, enfatiza a centralidade do objeto como polo regente, a categoria da totalidade, concebendo o pluralismo metodológico como expressão da crise do sujeito moderno e como uma reedição do relativismo. Coutinho, fundamentado no marxismo gramsciano, atribui centralidade às categorias de hegemonia, democracia e luta político-ideológica, defendendo o pluralismo como campo de disputa, condição da democracia e elemento fundamental para o avanço científico e a construção de alternativas contra-hegemônicas.

No interior do Serviço Social, o pluralismo constitui um dos princípios que orientam a formação e a prática profissional, conforme previsto no Código de Ética (CFESS, 1993). Entretanto, sua apropriação exige cuidados teórico-políticos importantes. Para (Silva, 2008) a pluralidade de concepções não pode se confundir com ecletismo, relativismo ou neutralidade metodológica. Trata-se, ao contrário, de um pluralismo crítico, ancorado em fundamentos que permitam compreender a totalidade da realidade social. Nessa direção, o marxismo se coloca como base ontológica e epistemológica capaz de sustentar um diálogo crítico com diferentes correntes, desde que orientado por um projeto profissional comprometido com a transformação da ordem social.

Como alerta Coutinho (1991) e (Silva, 2008), o pluralismo não é um valor absoluto, mas um campo de disputa e de construção de hegemonia, onde se deve afirmar a crítica ao

capital como eixo estruturante do pensamento e da ação profissional. Para a autora, existe o risco de que a teoria marxista se converta em uma postura ortodoxa e absolutizada:

É importante, porém, não transformarmos essa direção social hegemônica, contida na formação acadêmica do assistente social, em seu Projeto Político Pedagógico atual, aprovado em 1996 - que é a teoria social marxista - em uma postura ortodoxa, absolutizada. Dessa forma, vivenciariamos um profundo paradoxo com aquilo que é proposto por essa mesma teoria - a perspectiva dialética - que, por sua vez, propicia o movimento da abertura para o novo e diferente, numa relação de respeito, coerência e criticidade. Uma alternativa para a viabilidade dessa abertura dialética seria, pois, o pluralismo epistemológico, enquanto aproximação com a totalidade dialética (Silva, 2008, p. 149).

A partir de Lukács, Tonet desloca o sentido dessa preocupação ao sustentar que a ortodoxia no marxismo diz respeito exclusivamente ao método onto-metodológico (Tonet, 2021), e não à adesão a resultados previamente fixados ou a dogmas teóricos. Para o autor, o método ontológico é, por definição, aberto, histórico e radicalmente crítico. Em contraste, enquanto Silva (2008), compreende o pluralismo como um instrumento de oxigenação teórica e de tolerância no campo científico, Tonet o caracteriza como o “mais completo extravio da razão”. Em termos analógicos, para Silva, o pluralismo funcionaria como uma lente multifocal indispensável à apreensão da realidade, para Tonet, ao contrário, ele opera como a fragmentação de um espelho que impede que se veja a imagem inteira, sendo o método ontológico a única forma de polir o espelho para refletir a totalidade do real.

No debate contemporâneo do Serviço Social brasileiro, particularmente no que se refere à democracia e à diversidade, o conceito de pluralismo tem ocupado lugar central, sendo frequentemente mobilizado para reconhecer a existência de múltiplos sujeitos sociais, identidades e lutas. Tal centralidade não é casual, mas responde às transformações históricas do capitalismo contemporâneo, marcadas pela reestruturação produtiva, pela ofensiva neoliberal e pela emergência de novas formas de fragmentação das expressões da questão social. Nesse contexto, o pluralismo passa a ser apresentado, em muitos casos, como resposta teórica e política à complexidade do real, orientando abordagens que enfatizam a multiplicidade de experiências, saberes e identidades.

Entretanto, à luz da crítica ontológico-marxista formulada por Ivo Tonet, é possível problematizar o modo como o pluralismo metodológico tem sido incorporado no campo do Serviço Social. Conforme argumenta o autor, o pluralismo, ao deslocar o fundamento do conhecimento para a subjetividade e para o diálogo intersubjetivo entre perspectivas, tende a

relativizar a centralidade do objeto e a fragmentar a apreensão da totalidade social. Essa crítica revela-se particularmente pertinente quando observamos a crescente influência de perspectivas pós-modernas no Serviço Social, as quais, embora se apresentem como sensíveis à diversidade e às diferenças, frequentemente operam por meio da particularização analítica e da recusa de fundamentos ontológicos mais amplos.

No campo do Serviço Social, tais tendências manifestam-se na valorização acrítica da diversidade como categoria analítica autônoma, dissociada das determinações estruturais do modo de produção capitalista. A diversidade passa, assim, a ser tratada como um conjunto de identidades isoladas — de gênero, raça, sexualidade, geração, entre outras — cuja análise se limita ao plano da experiência, da representação ou do reconhecimento simbólico. Sob a ótica de Tonet, esse movimento expressa precisamente o risco do pluralismo metodológico, ao absolutizar a diferença e multiplicar enfoques particulares, perde-se a capacidade de apreender o objeto em sua totalidade concreta, substituindo a crítica das relações sociais por um mosaico de análises fragmentadas.

É nesse ponto que se estabelece uma tensão decisiva entre a perspectiva ontológico-marxista e as abordagens pluralistas de inspiração pós-moderna no Serviço Social. Enquanto estas últimas tendem a conceber o gênero como uma categoria analítica autossuficiente, frequentemente desvinculada das relações sociais de produção e das formas históricas de exploração e dominação, a perspectiva marxista fundamentada na totalidade social compreende o gênero como uma determinação histórica concreta, inscrita nas relações sociais capitalistas e articulada às mediações de classe, trabalho, Estado e reprodução social. Dessa forma, a análise de gênero não é negada, mas situada no interior da totalidade social, evitando sua autonomização metodológica.

A escolha da perspectiva da diversidade humana fundamentada no marxismo, conforme orienta esta pesquisa, não implica a negação da pluralidade de sujeitos, identidades e lutas, mas sua apreensão crítica. Diferentemente das abordagens pluralistas que tomam a diversidade como um fim em si mesma, essa perspectiva busca compreender como a diversidade é produzida, gerida e, muitas vezes, funcionalizada pelo capitalismo. Ao enfatizar a totalidade social, o método marxiano permite apreender as particularidades — como as relações de gênero — não como fragmentos isolados, mas como momentos constitutivos de uma totalidade contraditória.

Nesse sentido, a crítica de Tonet ao pluralismo metodológico ilumina as tendências atuais do Serviço Social que, ao incorporarem o debate de gênero a partir de matrizes

pós-modernas, acabam por reforçar uma leitura fragmentada da realidade social. Tais abordagens, ao priorizarem a multiplicidade de perspectivas e a validação intersubjetiva dos saberes, tendem a fragilizar o potencial crítico do conhecimento, deslocando o foco das determinações estruturais para o plano da subjetividade e do reconhecimento. O resultado é uma análise que, embora sensível às diferenças, torna-se limitada para compreender as bases materiais que produzem e reproduzem as desigualdades de gênero.

Por outro lado, a perspectiva ontológico-marxista, ao tomar o objeto como polo regente e a totalidade como categoria axial, oferece ao Serviço Social instrumentos teórico-metodológicos mais consistentes para enfrentar os desafios contemporâneos da democracia e da diversidade. Ao invés de um pluralismo metodológico que relativiza a verdade e fragmenta o real, propõe-se uma abordagem capaz de articular universalidade, particularidade e singularidade, preservando a diversidade sem perder de vista a centralidade das relações sociais capitalistas.

Assim, inserir o debate entre Tonet e o pluralismo no Serviço Social significa explicitar que a disputa não é entre reconhecer ou não a diversidade, mas entre distintas formas de apreendê-la. Trata-se de escolher entre uma abordagem que particulariza e fragmenta a análise, alinhada a tendências pós-modernas, e outra que, fundamentada no marxismo e na totalidade social, busca compreender a diversidade humana como expressão histórica concreta das contradições do capitalismo. É nessa chave que o debate sobre pluralismo metodológico se revela estratégico para a crítica contemporânea do Serviço Social e para a análise da incorporação dos estudos de gênero no interior da profissão.

3.3 Serviço Social e produção do conhecimento

No início da profissão, especialmente entre as décadas de 1930 e 1960, as e os assistentes sociais foram inseridos no cenário institucional como resposta ao aumento das expressões da “questão social”. Embora, nesse primeiro momento, a profissão apresentasse uma abordagem dogmática e religiosa — fundamentada em doutrinas alinhadas aos dogmas da Igreja Católica, como já discutido no capítulo anterior —, predominavam, naquele contexto, as influências do positivismo e do funcionalismo. Essas correntes contribuíram para um modelo de intervenção voltado à instrumentalização técnica do Serviço Social.

Com o tempo, essa orientação evoluiu, dando lugar a mudanças significativas que culminaram no que Yamamoto e Carvalho (1982) denominaram “arranjo teórico-doutrinário”.

Esse arranjo representa a conformação de uma estrutura técnico-instrumental e técnico-científica pautada nas influências positivistas e funcionalistas, que orientavam a atuação dos assistentes sociais no sentido de “ajustar” os indivíduos à ordem social vigente.

Com o avançar da profissão e diante da complexidade crescente das expressões da “questão social”, o Serviço Social passou a incorporar distintas matrizes teórico-metodológicas para orientar sua intervenção profissional. Esse movimento, embora refletisse o esforço da categoria em responder às necessidades concretas do cotidiano, resultou em um caráter eclético²⁹ e sincrético³⁰ da prática profissional. Como consequência, o exercício profissional tendeu a restringir-se à resposta imediata às manifestações visíveis da “questão social”, sem alcançar sua apreensão crítica e totalizante (Netto, 2009).

Durante os períodos do desenvolvimento nacionalista e da ditadura civil-militar no Brasil, o Estado brasileiro operou de forma contraditória, combinando traços arcaicos com elementos modernos³¹. No primeiro momento, ainda sob o projeto desenvolvimentista, o país buscava certa autonomia econômica por meio da industrialização e da valorização do capital nacional. Entretanto, essa estratégia se transformou, especialmente durante o regime ditatorial iniciado em 1964, quando o Estado passou a adotar um modelo de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, aprofundando a dependência estrutural da economia brasileira em relação aos países centrais do sistema capitalista (Netto, 2017).

Essa trajetória não apenas moldou a estrutura econômica do país, mas também consolidou a forma política denominada de autocracia burguesa³². Esse modelo de dominação caracteriza-se pela manutenção do poder da classe dominante por meio de uma democracia restrita, na qual a participação popular é limitada ou quase inexistente e as instituições funcionam para garantir a reprodução das elites. Trata-se, portanto, de uma forma de controle autoritário que, mesmo em contextos de aparente institucionalidade democrática, impede avanços substantivos em direção à garantia dos direitos sociais.

²⁹ O ecletismo presente na profissão se dá pela indivisibilidade entre investigação e intervenção, (Guerra, 2009), ou seja, a investigação e a intervenção são coisas diferentes, mas que sempre se complementam no exercício profissional do Serviço Social.

³⁰ Para aprofundar a reflexão do sincretismo, ler as *Três notas sobre o sincretismo no Serviço Social*, de Jamerson Murillo Anunciação de Souza (2014).

³¹ Nessa trajetória, o Estado brasileiro combinava elementos arcaicos com modernos — um traço típico das nações de formações e economias dependentes, segundo a teoria marxista da dependência. Para aprofundar a análise, veja os estudos de Ruy Mauro Marini na sua obra *Dialética da Dependência*.

³² “Autocracia burguesa” é um conceito desenvolvido por Florestan Fernandes em sua obra *A revolução burguesa no Brasil*, 1975.

Nesse contexto, o Serviço Social brasileiro passou por um processo de lenta, mas significativa transformação. A consolidação da autocracia burguesa influenciou diretamente a forma como a profissão passou a perceber a si mesma e a sociedade. A prática profissional, antes alinhada a uma perspectiva funcionalista às demandas do Estado, começou a buscar uma nova base de fundamentação crítica, impulsionada pelas contradições sociais intensificadas pelo regime autoritário e pela crescente mobilização da classe trabalhadora como destaca Netto (2017), Iamamoto e Carvalho (1982).

Como resposta a esse contexto, o Serviço Social iniciou uma aproximação com a teoria marxista, buscando elementos que permitissem uma análise mais profunda da realidade social. No entanto, essa apropriação se deu de forma ainda limitada e marcada por um viés politicista, ou seja, centrada na crítica ideológica e na denúncia política do regime, muitas vezes sem mediações mais consistentes entre teoria e a realidade concreta. Além disso, essa leitura marxista inicial apresentava traços estruturalistas, caracterizada por uma compreensão rígida das estruturas sociais, o que restringia o desenvolvimento de uma práxis efetivamente crítica e transformadora naquele momento (Barroco, 2018).

De acordo com a autora, o Serviço Social brasileiro incorporou o marxismo em um primeiro momento, por um viés politicista, expresso em práticas com forte engajamento político — como o militância e o revolucionarismo —, mas com pouca fundamentação teórico-metodológica. Essa incorporação só passou a ser reavaliada criticamente a partir da segunda metade dos anos 1970, no contexto da superação das limitações do movimento de reconceitualização, logo aí, “são apontados seu ecletismo teórico-metodológico, sua ideologização em detrimento da compreensão teórico-metodológica, sua remissão a manuais simplificadores do marxismo, sua reprodução do economicismo e do determinismo histórico” (Barroco, 2018, p.166). Nesse sentido, observa-se que o desenvolvimento do Serviço Social brasileiro foi marcado pela influência de distintas correntes teóricas e pela incidência de contextos políticos e econômicos, que impactaram diretamente sua conformação profissional.

A aproximação com o marxismo desempenhou papel central na renovação crítica da profissão, ainda que esse processo tenha ocorrido de forma gradual e marcada por contradições internas e desafios teóricos. Esse movimento buscou romper com as práticas conservadoras e tradicionais que vinham estruturando a profissão desde sua gênese. Ao longo das décadas seguintes, intensificaram-se os esforços para romper com essa lógica — um movimento que, segundo Netto (2017), caracteriza-se como um processo de continuidade e

ruptura³³. De um lado, persistiam traços conservadores oriundos de suas bases religiosas e tradicionais, de outro, emergia uma perspectiva crítica que buscava superar essas determinações, construindo uma nova base teórico-metodológica comprometida com as demandas e necessidades da classe trabalhadora.

O movimento de reconfiguração crítica do Serviço Social encontrou um ponto de inflexão decisivo durante o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em 1979. Esse evento representou a mais expressiva ruptura com o conservadorismo que historicamente marcou a profissão, tornando-se referência na consolidação de uma nova direção teórico-política. A partir dessa renovação, o Serviço Social passa a se reorganizar para compreender as especificidades da classe trabalhadora, atuando na mediação e na efetivação do acesso a direitos sociais. Segundo Oliveira (2021), é nesse contexto que a profissão também passa a ser reconhecida como área de produção de conhecimento. Nas palavras da autora:

A “virada” do Serviço Social e a edificação do Projeto Ético-Político profissional, resultados da luta pela hegemonia política do conjunto de assistentes sociais que assumiu o compromisso com a classe trabalhadora, foram o marco decisivo nesse desenvolvimento histórico. Através da teoria-método marxiano, o Serviço Social atinge a sua maioria intelectual, sendo reconhecido como área de conhecimento, na década de 1980. Esse reconhecimento não se efetiva apenas através das agências de fomento à pesquisa, mas devido ao crescimento de cursos de pós-graduações e à elevada interlocução e incorporação das referências bibliográficas produzidas na área do Serviço Social em outras áreas de conhecimento (Oliveira, 2021, p. 16 - 17).

Nesse sentido, ao longo das décadas de 1970 e 1980, o Serviço Social brasileiro aprofundou sua vinculação com os movimentos sociais, em sintonia com a reinserção política da classe operária e com as transformações políticas e teóricas em curso no país. Nesse contexto, a profissão consolidou-se tanto no plano acadêmico — com o fortalecimento da produção de conhecimento e a incorporação de estudos marxistas — quanto no âmbito político-organizativo, onde as lutas sociais culminaram na consolidação do Projeto Ético-Político profissional (Duriguetto e Marro, 2016). Esses processos situaram o Serviço Social como uma profissão crítica, comprometida com valores emancipatórios, materializados na resistência política, nas estratégias de enfrentamento das contradições do cotidiano profissional, na produção intelectual da categoria e na defesa de uma ética profissional alicerçada na responsabilidade, no respeito à liberdade e aos direitos humanos, na valorização da diversidade e na luta pela transformação social.

³³ Reflexo desse processo histórico de reconceituação do Serviço Social no Brasil aparece nas manifestações do ecletismo profissional presentes nos relatórios dos Seminários de Teorização de Araxá (1967), Teresópolis (1970), Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984).

Essa vinculação mais orgânica entre o Serviço Social e os movimentos sociais não se limitou à esfera da militância política, mas alcançou um novo patamar teórico-ético de interpretação da realidade social. A ruptura com o conservadorismo profissional e com as mediações teóricas do ecletismo ou o marxismo de viés positivista — abriu espaço para a incorporação de uma racionalidade crítico-dialética, vinculada à defesa de um projeto societário emancipatório. Nesse processo, destaca-se a ressignificação do debate sobre a diversidade humana, compreendida não mais sob a ótica moral ou naturalizante, mas como expressão ontológica das múltiplas formas de existência social, em diálogo com a centralidade da luta de classes. Nesse sentido, a crítica ao uso reducionista do marxismo, baseado em abordagens estruturalistas e deterministas, é fundamental para compreender os limites enfrentados pela profissão em sua trajetória histórica (Oliveira, 2021).

A superação dessa perspectiva mecanicista foi condição decisiva para a emergência de uma nova racionalidade no interior do Serviço Social. Tal racionalidade, vinculada à tradição crítica do marxismo, passa a fundamentar o Projeto Ético-Político da profissão, engajada com a transformação social. Nesse marco, a consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social:

encontra-se em vias de materialização, articulado a um projeto societário, por meio da luta contínua que a profissão realiza, empenhando esforços teóricos-éticos-políticos na consumação da hegemonia de uma racionalidade crítico-dialética e na construção de uma nova sociedade. Esse projeto vai na contramão das tendências presentes dessa sociedade, na produção do conhecimento, na moralidade das relações sociais capitalistas e na operacionalidade das relações de trabalho, em sua composição indissociável, que atende à proeminência da unidade na diversidade. Portanto, o [Projeto Ético Político do Serviço Social] é antítese do projeto societário em curso, em que prevalece as desigualdades sociais, o neoconservadorismo, o obscurantismo e relações de trabalho cada vez mais precarizadas e desumanizadas (Oliveira, 2021, p. 161- 162).

É possível afirmar que as demandas dos sujeitos coletivos chegam ao Serviço Social não apenas por sua atuação em consonância com os movimentos sociais, mas também por estar historicamente inserido no próprio processo de organização da classe trabalhadora. No Brasil, esse processo se intensificou na década de 1980, à medida que o país se afastava do regime autoritário da ditadura civil-militar. Nesse contexto, os sujeitos coletivos passaram a reivindicar o reconhecimento da diversidade como uma necessidade histórica, denunciando que a opressão, além de estrutural, era funcional ao conservadorismo. As pautas relativas à sexualidade, identidade de gênero e racismo passaram a ser compreendidas como questões eminentemente políticas, vinculadas às estruturas de poder e dominação social (Santos, 2019).

Observe-se, conforme os estudos de Santos (2019), que a trajetória de parte da esquerda, especialmente da tradição marxista, na incorporação das pautas da diversidade, tem sido marcada por inúmeros desafios³⁴. Embora o reconhecimento da diversidade da classe trabalhadora represente um avanço necessário, esse processo não foi amplamente aceito entre os pesquisadores. O esforço em compreender não apenas a dimensão de classe ainda constitui um campo de disputa e aprofundamento teórico.

As expressões da diversidade — relacionadas à sexualidade, identidade de gênero, raça e etnia — tornaram-se alvo preferencial da exploração exacerbada, da discriminação e do preconceito, por destoarem dos padrões hegemônicos³⁵ sustentados pelo patriarcado, pelo racismo estrutural, pela lógica capitalista, pela monogamia compulsória e pela heteronormatividade (Santos, 2019).

Nas palavras de Rodrigues (2011, p. 26), apesar dos movimentos de esquerda, dos trabalhadores, terem uma agenda de transformação social e defesa dos direitos, eles enfrentam dificuldades em incorporar algumas questões “como os direitos das mulheres, o combate ao racismo, e especialmente os chamados direitos sexuais. [...] sempre foram uma questão menor (como no caso das mulheres) ou simplesmente uma não questão (no caso dos homossexuais).” Nesse sentido, a apreensão da totalidade torna-se elemento estruturante do exercício profissional. Reconhecer a diversidade da classe trabalhadora — marcada por diferentes opressões e vulnerabilidades — é condição indispensável para uma intervenção qualificada frente às violações de direitos e às desigualdades estruturais.

É importante destacar que nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, as questões de gênero e raça aparecem como elementos centrais na formação profissional crítica. No Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira, essas categorias são inseridas no debate sobre as desigualdades estruturais do país, evidenciando que compreender o desenvolvimento capitalista no Brasil exige atenção às diferenças de classe, gênero e raça/etnia, entre outros processos de exclusão social. Além disso, nas matérias básicas da formação, como a disciplina “Acumulação Capitalista” e “Desigualdades Sociais”, são abordados temas como a constituição de sujeitos sociais, organização coletiva de classes, categorias e grupos, e as relações de gênero, étnico-raciais, identidade e subjetividade, inseridas no contexto dos movimentos societário (ABEPSS, 1996).

³⁴ Para uma análise crítica e aprofundada entre o duelo da esquerda economicista e a esquerda politicista, veja Santos (2019).

³⁵ Padrões e sistemas hegemônicos são instituições com valores, normas e práticas que dominam e moldam a organização da vida social. Esses sistemas têm o poder de controlar e impor uma organização social como natural, única e inevitável, desconsiderando e negando outras formas de pensar, viver e se expressar.

Neste trabalho, optamos por abordar os estudos de gênero sob uma perspectiva marxista, já que compreendemos que as desigualdades de gênero são historicamente construídas e intensificadas pelo sistema capitalista, sobretudo no que diz respeito à opressão das mulheres e de outros grupos socialmente marginalizados. Isso exige uma análise fundamentada na totalidade social, que ultrapasse as abordagens fragmentadas e estritamente identitárias. Pensar gênero a partir da diversidade humana, dentro de uma concepção crítica e ontológica, nos possibilita compreender a realidade de maneira relacional e integrada — na qual os fenômenos não são analisados de forma isolada, mas como parte dos complexos sociais que articulam individualidade e sociabilidade, economia e cultura, subjetividade e estrutura de classe. Como afirma Santos (2019), as pautas identitárias não negaram a existência do capitalismo, mas frequentemente careceram de mediações teóricas que conectassem os fenômenos subjetivos às determinações objetivas do sistema do capital. Essa mediação é especialmente relevante para o Serviço Social, dada sua interface com as expressões da questão social.

3.4 Análise do Encontro Nacional de pesquisadores em Serviço Social — ENPESS e do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais — CBAS

A seleção dos artigos considerou não apenas aqueles que tratam a categoria “gênero” como abordagem central, mas também produções que abordam a temática de forma articulada a outras categorias. Por essa razão, não nos restringimos aos eixos temáticos dedicados exclusivamente à discussão de gênero. A coleta foi realizada por meio da ferramenta de busca disponível nos sites dos anais dos eventos, utilizando o termo “gênero” como descritor. Observou-se que, em diversos eixos, foram identificadas análises que, embora não tematizem diretamente o estudo de gênero, mobilizam elementos a ele relacionados. Essa escolha metodológica se fundamenta em dois motivos: especialmente por se tratar de um estudo que evidencia a importância das discussões de gênero para o Serviço Social, orientadas pela perspectiva da totalidade social e pela compreensão de que gênero se manifesta de maneira consubstancial e coextensiva com outras determinações sociais — como classe, raça e sexualidade — e, portanto, mesmo quando não é a temática central, sua presença é relevante para os fins desta pesquisa.

Neste tópico, apresentamos uma análise integrativa dos dados, articulando considerações gerais às tendências predominantes observadas nas produções examinadas. A

proposta não é realizar uma exposição meramente descritiva, mas provocar inquietações analíticas e levantar questões pertinentes de forma objetiva, ainda que teoricamente fundamentadas. O estudo, de abordagem qualitativa, buscou identificar tendências e contradições teórico-metodológicas presentes na produção de conhecimento do Serviço Social sobre gênero. Para isso, tomou como recorte empírico os dois principais eventos da categoria realizados em 2022: o XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), que ocorre a cada três anos, e o XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), de periodicidade bienal. Embora tradicionalmente realizados em anos alternados, ambos ocorreram no mesmo ano em razão do reordenamento do calendário provocado pela pandemia da Covid-19. Ao todo foram analisados 54 artigos. No ENPESS de 2022, dos 718 trabalhos publicados, 20 (2,79%) apresentavam o descritor “gênero”; já no CBAS de 2022, dos 1.293 trabalhos, 34 (2,63%) foram selecionados. Assim, os artigos analisados correspondem a aproximadamente 2,68% do total de trabalhos publicados nos dois eventos.

Para a sistematização dos dados, foi elaborado um instrumental analítico (Apêndice A), contendo campos para registro como: ano e evento; título do artigo; autoria e filiação institucional; região geográfica; definição da categoria gênero; eixo temático; análise da tendência teórico-metodológica assumida; aproximações com a perspectiva da diversidade humana e com os fundamentos do Serviço Social; além de observações críticas sobre o conteúdo analisado. Em alguns artigos, a análise foi conduzida de forma mais aprofundada, principalmente quando identificamos questões mais complexas, como a mistura de ideias de autoras e autores que defendem posições teóricas e políticas opostas, sem considerar suas diferenças fundamentais. Em outros casos, a análise se concentrou em uma leitura geral, devido à saturação de padrões identificados ao longo da leitura — algo que ocorre com frequência em pesquisas qualitativas de caráter mais abrangente.

Quanto à distribuição dos artigos por eixo temático, os dados revelam que a maior concentração de produções se encontra no eixo “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade”, que concentra 25 artigos no CBAS de 2022 (73,5%) e 17 no ENPESS de 2022 (85%). Em seguida, aparece o eixo “Política Social e Serviço Social”, com 6 artigos no CBAS (17,6%) e 2 no ENPESS (10%). Outros eixos, como “Trabalho, Questão Social e Serviço Social”, apresentam 1 artigo em cada evento (2,9% no CBAS e 5% no ENPESS); o eixo “Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional” concentrou 3 artigos no CBAS (8,8%); “Ética, Direitos Humanos e Serviço Social” contou com 1 artigo no CBAS (2,9%); e o eixo “Questão Agrária,

Urbana, Ambiental e Serviço Social”, com 1 artigo no ENPESS (5%). Esses dados indicam que, embora a maior parte das discussões sobre gênero esteja concentrada em um eixo temático específico, há um atravessamento da temática em outros espaços de produção, o que revela a complexidade da questão e sua relação com diferentes expressões da questão social.

Em relação à distribuição regional das produções analisadas, observa-se uma concentração significativa da produção acadêmica em determinadas regiões do país. No CBAS, a maior parte dos trabalhos teve origem na região Sudeste, com 12 artigos (35,3%), seguida pelo Nordeste com 10 (29,4%), Sul com 7 (20,6%), Norte com 3 (8,8%) e Centro-Oeste com 2 (5,9%), totalizando 34 artigos. No ENPESS, novamente o Sudeste, com 12 produções (60%), seguido pelas regiões Sul 3 (15%), Norte 3 (15%) e Nordeste 2 (10%). Não foram registrados trabalhos oriundos do Centro-Oeste neste evento, que totalizou 20 artigos analisados.

Quanto à natureza institucional, observa-se o predomínio das universidades públicas como principais espaços de produção do conhecimento. No CBAS, 32 dos 34 trabalhos analisados (94,1%) foram elaborados em instituições públicas, enquanto apenas 2 (5,9%) são provenientes de instituições privadas. No ENPESS, esse padrão se repete, 18 dos 20 artigos (90%) têm origem em universidades públicas, e apenas 2 (10%) foram produzidos em instituições privadas. Nenhum dos eventos apresentou trabalhos oriundos do terceiro setor, de organizações não governamentais ou de autores(as) sem vinculação institucional identificada.

Esses dados revelam não apenas o papel central das universidades públicas como principais financiadoras e promotoras da produção acadêmica no Brasil, mas também reforçam a concentração regional dessa produção na região Sudeste — evidenciando desigualdades históricas no acesso à pesquisa e na consolidação institucional. Tal centralização expressa a assimetria de recursos, infraestrutura e oportunidades de fomento à pesquisa entre as regiões. No entanto, é fundamental destacar que essa predominância quantitativa não implica, por si só, superioridade qualitativa. Ao contrário, as produções oriundas das regiões Norte e Nordeste revelam significativo adensamento teórico e contribuições rigorosas, reafirmando a relevância e a potência crítica dessas regiões no debate sobre gênero no Serviço Social.

A análise também evidenciou um crescimento significativo de trabalhos que articulam a categoria gênero com outras determinações sociais estruturantes, como classe, raça e sexualidade. No ENPESS 2022, aproximadamente 14 dos 20 artigos analisados (70%) realizam esse tipo de articulação; no CBAS 2022, esse número alcança 28 dos 34 trabalhos

(cerca de 82%). Esses dados sinalizam um avanço relevante em direção a abordagens mais complexas, que buscam apreender a totalidade concreta das relações sociais, mesmo que sustentadas por diferentes perspectivas teórico-metodológicas. Observa-se, ainda que gênero nem sempre seja o foco exclusivo das análises, dificilmente aparece de forma isolada — sendo geralmente vinculado a outras expressões da questão social. Esse movimento reforça a importância de leituras críticas que compreendam a articulação entre múltiplas formas de opressão e os processos de exploração, especialmente no interior das dinâmicas de sociabilidade capitalista.

A diversidade teórico-metodológica das produções analisadas também se expressa nas referências utilizadas pelos(as) autores(as) para discutir a articulação entre gênero, classe, raça e sexualidade. Entre os nomes mais recorrentes destacam-se Carla Akotirene, Berenice Alves de Melo Bento, Judith Butler, Kimberlé Crenshaw, Mirla Cisne, Michel Foucault, Lélia Gonzalez, Donna Haraway, Helena Hirata, Heleieth Saffioti, Joan Scott, Simone de Beauvoir e Adriana Piscitelli. Essa seleção evidencia a presença de diferentes correntes teóricas, que vão desde as perspectivas feministas marxistas e decoloniais até os aportes pós-estruturalistas e interseccionais, refletindo a heterogeneidade das leituras sobre as opressões de gênero e suas relações com outras determinações sociais. Ainda que nem sempre essas autoras e autores estejam articulados de forma crítica entre si, sua presença aponta para uma ampliação do repertório analítico nas produções do Serviço Social, voltadas à apreensão das múltiplas expressões da questão social.

Diante dessas constatações iniciais, cabe agora aprofundar a análise quanto ao modo como a categoria gênero vem sendo abordada nas produções examinadas. Mais do que identificar sua presença nos textos, interessa compreender como essa categoria é definida e teorizada. Para isso, analisamos as concepções expressas nos artigos quanto à categoria gênero, atentando para suas tendências teórico-metodológicas, aproximação (ou afastamento) com a perspectiva da totalidade, bem como sua vinculação com os fundamentos do Serviço Social.

Com base na classificação proposta por Berenice Bento (2006), é possível organizar os diferentes enfoques teóricos sobre a categoria “gênero” em três tendências explicativas, que ajudam a compreender como os estudos têm sido estruturados ao longo do tempo. A primeira é a tendência universal, que corresponde a uma abordagem mais tradicional ou essencialista, em que o gênero é concebido principalmente como uma experiência vinculada à condição feminina, centrada na sujeição das mulheres. Essa perspectiva tende a tratar o gênero quase

exclusivamente a partir da opressão feminina, de forma generalizante e, por vezes, descontextualizada. A segunda é a tendência relacional, que entende o gênero como resultado das relações sociais entre os sexos. Nessa concepção, não se trata de analisar mulheres ou homens de forma isolada, mas de compreender como as identidades de gênero se constroem mutuamente em um sistema de relações sociais. Essa abordagem é mais dinâmica e sociológica. Por fim, a tendência plural corresponde a uma leitura mais contemporânea e diversa, associada aos chamados “estudos de gênero”, que incorporam a multiplicidade dos gêneros, das sexualidades e das subjetividades. Aqui, gênero não é mais pensado apenas a partir da dicotomia homem/mulher, mas envolve também identidades não binárias, transgeneridades e outras expressões de subjetivação.

Esta tipologia teórica é adotada neste estudo como ponto de partida analítico para refletir sobre a categoria gênero em sua trajetória histórica. No entanto, a análise não se limita exclusivamente a essas três dimensões. Elas serviram como orientação inicial, sem representar um fechamento categorial. Ao longo da leitura dos artigos, procurou-se identificar se as próprias autoras ou os próprios autores demonstravam consciência teórico-metodológica acerca do conceito de gênero que mobilizavam. Ou seja, mais do que apenas classificar os textos segundo as tendências propostas por Bento, interessou-nos compreender como — e se — o conceito de gênero era efetivamente trabalhado de forma crítica e articulada pelas autoras e pesquisadores.

É notório que o pensamento feminista e transfeminista vem promovendo importantes reformulações na categoria gênero ao longo do tempo, resultado de disputas teóricas, avanços epistemológicos e reinterpretações políticas. Diante disso, cabe questionar: as autoras e os autores, das produções analisadas demonstram consciência dessas diferenças conceituais? Revelam domínio crítico do conceito que mobilizam? Ainda que não se exija um aprofundamento exaustivo sobre todas as abordagens possíveis, a categoria gênero é apresentada de forma fundamentada e coerente com os objetivos propostos pelos artigos, ou aparece de maneira vaga, como se sua definição fosse autoevidente e não exigisse explicitação teórico-metodológica?

Nesse sentido, observou-se, em um dos artigos, uma explicação do porquê de o conceito de gênero ser considerado amplo:

Este trabalho objetivou refletir sobre a categoria gênero, no movimento histórico dos feminismos. Todavia, não se pretendeu esgotar a temática, dada a diversidade e a não homogeneidade das análises sobre gênero. Nas viagens no entorno dos gêneros, a imprevisibilidade e a não fixidez de itinerários permitem a saída de rotas, a

experimentação de caminhos outros. As viagens são distintamente experienciadas e significadas pelas relações de gênero. As zonas normativas também são zonas de trânsitos, provisoriiedades, incertezas, transgressões (CBAS 2022, artigo 19, p. 8).

A partir do mesmo artigo, a autora apresenta a explicação dos tipos de compreensão de gênero:

As teorias feministas presumiram a existência de uma identidade definida, centrada na categoria “mulheres”. As feministas do patriarcado, aglutinavam sua concentração na submissão das mulheres pela dominação dos homens, questionando as relações desiguais entre os sexos. As feministas marxistas, por outro lado, apresentavam uma abordagem mais histórica pelo fato de exigirem uma explicação material para o gênero. Ambas(os), porém, para Butler, contribuíram para a essencialização de um patriarcado como sistema de dominação universal em todas as sociedades (ocidentais e orientais). Diante disto, Butler (2017, p. 25), assevera que a questão da identidade “[...] não deve ser o fundamento da política feminista, pois a formação do sujeito ocorre no interior de um campo de poder sistematicamente encoberto pela afirmação deste fundamento”. Não há razões para a filósofa em conceber e pensar estaticamente o gênero, em número de dois, pois quando o seu status de construção é teorizado, esta categoria se torna flutuante. Por conseguinte, “[...] homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino” (BUTLER, 2017, p. 26). Neste sentido, para a filósofa, se a imutabilidade do sexo pode ser contestada em oposição ao determinismo biológico, talvez o mesmo seja tão construído culturalmente quanto o gênero. Nesta ótica, como feito, Butler (2017), apresenta a categoria gênero enquanto ação, conjunto de atos reiterados no interior de uma estrutura de regulação e controle. A performatividade, como sugere a filósofa, não é um dado natural, mas, criação. À guisa de exemplo, as drag queens efetivam ações que, consequentemente, produzem uma identidade considerada feminina. Suas ações e seus feitos denotam o caráter performático do gênero. A identidade é posta, assim sendo, como efeito destes atos (CBAS 2022, artigo 19, p. 10-11).

Com o objetivo de identificar como a categoria gênero tem sido compreendida nos trabalhos analisados, elaborou-se uma tipologia, construída com base nas tendências identificadas ao longo da análise. Essa categorização não pretende esgotar a complexidade do debate teórico sobre o tema, mas oferece uma sistematização preliminar que permite visualizar algumas tendências e recorrências presentes nas produções. A definição das categorias considerou tanto os aportes teóricos explícitos nos textos quanto a forma como o conceito de gênero é mobilizado nas análises.

A primeira categoria foi nomeada **“Gênero como construção histórica das relações sociais”**, e abarca artigos que compreendem o gênero como uma categoria socialmente e historicamente construída, relacionada às determinações mais amplas da vida social, especialmente às relações sociais de produção. Em geral, são textos que se aproximam de uma

perspectiva crítica culturalista e/ou materialista, e que inserem o debate de gênero no interior das relações sociais.

A segunda categoria, **“Relações patriarcais de gênero”**, reúne produções que focalizam a dominação masculina e a opressão das mulheres como resultado de estruturas patriarcais. Ainda que nem todos os textos façam uma crítica sistematizada do patriarcado, nota-se uma preocupação em explicitar as relações de poder e desigualdade entre os gêneros como estruturantes da ordem social.

A terceira categoria foi denominada **“Papéis sociais do que é ser homem e mulher”**. Trata-se de uma abordagem mais descritiva e, por vezes, superficial, que centra a análise na construção social dos papéis de gênero. Os artigos enquadrados aqui tendem a reproduzir noções mais naturalizadas ou normativas sobre o que se espera de homens e mulheres, sem necessariamente problematizar as estruturas de dominação que sustentam essas diferenças.

A quarta categoria contempla os trabalhos que articulam as **três tendências** explicativas do conceito de gênero, conforme sistematizadas por Berenice Bento (2006): a tendência universal (centrada na sujeição feminina), a tendência relacional (voltada às relações entre os gêneros) e a tendência plural (voltada à multiplicidade de gêneros e sexualidades). Esses textos apresentam uma compreensão mais complexa e multifacetada da categoria, dialogando com diferentes matrizes teóricas de forma mais crítica e reflexiva.

Por fim, foi criada a categoria **“Indefinida”**, destinada aos artigos nos quais a categoria gênero é utilizada de forma genérica ou sem qualquer fundamentação teórica explícita. Nesses casos, embora o termo esteja presente, não há clareza conceitual sobre o que se entende por gênero, nem esforço de problematização ainda que, alguns textos tenham uma análise crítica.

Tabela 4 - Definições da categoria gênero no CBAS e ENPESS de 2022

Definições da categoria gênero	CBAS XVII (2022)	ENPESS XVII (2022)
Gênero como construção histórica das relações sociais	3 (8,8%)	6 (30%)
Relações patriarcais de gênero	9 (26,5%)	3 (15%)
Papéis sociais do que é ser homem e mulher	4 (11,8%)	–
Abordam as três tendências: universal, relacional e plural	4 (11,8%)	1 (5%)
Indefinida	14 (41,2%)	10 (50%)
Total	34 (100%)	20 (100%)

Fonte: Levantamento realizado pela autora nos anais do CBAS e do ENPESS (2022).

Ao analisar os artigos, observa-se uma tendência recorrente de utilização de termos como “gênero”, “patriarcado” e “racismo” de forma superficial, sem a devida definição conceitual ou contextualização teórica. Em muitos casos, esses conceitos aparecem como termos assumidos, pressupostos, como se seu significado fosse evidente ou universalmente compreendido. No entanto, essa ausência de explicitação compromete a profundidade da análise, especialmente quando se trata de um campo teórico tão disputado e multifacetado como o dos estudos de gênero, por exemplo.

No caso específico da categoria “gênero”, muitos autores utilizam o termo sem explicitar qual perspectiva teórica os norteia. Em diversas produções, gênero aparece como sinônimo de mulher, o que revela uma compreensão limitada do conceito. Embora o debate feminista tenha historicamente partido da experiência das mulheres, reduzir gênero à condição feminina é problemático, pois ignora sua dimensão relacional, histórica e estrutural. Essa abordagem essencializa o sujeito mulher e desconsidera, por exemplo, as formas como o gênero opera sobre outras identidades e corpos – como homens, pessoas trans e não-binárias.

Não obstante os limites de espaço e aprofundamento próprios de um artigo, é imprescindível que os autores definam, ainda que brevemente, o conceito de gênero e qual direção teórico-metodológica sua análise assume. Quando isso não ocorre, o conceito é esvaziado e seu uso se torna genérico, comprometendo a crítica da categoria.

Além disso, em certos artigos, verifica-se um uso confuso ou impreciso do próprio vocabulário. Por exemplo, quando se faz distinção entre “políticas públicas de gênero” e “políticas públicas para mulheres”, como em um dos trabalhos analisados, mas sem apresentar

uma diferenciação conceitual entre esses termos, cria-se um ruído teórico. Isso demonstra a importância de não apenas nomear os conceitos, mas também de fundamentá-los e contextualizá-los adequadamente.

A ausência de definição do conceito de gênero nos artigos classificados como “indefinidos”, representando 24 (44,4%) dos dois eventos, não significa que a temática não esteja presente. Pelo contrário, em grande parte dessas produções, o termo está atrelado a questões que envolvem mulheres – como a divisão sexual do trabalho, a desigualdade salarial ou a sobrecarga do trabalho doméstico durante a pandemia. No entanto, a utilização de “gênero” para tratar exclusivamente dessas experiências femininas revela uma confusão conceitual: se o foco é a mulher, por que não utilizar o termo “mulher”? Por que optar por “gênero” se não há a intenção de abordar as relações sociais mais amplas que estruturam essas desigualdades? Trata-se de um caminho teórico que, diante da consolidação e expansão dos estudos feministas, de gênero e da diversidade sexual, impõe sua incorporação aos debates contemporâneos. Essa incorporação não se dá de forma neutra, uma vez que tais campos operam demarcações conceituais fundamentais que tensionam permanentemente a produção acadêmica, especialmente em contextos marcados por disputas políticas em torno dos conceitos, dos termos e das próprias lutas sociais que os sustentam. Nesse sentido, os conceitos não devem ser compreendidos apenas como categorias analíticas, mas como construções atravessadas por embates políticos, o que exige rigor crítico na escolha e no uso dos termos empregados na produção do conhecimento.

Diante disso, torna-se fundamental compreender o gênero como uma categoria que não se limita às mulheres. As relações de gênero dizem respeito a toda a sociedade, pois organizam papéis, expectativas, acessos e violências direcionadas a diferentes sujeitos. O gênero, enquanto relação social e histórica, também impacta homens, pessoas trans, não-binárias e outras expressões identitárias, à medida que impõe normas e hierarquias sociais. Dessa forma, quando se quer enfatizar os efeitos dessas relações especificamente sobre as mulheres, é necessário nomeá-las. Portanto, compreender e definir com precisão o que se entende por gênero não é um detalhe secundário, mas, a nosso ver, uma exigência teórico-política. A análise da categoria exige rigor e cuidado, justamente porque ela não é neutra nem autoexplicativa. A crítica aqui proposta busca justamente reafirmar a importância de uma abordagem que insira o gênero no interior das relações sociais mais amplas e compreenda suas múltiplas determinações, inclusive a partir da crítica ao patriarcado, como estrutura fundante dessas desigualdades.

Entre os artigos classificados na categoria “relações patriarcais de gênero”, observa-se um padrão comum: todos compreendem o gênero como uma construção histórica das relações sociais, mas avançam na análise ao tratar diretamente do patriarcado como uma das estruturas organizadoras das desigualdades de gênero. São trabalhos que abordam, por exemplo, a violência contra as mulheres a partir da compreensão de que essa violência não é isolada ou circunstancial, mas sim um produto das relações patriarcais enraizadas na sociedade. Nesse sentido, pensar as desigualdades vividas pelas mulheres exige compreender como se estrutura historicamente o patriarcado, suas formas de dominação e como ele se articula com a exploração de classe e com o racismo.

Por outro lado, os artigos que foram classificados na categoria “gênero como construção histórica das relações sociais” mantêm uma análise mais geral. Neles, o gênero é compreendido como uma construção social e histórica, mas sem um aprofundamento na explicitação das relações patriarcais ou na análise de como o patriarcado estrutura as experiências sociais. Em alguns casos, os textos mencionam o termo “patriarcado” ou fazem referência à condição das mulheres, mas não desenvolvem essa discussão de forma teórica ou analítica, o que justifica sua separação da categoria anterior. Assim, a distinção entre essas duas categorias não reside na negação do caráter histórico do gênero, mas no nível de aprofundamento e centralidade dado às relações patriarcais enquanto chave interpretativa.

Adicionalmente, mesmo entre os artigos que se aproximam de uma perspectiva culturalista – entendendo o gênero como resultado dos significados sociais atribuídos às diferenças sexuais, e não como algo biologicamente determinado – é possível perceber a recorrência de uma limitação importante: o uso de gênero como sinônimo de mulher. Ainda que esses textos reconheçam que as identidades de gênero são socialmente construídas e que não há uma essência fixa que defina o que é ser homem ou mulher, acabam por reduzir o debate ao universo feminino, sem problematizar como as relações de gênero atravessam diferentes corpos, identidades e experiências.

Essa tendência reforça o argumento de que, mesmo quando há uma sofisticação teórica em relação à crítica ao essencialismo biológico, ainda persiste uma dificuldade de tratar o gênero como uma categoria relacional e totalizante. O foco nas mulheres – muitas vezes necessário e legítimo – precisa vir acompanhado de uma explicitação teórica que justifique o uso da categoria gênero e que reconheça suas múltiplas determinações, sem reduzi-la a uma referência exclusiva ao feminino.

Contudo, observo um artigo com noção abrangente de gênero para além de uma leitura binária:

A categoria gênero é entendida a partir de construções de identidades sociais as quais são imbricadas na formação sócio-histórica das pessoas, sendo assim, não deve ser pautada em órgãos sexuais biológicos, nem tão pouco permanecer em caixas binárias e excludentes. Levando em consideração que gênero é uma categoria social construtiva ao longo do ser social (GROSSI, 1998), bem como as diversas formas de identidades e expressões, e pelas razões já citadas, este é um dos marcadores sociais determinantes para uma cultura violenta, para quaisquer dos gêneros [...] Portanto, são as relações sociais que irão referendar culturalmente os gêneros, ainda que a sociedade machista direcione que o sexo é a principal informação do corpo humano. São por este meio destas relações que as identidades vão se multiplicar e gerar novas vivências sociais (CBAS 2022, artigo 6, p. 2).

Com base na categorização dos conceitos de ‘gênero’ presentes nos artigos analisados, foi possível também identificar cinco principais tendências teórico-metodológicas que atravessam esses estudos. A primeira nomeamos como **perspectiva marxista ou crítica materialista**, fundamentada no materialismo histórico-dialético, que compreende o gênero como uma relação social estruturada e à totalidade da vida social. A segunda é a **empírico-descritiva**, caracterizada por produções centradas na descrição de dados, muitas vezes quantitativos, com pouca ou nenhuma fundamentação teórica crítica. A terceira é a abordagem **interseccional** com grande influência pós-moderna, que articula múltiplas opressões — como gênero, raça, classe e sexualidade — voltadas às experiências e identidades, frequentemente descoladas de análises estruturais e da totalidade do ser social. Em seguida, destaca-se a **Teoria Queer** — que também apresenta uma influência pós-moderna — que propõe a desconstrução das categorias fixas de identidade de gênero e sexualidade, questionando as normatividades sociais e abrindo espaço para uma crítica radical à heteronormatividade. Por fim, identificou-se uma tendência que denominamos **indefinida** na qual os(as) autores(as) utilizam referenciais teóricos inconciliáveis entre si ou na grande maioria das análises, sem identificação da linha teórico-metodológica escolhida. Essas tendências evidenciam os diferentes caminhos trilhados pela produção acadêmica ao tratar o gênero, revelando tanto esforços de aprofundamento crítico quanto limitações decorrentes da fragmentação teórica.

Para fins desta análise, torna-se necessário explicitar a escolha da nomeação de uma das tendências de “interseccional”, uma vez que essa perspectiva apareceu de forma recorrente entre os artigos analisados. Diante da frequência e relevância com que o conceito foi mobilizado, é fundamental situá-lo, ainda que de forma introdutória, no escopo desta pesquisa.

A interseccionalidade, conceito cunhado por Kimberlé Crenshaw (2002) a partir de análises jurídicas sobre a dupla discriminação enfrentada por mulheres negras nos Estados Unidos da América, revolucionou os estudos feministas ao demonstrar como sistemas de opressão (como racismo e sexismo) interagem criando experiências singulares não capturadas por análises isoladas. Embora sua abordagem tenha fundamentado lutas políticas antirracistas e influenciado teóricas como bell hooks e Lélia Gonzalez, críticas marxistas — como as de Mirla Cisne no Serviço Social — apontam limitações: ao tratar classe, raça e gênero como eixos autônomos que se 'cruzam', a interseccionalidade fragmentária a análise das relações sociais, ocultando a base material (como a divisão sexual e racial do trabalho) que as articula no capitalismo. Cisne propõe o conceito de consubstancialidade como alternativa, entendendo essas categorias não como interseções, mas como relações co-constituídas na totalidade concreta do sistema, onde a exploração do trabalho opera como núcleo estruturante. Essa perspectiva pode ser exemplificada com a feminização do Serviço Social — fenômeno que não marca apenas as questões sobre gênero, mas a expressão histórica da divisão racializada e sexual do trabalho. Embora Crenshaw tenha enfatizado as raízes materiais da interseccionalidade, o debate entre essas abordagens segue central para teorias críticas que buscam integrar análise das opressões com a transformação social (Cisne e Santos, 2018).

O levantamento quantitativo das tendências teórico-metodológicas identificadas revelou a seguinte distribuição entre os 54 artigos analisados: 1) tendência indefinida, com aproximadamente 51,85% (28 artigos); 2) abordagem interseccional, com cerca de 25,92% (14 artigos); 3) perspectiva marxista/crítica materialista, com 18,51% (10 artigos); 4) Teoria Queer, com 1,85% (1 artigo); e 5) abordagem empírico-descritiva, também com 1,85% (1 artigo). O objetivo da categorização foi identificar o método de análise assumido nas pesquisas, a partir da própria explicitação das autoras e dos autores, ou da leitura crítica das fundamentações apresentadas. O expressivo número de trabalhos com metodologias teóricas indefinidas evidencia uma limitação significativa da produção, a ausência de um referencial teórico-metodológico evidente compromete a consistência analítica, favorece abordagens fragmentadas e dificulta a apreensão crítica das determinações sociais que estruturam as expressões da questão social. Tal lacuna, longe de ser um aspecto meramente técnico, reflete os impasses teóricos vivenciados na formação e na produção de conhecimento na área, indicando a necessidade de aprofundamento crítico nos estudos sobre gênero no Serviço Social.

Tabela 5 - Tendências teórico-metodológicas no CBAS e ENPESS de 2022

Tendências teórico-metodológicas	CBAS XVII (2022)	ENPESS XVII (2022)
Perspectiva marxista / crítica materialista	3 (8,8%)	7 (35%)
Empírico-descritiva	–	1 (5%)
Abordagem interseccional	8 (23,5%)	6 (30%)
Teoria Queer	–	1 (5%)
Indefinida	23 (67,6%)	5 (25%)
Total	34 (100%)	20 (100%)

Fonte: Levantamento realizado pela autora nos anais do CBAS e do ENPESS (2022).

Os dados analisados revelam uma dificuldade recorrente nos artigos: a falta de explicitação e aplicação do método de análise. Apesar de 18,52% dos 54 artigos — correspondentes à categoria “perspectiva marxista/crítica materialista” — identificarem o marxismo ou o materialismo histórico-dialético como método, essa opção raramente se materializa de forma consistente ao longo dos textos. Embora muitos artigos cite autores marxistas, como Federici, Antunes ou o próprio Marx, tais referências não se traduzem em uma análise alinhada aos fundamentos do método. Em outros casos, embora haja indícios de uma perspectiva crítica, o método não é explicitado, resultando em ecletismo teórico — isto é, a combinação de referências díspares sem rigor ou coerência analítica.

Outro problema é a confusão entre “método” e “procedimentos metodológicos” como técnicas de pesquisa, o que fragiliza a análise teórica. Essa lacuna é evidente na alta proporção de artigos classificados como “indefinidos” na tabela com 51,85%, (28 dos 54 artigos), nos quais o método não é declarado. Essa indefinição metodológica pode ser atribuída à influência de correntes pós-modernas, as quais, segundo Cantalice (2013), rejeitam noções como método e totalidade, privilegiando abordagens fragmentadas. Essa tendência é corroborada pelos dados: 25,92% dos artigos (14/54) vinculam-se à “abordagem interseccional”, categoria que frequentemente incorpora perspectivas pós-modernas.

Como argumenta Cantalice (2013), o pós-modernismo opõe-se radicalmente aos pilares do marxismo e da tradição crítica. Rejeita a razão, enquanto instrumento de conhecimento objetivo, a totalidade como compreensão dialética da realidade, a história enquanto processo determinado por contradições, a ontologia como estudo das condições materiais do ser social, o método como percurso analítico e o próprio marxismo enquanto

teoria crítica. Em sua análise de teses de doutorado em Serviço Social (2001-2005), Cantalice (2013) identificou que tais características pós-modernas predominam em pesquisas sobre o feminismo e gênero, trabalho e comunicação/redes digitais. Embora esses temas sejam relevantes, sua abordagem a partir de perspectivas que negam os fundamentos marxistas — segundo a autora — compromete tanto a profundidade analítica quanto a compreensão da totalidade social. Dentre os artigos analisados, destaca-se particularmente um que não apenas corrobora a linha crítica de Cantalice, mas avança na discussão sobre as implicações metodológicas do pós-estruturalismo:

Na discussão a respeito da diversidade identitária de gênero e das sexualidades, embora haja controvérsias em torno da filiação da teoria queer a determinada escola de pensamento, dada a variedade de afinidades teóricas apropriadas pelas autoras nas suas concepções, comumente ela é associada com a corrente pós-estruturalista francesa. Dela advém alguns estudiosos influentes, como Lacan, Derrida e Foucault, que dirigem suas críticas às oposições binárias e outras bases da ciência ocidental moderna (o humanismo, a razão dialética e o progresso histórico), refutando seu caráter idealista e o quanto dependem de uma essência interior. O pós-estruturalismo se fundaria na recusa de ideais iluministas, na descrença da verdade, objetividade e validade científicas, em suma, nos valores oriundos da modernidade, bem como do pensamento marxista e liberal, cujas indagações vão sendo postas pela denominada “nova esquerda” (BEZERRA, 2007, p. 191). Woods (1996) problematiza que a atenção desses intelectuais, que ela nomeia de “esquerda pós-moderna”, refutaria as “preocupações ‘economicistas’ tradicionais da esquerda e das velhas preocupações da economia política”, ligadas à teoria marxista, o que implicaria em deslocar análises da centralidade do trabalho e da luta de classes. Ao invés de se enfatizar uma “identidade social”, percebida na partilha de experiências da classe trabalhadora, que poderiam desenvolver uma “consciência capaz de formar a base para a solidariedade e a ação coletivas” (WOODS, 1996, p. 123 e 124), vai se valorizar a natureza de um sujeito fluido e descentrado, o que levará à fragmentação das lutas sociais. Não obstante, Bezerra (2007, p. 191) concebe que os interesses teórico-políticos deslocados para outras dimensões do sujeito se deveria ao fato desses estudiosos não-marxistas trazer à tona “temas considerados, até então, tabus no seio da esquerda tradicional e radicada no poder”, cujas demandas foram sendo atendidas por outras matrizes de pensamento. (ENPESS 2022, artigo 10, p. 5)

Ao desenvolver sua análise, o autor mapeia as implicações políticas da virada pós-estruturalista, reconhecendo, contudo, a ressalva apontada por Bezerra (2007) sobre a potência dessa perspectiva em dar visibilidade a temas historicamente marginalizados. A partir disso, sustenta sua tese central de que, a emancipação humana exige a superação simultânea das classes sociais e das opressões de gênero e raça, sem hierarquizá-las. No entanto, sem desconsiderar essa abordagem, reafirmamos a necessidade de manter a crítica à totalidade, reconhecendo que tais opressões se estruturam sob a regência do modo de produção capitalista. Dessa forma, o autor propõe uma síntese dialética, que articula diferentes dimensões da dominação sem perder de vista seu fundamento estrutural:

[As expressões] da diversidade humana refletem fenômenos que se estruturam na totalidade da vida social, sendo ideal contemplá-los em análises teóricas e práticas políticas comprometidas com uma transformação do status quo, compreendendo as formas que a exploração econômica se transversaliza com outras opressões, como o patriarcado, o racismo e a LGBTfobia. Convergindo com Aruzza (2011, p. 167), que por sua vez, coaduna com a análise de Fraser (2008), ao vislumbrar uma articulação recíproca entre as teorias queer e marxista, estas teriam em comum uma abordagem transformativa, já que a primeira “pretende, portanto, desconstruir o gênero, do mesmo modo que o socialismo pretende desconstruir a classe: nem um nem outro tem como objetivo a manutenção e a afirmação da identidade de gênero e de classe”. Para se alcançar a emancipação humana, não basta que se eliminem as classes sociais, mas há que se extinguir o racismo e o hetero-patriarcado como relações sociais consubstanciadas no mesmo sistema, e em tal empreitada, é preciso que essas correntes progressistas se encontrem (e confrontem) em alianças estratégicas (ENPSS 2022, artigo 10, p. 15, grifos nossos).

Nesse sentido, recorre-se a análise de Oliveira (2021) sobre a produção do conhecimento no Serviço Social, ao evidenciar um desafio central: a fragilidade metodológica que atravessa parte significativa das pesquisas da área. Para a autora, essa fragilidade compromete não apenas a consistência teórica, mas também a densidade crítica das análises, limitando a apreensão das múltiplas determinações que constituem os fenômenos sociais. Tal constatação aponta para a urgência de um investimento mais rigoroso na dimensão metodológica, fundamental para sustentar a mediação entre teoria e prática, e para qualificar a intervenção profissional frente às complexidades do real:

Por mais que o caráter investigativo e a pesquisa propriamente dita sejam evidenciados nas Diretrizes Curriculares de 1996 por meio de componentes curriculares, no Código de Ética como direito à “liberdade na realização de seus estudos e pesquisas” e na Lei de Regulamentação da Profissão, ao situar a pesquisa como atividade profissional, há ainda uma lacuna na formação profissional que designe mais espaço para que os/as discentes se dediquem à realização de pesquisas sociais, aprendendo a manusear o arcabouço metodológico operativo e o método analítico, constituintes da produção de conhecimento. Por isso, a importância de que os Projetos Pedagógicos das UFAS mantenham as disciplinas de Pesquisa Social (I e II) como obrigatórias, além de incentivarem outras disciplinas de caráter optativo. Ademais, é imprescindível a garantia e ampliação do fomento à pesquisa por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) nas universidades (Oliveira 2021, p. 157)

A autora ainda ressalta que o domínio metodológico não constitui como um elemento “acessório”, mas sim um componente estrutural da formação e da prática profissional no Serviço Social. A habilidade investigativa — compreendida como a capacidade de apreender criticamente a realidade — é uma exigência fundamental para uma intervenção qualificada, coerente com os princípios do projeto ético-político da profissão. Tal concepção está ancorada no projeto pedagógico do Serviço Social, que estabelece a articulação indissociável entre as

dimensões investigativa e interventiva. Nesse sentido, a mediação metodológica entre teoria e prática é determinante, pois equívocos na análise conduzem a erros na ação, com implicações diretas nas políticas públicas e nas condições concretas de vida das usuárias e dos usuários:

Os/as assistentes sociais devem aprimorar e desenvolver uma habilidade investigativa, que é um modo de qualificar o exercício profissional. O nosso projeto pedagógico estabelece “as dimensões investigativa e interventiva como princípio formativo e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade” (ABESS, 1997, p. 61)¹⁵⁹. O perfil de profissional que nele se delineia prioriza a competência técnica, a crítica teórica e os compromissos ético-políticos” (GUERRA, 2009, p.1), o que faz dessa “questão metodológica” algo mais crucial, pois “quem erra na análise também se equivoca na ação” (OLIVEIRA; SANTOS, 2020, p.69), devido à indissociabilidade entre teoria e prática que é mediada, inexoravelmente, pelo método. Sem o rigor metodológico não há procedimento capaz de captar a essência dos fenômenos sociais e suas inúmeras contradições. Nesse sentido, a ausência do método na produção de conhecimento no Serviço Social é algo que deve despertar na categoria uma preocupação política, pois é uma dimensão que não está, como defendemos, restrita à teoria (Oliveira 2021, p. 158).

No processo de análise, observou-se que 7 (35%) produções no ENPESS e 12 (35,2%) no CBAS, em alguma medida, articulam suas discussões com o Serviço Social. Nessa direção, ainda que a maioria dos artigos não tenha estabelecido uma articulação direta com os fundamentos do Serviço Social, foi possível localizar produções que fazem referência, por exemplo, ao Código de Ética Profissional da e do assistente social, em especial aos princípios que reafirmam o compromisso com a liberdade, a equidade, a não discriminação e a defesa intransigente dos direitos humanos e da diversidade (CFESS, 1993). Além disso, muitos dos textos analisados reconhecem a importância da produção teórica sobre gênero como norteador da instrumentalização crítica das intervenções.

Quanto à relação com a perspectiva da diversidade humana, apenas dois artigos demonstraram uma aproximação direta com esse referencial, um no ENPESS 2022 (artigo 20) e outro no CBAS 2022 (artigo 26). Dentre eles, destaca-se um trabalho que estabelece um diálogo mais evidente entre o Serviço Social e a noção de diversidade humana mobilizada nesta pesquisa, conforme se observa no seguinte trecho:

Conforme reitera Almeida (2013) “[...] o racismo é estrutural, e, portanto, não existe deslocado da luta de classes [...]” (ALMEIDA, 2013, p. 05). Assim, ressaltamos a importância de o Serviço Social lançar luz tanto no processo de formação quanto no exercício profissional para a construção de leituras para compreensão da realidade social que mantenham as categorias de raça, gênero e classe como indissociáveis. Concordamos com Rocha (2009), que é por meio da apropriação categoria - raça/etnia - como variável importante e imprescindível que a análise crítica das relações sociais sob a perspectiva de totalidade social é possível. Sob o olhar de Eurico (2018): [...] nosso compromisso com a classe trabalhadora precisa considerar necessariamente

suas pautas universais, mas também apreender suas particularidades. Entre o universal e o particular se põe um campo de disputas onde certamente o pertencimento étnico-racial, a identidade de gênero, a orientação sexual, o lugar ocupado na divisão social e técnica do trabalho revelam a diversidade humana, mas também acirram a desigualdade no interior da própria classe (EURICO, 2018, p. 517) (CBAS 2022, artigo 13, p.8)

Considerando os objetivos desta pesquisa, é relevante destacar um trecho de cada um dos dois únicos artigos que abordam de maneira direta a noção de diversidade humana, conforme discutida no primeiro tópico deste capítulo. Ambos os trabalhos se aproximam, da concepção aqui defendida, estabelecendo interlocuções que merecem ser registradas. A seguir, apresentamos os dois artigos selecionados:

Falar sobre questão social, gênero e diversidade sexual no âmbito do serviço social é tarefa complexa e cheia de nuances que nos levam à reflexão cotidiana. Neste processo reflexivo precisamos passar, ainda que brevemente, pelos fundamentos teórico-políticos da diversidade humana, do heteropatriarcado e do racismo. Ainda no tocante a complexidade dos temas, podemos afirmar que a mesma envolve situações concretas da vida singular dos indivíduos e dos sujeitos políticos coletivos sendo assim considerados temas que contemplam a resistência (ENPESS 2022, artigo 20, p.2)

A diversidade humana, por sua vez, precisa ser compreendida no cerne das relações oriundas do processo de sociabilidade e de individuação, que se dão por meio do trabalho. Ao transformarem a sua realidade material para o atendimento de suas necessidades básicas de sobrevivência por meio do domínio e da transformação da natureza, homens e mulheres produzem, e se auto produzem, transformando as barreiras naturais e a si próprios por meio das relações necessárias estabelecidas nesse processo, que se torna cada vez mais complexo, impulsionando a divisão social, sexual e racial do trabalho (LUKÁCS, 2013). A resultado dessa relação constitui o ser social, que é produto da história e das relações sócio-históricas constituídas através e por meio do ato de reproduzir-se, uma vez que o próprio ser humano que trabalha é transformado pelo seu trabalho, e essa transformação se dá tanto objetiva quanto subjetivamente, forjando sujeitos singulares, porque singular é a forma como cada ser social interage nesse processo. Com isto, os indivíduos, no decurso da história, apresentam as mais variadas distinções que particularizam o seu modo de ser e estar no mundo, ou seja, somos seres diversos e essa diversidade precisa ser apreendida a partir da perspectiva de totalidade na análise da vida social, que é o caminho teórico-metodológico que possibilita a apreensão e o conhecimento da realidade em sua densidade histórica e contradições (SANTOS, 2017). Assim, as características que singularizam os indivíduos, dentre os quais os elementos relacionados a sexualidade, e as infinitas possibilidades de expressão e experimentação dessa sexualidade, precisam ser compreendidos nesse campo que conforma a legitimidade da diversidade na trajetória histórica produzida por homens e mulheres ao longo do tempo, entendimento que se opõe ao padrão hegemônico constituído por meio das relações patriarcais capitalistas, ao forjar um único modelo universal/abstrato de existência legítima: homem, branco, proprietário, heterossexual (SANTOS, 2017) (CBAS 2022, artigo 26, p. 4)

Dessa forma, a análise dos 54 artigos — do ENPESS e CBAS de 2022 — permitiu identificar padrões significativos nas tendências teórico-metodológicas da produção do conhecimento sobre gênero no Serviço Social. Em primeiro lugar, constatou-se uma predominância de trabalhos que não explicitam o método adotado, compondo o que aqui denominamos “tendência metodológica indefinida”, representando 54,8% do total. Essa ausência de posicionamento metodológico não se restringe a produções desvinculadas da tradição marxista, aparece inclusive em textos que mobilizam referências marxistas, mas sem explicitar o método que orienta sua leitura. Quando esses resultados são comparados com os dados da Tabela 4 — referentes às definições da categoria gênero — observa-se uma correspondência relevante: 44,4% dos artigos não apresentam definição direta ou fundamentada do conceito.

Essa dupla indefinição — conceitual e metodológica — não constitui um problema meramente técnico, mas revela tendências mais amplas na produção de conhecimento da área. Em um contexto de reatualização do conservadorismo e de fortalecimento de discursos que reivindicam uma suposta neutralidade científica, tais indefinições podem operar como mecanismos que diluem a dimensão política da categoria gênero, esvaziando sua potência crítica e deslocando-a das determinações estruturais que historicamente orientam o debate no Serviço Social. Esse movimento guarda relação com episódios vivenciados na trajetória da profissão, nos quais períodos de indefinição teórica abriram espaço para a recomposição de perspectivas conservadoras. Assim, a recorrência atual desse padrão acende um alerta para a indefinição, que não apenas fragiliza a consciência analítica dos estudos, mas pode sinalizar disputas em curso quanto ao próprio sentido da produção acadêmica sobre gênero e diversidade humana. Nesse cenário, reafirma-se a necessidade de rigor teórico-metodológico como condição para sustentar uma abordagem crítica coerente com o Projeto Ético-Político profissional.

Contudo, é importante fazer um adendo, ao considerar as especificidades que envolvem a produção de artigos submetidos a eventos científicos. Trabalhos destinados ao ENPESS e ao CBAS possuem limitações próprias — como número de páginas, necessidades de síntese e recortes rigorosos — que podem levar ao esquecimento de explicitações que os autores e as autoras dominam, mas que nem sempre são desenvolvidos no formato do texto submetido. Assim, a análise realizada nesta dissertação não pretende colocar em questão a seriedade e qualidade das pesquisas, mas examinar o conteúdo tal como se apresenta no material disponível, respeitando os limites da produção de um artigo para esses eventos.

Trata-se portanto, de um exercício ético de interpretação, que reconhece o contexto de produção desses trabalhos e busca problematizar não as autoras e autores, mas as tendências que emergem enquanto expressão da conjuntura acadêmica e profissional na qual esses textos foram produzidos.

Retomando a análise, a fragilidade observada na indefinição conceitual e metodológica, pode estar relacionada, por um lado, à insuficiência da formação metodológica nos cursos de graduação em Serviço Social e, por outro, ao influxo de perspectivas pós-estruturalistas, que, conforme destaca Cantalice (2013), se caracterizam por serem anti-método, anti-ontologia e anti-totalidade. Observa-se que, mesmo nos artigos que adotam uma abordagem crítica e apresentam certo rigor teórico, a definição metodológica muitas vezes não é explicitada. Em diversos casos, recorre-se a um uso eclético de referências teóricas inconciliáveis entre si, comprometendo a coerência analítica das produções.

Embora 10 artigos (18,5%) mencionem, ao longo do texto, adotar uma perspectiva crítica, nem sempre esse posicionamento teórico se traduz em rigor metodológico. A ausência de uma fidelidade ao método ou a justaposição de autores de matrizes teóricas antagônicas evidencia a urgência de fortalecer a mediação metodológica no campo da pesquisa em Serviço Social, principalmente nas disciplinas da graduação.

Em relação à perspectiva da totalidade — aqui fundamentada na noção de diversidade humana — como apresentado anteriormente, apenas dois artigos dialogaram com essa abordagem, apesar de sua relevância teórico-política. Isso revela um distanciamento da literatura recente que propõe os fundamentos teóricos políticos da diversidade humana como categoria de mediação crítica, como sistematizada na obra *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social* (2018), e reafirma a necessidade de aprofundar e estimular a discussão desse livro nas disciplinas do curso. Para esta pesquisa, a diversidade humana não se reduz a um inventário de diferenças ou identidades, mas remete à condição histórico-ontológica do ser social, compreendido em sua totalidade concreta, atravessada por múltiplas formas de exploração e opressão articuladas à lógica estrutural do capitalismo.

Portanto, os dados revelam não apenas lacunas, mas também possibilidades. O desafio que se impõe é o de ampliar e qualificar o debate sobre gênero no Serviço Social a partir de uma perspectiva que não o dissocie das determinações estruturais da vida social. Isso exige a reafirmação do método como instrumento fundamental de apreensão da totalidade concreta, bem como a compreensão do gênero como categoria articulada às opressões de classe, raça e sexualidade. É nesse horizonte que se inscreve a defesa de uma produção teórica e

profissional que, afastando-se das fragmentações analíticas e do ecletismo teórico, possa contribuir para a construção de uma práxis comprometida com a emancipação humana.

Tal desafio, no entanto, não é apenas externo às produções analisadas, mas também interpela esta própria pesquisa. Reconhecer suas limitações — como a necessidade de aprofundamento na aplicação rigorosa do método materialista histórico-dialético e na análise de certas categorias — é parte de um movimento de autocrítica necessário e inerente ao processo investigativo. Nesse sentido, esta pesquisa não se pretende conclusiva, mas um ponto de partida para desdobramentos futuros que avancem na consolidação de uma abordagem crítica e eticamente comprometida com os fundamentos do projeto profissional do Serviço Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Introdutoriamente nessa pesquisa, quando nos referimos ao contexto da ditadura civil-militar e da ascensão dos movimentos sociais, podemos incorrer ao erro de pensar a ditadura como um período superado e isso pode nos levar a subestimar a permanência de traços autoritários que ainda atravessam a sociedade brasileira. A ascensão de discursos conservadores, o enfraquecimento de políticas públicas, os ataques aos direitos humanos e à liberdade de expressão, bem como a criminalização de movimentos sociais, indicam que o projeto democrático segue inacabado e sob constante ameaça. Nesse sentido, a repressão e a intolerância, marcas daquele passado, ressurgem sob novas formas, atualizando práticas de exclusão e violência. Assim, compreender a emergência dos estudos de gênero e a atuação dos movimentos sociais a partir daquele contexto histórico permite refletir também sobre o presente, em que tais lutas continuam sendo travadas em defesa da diversidade humana, da justiça social e da construção de uma nova ordem de sociedade e, para isso é importante pensar no papel dos movimentos sociais e a partir de qual perspectiva teórica-políticas estamos nos orientado para a luta.

Essa realidade é confirmada quando se analisa alguns dados. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) até setembro de 2024, foram registrados 1.467 feminicídios – 63,6% das vítimas eram mulheres negras, refletindo uma taxa de 1,75% maior que a de não negras (FBSP, 2024). O recrudescimento conservador ainda impacta a população LGBTQIAPN+: os registros de violência aumentaram 14,57% entre 2020 e 2023, e os dados mostram que 31,52% de travestis são assassinadas a tiros na pista, lugares baldios, estradas e motéis (Grupo Gay da Bahia, 2024). Dados do Atlas da Violência (Cerqueira e Bueno, 2024) revelam que, em 2023, 221.240 mulheres e meninas foram vítimas de homicídio no Brasil, com autoria masculina em 86,6% dos casos. No mesmo relatório, destaca-se que, entre 2012 e 2022, 445.442 pessoas negras foram assassinadas no país — o equivalente a uma morte a cada 12 minutos. Quanto aos ataques à democracia, dois anos após os atos antidemocráticos, o Ministério Público Federal já denunciou 1.682 pessoas envolvidas na invasão e depredação das sedes dos Três Poderes, em Brasília (MPF, 2024).

Tais violências, longe de serem ‘acidentes’, expressam as contradições da ordem social que, para tanto, demandam análises a partir de leituras críticas. Nessa direção, a pesquisa teve o intuito de defender a incorporação dos estudos de gênero no Serviço Social a partir dos

fundamentos marxistas, contrapondo às análises fragmentárias que caracterizam o que Coutinho (2010) denominou 'miséria da razão'.

Portanto, evidenciou-se que a teoria crítica, fundamentada pelo método materialista histórico dialético, permite apreender a razão como extensão do mundo objetivo e o real como totalidade em movimento. Essa abordagem situa a razão ontológica não apenas no campo subjetivo — por meio da razão dialética —, mas também em sua objetividade, articulando ambos para a interpretação da realidade. A teoria crítica nos tenciona ultrapassar os limites do projeto moderno de sociedade, a partir de uma perspectiva revolucionária. Nesse sentido, a chamada "decadência ideológica" revela a importância da reflexão crítica, sobretudo para os sujeitos inseridos em uma sociedade dividida por antagonismos de classes e marcada pela necessidade de construção de um projeto de sociedade emancipatório, uma vez que as pautas em torno da diversidade humana revelam, no capitalismo contemporâneo, uma contradição fundamental, o abismo entre as demandas identitárias e a superação da sociedade de classes (Santos, 2019).

A presente pesquisa não se limita a refletir sobre a inserção da temática de gênero no âmbito do Serviço Social, mas problematiza, sobretudo, a direção social que tem orientado essa incorporação. Interessa compreender de que maneira essa temática vem sendo construída, mobilizada e fundamentada no interior da profissão, evitando abordagens meramente descritivas ou acríticas. Portanto, a investigação assume a perspectiva da Diversidade Humana como direção teórica, não como um recurso instrumental ou uma categoria aplicada de forma mecânica à realidade, mas como parte constitutiva do horizonte interpretativo a partir do qual se analisa o social. Trata-se, portanto, de compreender a diversidade humana como mediação analítica que possibilita apreender as múltiplas determinações que atravessam as relações de gênero, articulando-as às desigualdades estruturais e às contradições sociais, e não apenas como um enunciado normativo ou despolitizado.

Nesse sentido, a pesquisa demonstrou que a categoria gênero, analisada à luz do materialismo histórico-dialético, revela-se fundamental para o Serviço Social em três dimensões interligadas: (1) como expressão histórica da divisão sexual do trabalho no capitalismo, que estrutura a própria configuração da profissão; (2) como chave teórica para desvelar as múltiplas opressões que compõem a questão social; e (3) como eixo orientador da práxis profissional transformadora. Essa tríade analítica — histórica, teórica e prática — reforça a necessidade de superar abordagens fragmentadas, posicionando gênero como

categoria central para compreender e intervir na totalidade concreta das relações sociais, conforme expresso no projeto ético-político profissional.

Assim, a consolidação de produções teóricas e científicas sobre essa temática no Serviço Social tem fortalecido a fundamentação crítica da prática profissional. Trata-se de um processo construído em diálogo permanente com os movimentos sociais, articulando a produção acadêmica, às necessidades concretas da população usuária e as demandas políticas dos sujeitos coletivos. Essa articulação reforça o compromisso da profissão com os direitos humanos, a justiça social e a superação das múltiplas formas de dominação e exploração.

Quanto ao levantamento sistemático das tendências teórico-metodológicas nos 54 artigos analisados revelou a seguinte distribuição: Tendência indefinida (51,85%): presente em 28 artigos, caracterizados pela ausência de fundamentação teórica explícita; abordagem interseccional (25,92%): representado por 14 artigos que articulam categorias de gênero, raça e classe; perspectiva marxista/crítica materialista (18,51%): identificado em 10 artigos que priorizam a análise das relações capitalistas na opressão de gênero; Teoria Queer (1,85%): abordada em apenas 1 artigo; Abordagem empírico-descritiva (1,85%): igualmente presente em 1 artigo. A análise das tendências teórico-metodológicas revela uma significativa assimetria: enquanto mais da metade das produções (51,85%) não explicita seus fundamentos teóricos, apenas 1 em cada 5 artigos (18,51%) assume consistentemente uma perspectiva materialista histórica — paradoxo que expõe a fragilidade epistemológica no tratamento das relações de gênero no campo estudado. Contudo, essa distribuição reflete os desafios teóricos, onde mesmo as produções engajadas na discussão de gênero frequentemente carecem de rigor metodológico, com apenas 18,51% adotando explicitamente uma perspectiva materialista histórica. As abordagens minoritárias (Queer e empírico-descritiva) somam apenas 3,7%.

Dessa forma, utilizaremos desse espaço para tecer algumas considerações pertinentes que envolvem a construção dessa pesquisa a partir dos resultados apresentados: pensar no protagonismo das lutas identitárias no processo de construção de uma nova ordem social.

Nas últimas décadas, os movimentos sociais — em especial o feminista, o LGBTQIAPN+, o negro e o indígena — emergiram como sujeitos coletivos fundamentais na luta por direitos. No contexto da crise estrutural do capital — marcada pelo agravamento das desigualdades, pelo ataque aos direitos humanos, pelo aumento da violência e pela precarização do trabalho —, essa realidade tem sido, em grande parte, responsável pela fragmentação social que dificulta a unificação das lutas. Ainda assim, esses movimentos

demonstram potencial transformador quando articulam as demandas identitárias à crítica das relações de classe (Antunes, 1999) e (Mészáros, 2009).

O não reconhecimento imediato desses sujeitos como classe trabalhadora não inviabiliza a emergência de sua consciência de classe, ainda que esta enfrente entraves estruturais como a alienação inerente à sociabilidade capitalista (Marx, 2001) e o rebaixamento da formação crítica em um cenário de hegemonia neoliberal. No entanto, esse processo não é estático, há fissuras e contradições que abrem brechas para uma crítica radical da ordem social vigente.

A construção de uma nova ordem social exige a síntese das lutas “particulares” (gênero, raça, sexualidade) em um projeto político unificado — sem suprimir suas especificidades, mas compreendê-las enquanto expressões concretas da diversidade humana — que devem ser incorporadas à totalidade da realidade social. O desafio teórico que se coloca, portanto, é o de apreender essas múltiplas dimensões da vida social a partir de uma perspectiva que relacione à base material da existência. O marxismo, enquanto método fundado na totalidade concreta (Lukács, 2013), permite relacionar essas demandas, superando análises fragmentárias.

A contraposição, porém, é o fortalecimento de discursos pós-modernos que, ao fragmentarem a análise e desvincularem suas pautas das determinações estruturais, acabam por limitar seu potencial transformador. Embora esses movimentos tenham contribuído para o reconhecimento das identidades e ampliado o acesso a políticas públicas, muitas vezes restringem-se às representações e à inclusão formal, sem questionar a ordem social que mantém a desigualdade e a exploração. Um exemplo dessa contradição é observado em importantes campanhas publicitárias, que exaltam a diversidade, mas em contrapartida estão vinculadas a práticas de trabalho escravo em condições desumanas. Empresas como a Renner e a Zara, embora neguem responsabilidade direta, foram associadas a violações em suas cadeias produtivas³⁶. A representatividade, embora relevante, no capitalismo é insuficiente.

Nesse sentido, é preciso reafirmar a atualidade do pensamento marxista/marxiano frente às tentativas de descartá-lo como incapaz de explicar o século XXI. As categorias desenvolvidas por Marx nunca foram tão visíveis quanto na contemporaneidade, em que a barbárie e a mercantilização de todas as esferas da vida se intensificam. As mídias sociais, por

³⁶ A matéria completa com os dados pode ser analisada no site do Repórter Brasil, disponível em: <https://encurtador.com.br/M43SZ>. A edição Monitor 3#, “Fast-fashion e os direitos do trabalhador”, destaca que Fornecedores de Zara, Pernambucanas e Le Lis Blanc já foram flagrados com trabalho escravo. O arquivo está disponível em: <https://encurtador.com.br/DWMss>.

exemplo, ao mesmo tempo em que expõem as desigualdades, também reproduzem ideologias que culpabilizam os indivíduos por sua “condição” social, reforçando a lógica da dominação e do ideário de um padrão de vida inalcançável. Se voltarmos aos estudos de Marx, veremos que suas teorias nunca estiveram tão materialmente reais — só não compreende quem se recusa a enxergar a realidade concreta.

Diante desse cenário, é urgente recuperar uma análise que articule as lutas por reconhecimento com crítica à exploração, rompendo com leituras que absolutizam a identidade em detrimento da totalidade. A diversidade humana, compreendida ontologicamente enquanto expressão da construção social dos indivíduos em condições materiais historicamente determinadas, deve ser analisada com base no materialismo histórico-dialético. Essa perspectiva permite apreender as contradições sociais em sua complexidade, reconhecendo tanto os impedimentos à consciência de classe quanto às possibilidades de sua emergência.

A recente mobilização em torno do Projeto de Lei (nº 67/2025) que propõe o fim da escala 6x1 é um exemplo concreto de como reivindicações aparentemente isoladas podem mobilizar amplos segmentos da classe trabalhadora. Trata-se de uma bandeira que atravessa identidades e revela a indignação diante das condições desumanas de trabalho impostas pelo capital. Lutas como essa demonstram que há sim, um terreno fértil para a construção de alianças que vão além da identidade e apontam para a transformação estrutural da sociedade.

Portanto, mesmo diante das adversidades impostas pela ofensiva do capital é possível vislumbrar caminhos para a construção de uma nova ordem social. A esperança reside justamente nos momentos de maior tensão, pois é na intensificação das contradições que se abrem as possibilidades de ruptura. A crítica radical ao capitalismo, articulada às lutas concretas dos sujeitos históricos, é condição indispensável para a superação da barbárie e para a construção de uma sociedade livre de opressões e de exploração. Essa afirmação, muitas vezes presente em textos e discursos acadêmicos, não deve compor apenas uma construção teórica, mas do imaginário para a práxis transformadora.

Por fim, as conclusões desta pesquisa são atravessadas por uma inquietação teórico-política diante das tendências predominantes na produção sobre gênero no Serviço Social. O levantamento dos 54 artigos analisados evidencia uma assimetria significativa e uma insuficiência teórica, enquanto 51,85% das produções não explicitam seus pressupostos teórico-metodológicos, apenas 18,51% assumem a perspectiva materialista histórica. Tal cenário não revela apenas fragilidades metodológicas, mas denota o que se pode caracterizar

como um "extravio da razão" (Tonet, 2021) e uma inclinação ao ecletismo, onde a ausência de rigor impossibilita a captura do objeto em sua essência. Ao mobilizar a categoria gênero de forma insular e dissociada das determinações estruturais da vida social, essas produções incorrem em um politicismo fragmentador que, dificulta a relação intrínseca entre as expressões da diversidade e a luta de classes, reduzindo fenômenos complexos a meras abstrações subjetivistas (Santos, 2019).

É latente que a sociabilidade contemporânea exhibe níveis de complexidade e dinamismo que a distinguem de certa medida das configurações do século XIX, no cenário de origem do capitalismo. Nesse contexto, a classe trabalhadora reafirma sua heterogeneidade constitutiva, enquanto os processos de exploração e opressão assumem roupagens multifacetadas, operando em um regime de consubstancialidade entre gênero, raça, sexualidade e outras determinações históricas. Contudo, como sustenta Tonet (2021), essa complexificação não implica a perda do estatuto ontológico da totalidade nem a superação da centralidade do trabalho e da relação capital/trabalho como fundamento do ser social. Ao contrário, a renúncia a essas categorias tem contribuído para o avanço de um relativismo metodológico que fragmenta a apreensão da realidade e enfraquece o potencial crítico da análise social.

Nesse sentido, a tendência indefinida identificada nesta pesquisa não deve ser reduzida a um impasse técnico ou formal; ela é, em essência, um sintoma do extravio da razão e do ecletismo que fragmentam o campo das ciências sociais. Em uma conjuntura de crise estrutural do capital, marcada pelo avanço do conservadorismo reacionário e pela ofensiva neoliberal, reafirmar o compromisso com a perspectiva de totalidade constitui um desafio estratégico para o enfrentamento da superexploração e na defesa das conquistas históricas da classe trabalhadora. Para o Serviço Social, torna-se fundamental fortalecer a mediação metodológica e superar as análises de caráter politicista, que isolam o gênero como um mero 'marcador' ou 'recorte'. É preciso resgatar o método ontológico para apreender o gênero não como uma abstração subjetiva, mas como uma dimensão constitutiva da individualidade, indissociavelmente vinculada à luta de classes e ao eixo determinante da vida social, a relação entre capital/trabalho. A escolha pelo materialismo histórico-dialético não é uma 'preferência teórica', mas uma luta política para garantir que o Serviço Social não se perca no "caleidoscópio" (Tonet, 2021) de fragmentos da pós-modernidade.

Para solidificar este entendimento, imagine que a realidade social é um grande iceberg, as teorias fragmentárias focam apenas na ponta visível (o gênero como comportamento ou

marcador isolado), enquanto a perspectiva de totalidade mergulha para compreender a base submersa (a estrutura do capital e a luta de classes) que sustenta e dá forma a tudo o que aparece na superfície. Sem olhar para o que está submerso, qualquer tentativa de mover o iceberg será ineficaz.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Antônio Geraldo. *Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALVES, Leonardo Nogueira. *Relações Patriarcais de Gênero e Serviço Social no Brasil*. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2017.
- ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <https://encurtador.com.br/y7f8Y>. Acesso em: 29 maio 2025.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2018.
- BENTO, António V. Como fazer uma revisão da literatura: considerações teóricas e práticas. *Revista JA* (Associação Académica da Universidade da Madeira), n. 65, p. 42-44, maio 2012.
- BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BEZERRA, Tereza C. E. Modernidade e pós-modernidade: *uma abordagem preliminar*. In: Revista UFRR. Roraima: n.13, 2007.
- BORON, Atilio A. *A Coruja de Minerva: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo*. Tradução de Ana Carla Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. *As Incidências Pós-modernas na Produção do Conhecimento em Serviço Social*. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2013.
- CASTRO, Manuel Manrique. *História do Serviço Social na América Latina*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). *Atlas da violência 2024*. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/OCeVN>. Acesso em: 10 junho 2025.
- CISNE, Mirla. *Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres? Uma análise crítica da categoria gênero na histórica "feminização" da profissão*. 2004. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. *Feminismo, diversidade sexual e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca Básica do Serviço Social; v. 8).
- CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional*. CFESS/CRESS/Universidade Federal de Alagoas (UFAL), 2005. Disponível em: <https://encurtador.com.br/7baft>. Acesso em: 4 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Código de ética profissional do assistente social*. Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf. Acesso em: 4 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*. Brasília, 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/BpGMC>. Acesso em: 4 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Resolução CFESS nº 489/2006, de 3 de junho de 2006. *Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceitos, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social*. Brasília, DF, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Resolução CFESS nº 615/2011, de 8 de setembro de 2011. *Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social transvesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional*. Brasília, DF, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Resolução CFESS nº 845/2018, de 26 de fevereiro de 2018. *Dispõe sobre atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador*. Brasília, DF, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Resolução CFESS nº 1.054/2023, de 14 de novembro de 2023. *Estabelece normas vedando condutas de DISCRIMINAÇÃO E/OU PRECONCEITO ÉTNICO-RACIAL no exercício profissional do/a assistente social*. Brasília, DF, 2023.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. *Cadernos ABESS*, n. 4. São Paulo: Cortez, 1991.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Estruturalismo e miséria da razão*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. Cap. 1.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativas ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELPHY, Christine. Patriarcado. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009b.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 127-153. Disponível em: <https://doceru.com/doc/nn0nv1e>. Acesso em: 4 ago. 2024.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MARRO, Katia. Serviço social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). *Serviço social no Brasil: história de resistência e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024*. São Paulo: FBSP, 2024. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://encurtador.com.br/3Xqv4>. Acesso em: 10 de junho 2025.

FORTI, Valéria. *Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

GRUPO GAY DA BAHIA. *Relatório Anual de Mortes Violentas da População LGBTQIAPN+*. Salvador: GGB, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/PdBeC>. Acesso em: 10 de junho 2025.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: _____. *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

GUERRA, Yolanda; BATISTA, Alfredo. A expressão "questão social" em questão: um debate necessário ao Serviço Social. *Temporalis*, Brasília, DF, v. 21, n. 42, p. 173-187, jul./dez. 2021.

HARTMANN, Heidi I. Capitalism, Patriarchy, and Job Segregation by Sex. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, Chicago, v. 1, n. 3, p. 137-155, 1976. Disponível em: <https://encurtador.com.br/A4hi6>. Acesso em: 13 fev. 2025.

HEILBORN, Maria Luiza. Usos e abusos da categoria gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Y nosotras latinoamericanas? Estudos sobre gênero e raça*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1992. p. 39-44.

HIRATA, Helena. Divisão capitalista do trabalho. *Tempo Social*, São Paulo, v. 1, n. 1, 1989.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília, n. 3, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1982.

- KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: *avanços e tendências* (1975 a 1997). Cadernos ABESS, São Paulo, nº 8, nov/1998. p. 33-76.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- LUKÁCS, Georg. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R; STÊDILE J.P. (orgs) Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. -2ed- São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1, v. 1. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 3: O processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. 1845. Tese XI. Disponível em: <https://encurtador.com.br>. Acesso em: 22 fev. 2025.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Tradução de Rubens Enderle et al. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Balanço das Ações Judiciais – Atos Golpistas de 8/1/2023. Brasília: MPF, 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/B1vNr>. Acesso em: 10 de junho 2025.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. Usos e limites da categoria gênero. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 99-105, 1998.
- MOURA, Clóvis. *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* 1. ed. São Paulo: Conquista, 1977.
- NETTO, José Paulo. *A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea*. Brasília: CEAD, 1999. (Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 1).
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da "questão social". *Temporalis*, Brasília, ano 2, n. 3, p. 41-50, jan./jun. 2001.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- NETTO, José Paulo. Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2017.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca Básica do Serviço Social; v. 1).

OLIVEIRA, Catarina Nascimento. *Produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro no campo da violência de gênero contra a(s) mulher(es): uma abordagem feminista de(s)colonial*. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

OLIVEIRA, Rayane Noronha. *Serviço Social, classe, gênero e raça: tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária*. 2021. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2021.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PRADO, Danda. *O que é família*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

RODRIGUES, Julian. Direitos Humanos e diversidade sexual: uma agenda em construção. In: VENTURINI, Gustavo; BOKANY, Vilma. *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Mal-estar na modernidade*. 1. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 1, n. 11, p. 71-75, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Luta de classes e a questão da diversidade humana: debate atual e perspectivas político-teóricas. *Revista Trabalho Necessário*, v. 17, n. 32, p. 1-25, Jan./Abr. 2019.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Contribuições ao entendimento da diversidade humana em uma perspectiva de totalidade. In: DUARTE, Marco José de Oliveira et al. (Orgs.). *Sexualidades & serviço social: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais*. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2023.

SCHAFF, Adam. *A sociedade informática*. São Paulo: Unesp/Brasiliense, 1990.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análises históricas. *Columbia Press*, Nova York, 1989.

SILVA, Maria das Graças Miranda Ferreira da. Marxismo, pluralismo e formação profissional do assistente social. *Teoria Política e Social*, v. 1, n. 1, p. 145-150, dez. 2008. Disponível em: <https://encurtador.com.br/QtkYf>. Acesso em: 5 jun. 2025.

SILVA, Joasey Pollyanna Andrade da; CARMO, Valter Moura do; RAMOS, Giovana Benedita Jaber Rossini. As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas. *Revista de Direitos Humanos em Perspectiva*, Encontro Virtual, v. 7, n. 1, p. 101 – 122, Jan/Jul. 2021.

TABET, Paola. Mãos, instrumentos e armas. In: FERREIRA, Verônica (Org.). *O patriarcado desvendado: três feministas materialistas: Collette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu*. Recife: SOS Corpo, 2014.

TONET, Ivo. Pluralismo Metodológico? Falso caminho. *Revista Gesto-Debate*, v. 21, n. 01, p. 01-22, Jan/Dez. 2021.

VELOSO, Renato. No caminho de uma reflexão sobre Serviço Social e Gênero. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 2001.

APÊNDICE A**LEVANTAMENTO NOS TRABALHOS DO ENPESS E DO CBAS (2022)****REVISÃO INTEGRATIVA**

OBJETIVO: Apreender as tendências teórico-metodológicas utilizadas nas produções do conhecimento do Serviço Social em suas aproximações com os estudos de gênero, buscando identificar as bases teóricas que sustentam tais produções no contexto do avanço de perspectivas pós-estruturalistas de caráter identitário no âmbito profissional.

EVENTO: () 17º CBAS () 17º ENPESS

NÚMERO DE TRABALHOS PUBLICADOS NOS ANAIS:

NÚMERO DE TRABALHOS COM DESCRITOR GÊNERO:

TÍTULO DO TRABALHO:

AUTORIA:

INSTITUIÇÃO(ÕES): () PÚBLICA () PRIVADA () TERCEIRO SETOR () OUTRA
() NÃO IDENTIFICADA

REGIÃO: () NORTE () NORDESTE () CENTRO-OESTE () SUDESTE () SUL

TIPO DO TRABALHO: () COMUNICAÇÃO ORAL () PÔSTER () MESA
TEMÁTICA

CATEGORIZAÇÃO: () RELATO DE EXPERIÊNCIA () SISTEMATIZAÇÃO DO
TRABALHO () RESULTADO DE PESQUISA () REFLEXÃO TEÓRICA () NÃO
IDENTIFICADA

EIXO:

DEFINIÇÃO DA CATEGORIA GÊNERO:

PRINCIPAIS TENDÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS:

RELAÇÃO COM A PERSPECTIVA DA DIVERSIDADE HUMANA:

RELAÇÃO COM OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL:

APÊNDICE B

Quadro 1 – Trabalhos publicados nos Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social/ ENPESS (2022)

TÍTULO	AUTORIA	RESUMO
Dialética da Questão Social e a Unidade Classe, Gênero e Raça	Carla Cecília Campos Ferreira	Esse texto propõe hipóteses para o desenvolvimento de uma teoria unitária da questão social, articulando determinações de classe, gênero e raça/etnia no âmbito da teoria crítica. Para isso, explora as indicações marxianas, principalmente em o capital, apontando categorias como expropriação, reprodução e alienação como mediações relevantes para compreender o caráter estruturalmente desigual e combinado, heteropatriarcal e racista da exploração capitalista. Essas relações são articuladas como parte da estratégia capitalista de enfrentamento à crise estrutural por meio da equalização por baixo do valor da força de trabalho.
Gênero, Trabalho e Família – o papel das licenças maternidade, paternidade e parental em perspectiva comparada	Ana Clara de Assis Oliveira; Cristiane Cardoso Henriques; Viviane Namie Komatsu; Andrea de Sousa Gama	O artigo analisa a produção acadêmica sobre as licenças maternidade/paternidade e parental no enfrentamento dos conflitos entre trabalho remunerado e responsabilidades familiares, em perspectiva comparada. Realiza pesquisa bibliográfica nas principais bases nacionais e revistas internacionais no campo dos estudos de gênero e políticas públicas. Discute os resultados e significados dessas licenças à luz de diferentes campos das ciências humanas buscando caracterizar os limites e possibilidades desses direitos no Brasil. Apresenta, ainda, resultados comparativos entre países em termos das características das licenças, sua extensão, cobertura, financiamento e impactos sobre a promoção de maior igualdade de gênero no trabalho remunerado/não remunerado.
Criminalização de Jovens Mulheres: Tráfico de Drogas, Gênero e Seletividade Socioeducativa	Cecilia Nunes Froemming	O presente artigo mostra elementos de pesquisa documental que analisa o atendimento socioeducativo a adolescentes em privação de liberdade a quem se atribui o cometimento de ato infracional análogo ao tráfico de drogas. Debate a vigilância do gênero e a seletividade socioeducativa que desconsidera o tráfico de drogas como uma das piores formas de trabalho infantil e a economia política do proibicionismo. O atendimento socioeducativo transmite ser realizado como controle social das mulheres pobres, fundamental no sistema de dominação patriarcal do capital.

A Determinação da Pena de Prestação de Serviço à Comunidade à Luz do Olhar de Gênero: uma garantia ou violação de direitos?	Fernanda Bruna Sorgato Pitt; Raquel Barcelos de Araújo	A presente pesquisa é fruto do trabalho de conclusão de curso, construído a partir da vivência de estágio supervisionado, desenvolvido junto a mulheres em cumprimento de pena de prestação de serviço à comunidade em Curitiba/PR. por meio da observação, foi desenvolvido o objetivo de compreender se houve violência institucional de gênero na determinação das penas executadas por estas mulheres na instituição, para tanto, foi necessário pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Através desta construção, foi possível perceber como a violência institucional de gênero se faz presente em nossa sociedade, com destaque para mulheres que cometeram atos tipificados como crimes.
As Desigualdades de Gênero nos Jogos Online: A Visão da Jogadora na Comunidade de <i>League of Legends</i>	Ana Luiza Barbosa Lima	Este trabalho objetiva através do método materialista histórico-dialético de Marx apreender a reprodução das desigualdades de gênero dentro do jogo online league of legends. Os procedimentos metodológicos da pesquisa abrangem uma revisão literária e realização de pesquisa de campo de caráter qualitativo e exploratório. Destacamos a necessidade de realização de pesquisas em mais um dos espaços onde ocorrem violações de direitos das mulheres e reprodução das desigualdades de gênero, pois os espaços de disputa apenas se expandem com o passar dos anos e ainda possuímos poucas análises sobre as comunidades dos jogos online, em especial na área do serviço social.
Colonização, Raça, Gênero e Classe: considerações acerca da expansão capitalista na américa latina	Adriana de Oliveira Santos; Magali da Silva Almeida	O presente trabalho tem o propósito de contribuir no debate acerca das determinações sócio históricas que aprofundam as desigualdades sociais no capitalismo contemporâneo na américa latina. Entendemos a necessidade de analisar algumas particularidades para compreensão da totalidade social frente ao desenvolvimento do capital em sua face financeirizada e mundializada no século XXI no território. Neste sentido, raça, gênero e classe evidenciam-se na estruturação das relações de opressão e exploração no processo de expansão do capitalismo mundial. Analisamos o contexto da colonização e a conformação das relações de raça, gênero e classe como mecanismos estruturantes da acumulação e reprodução do capital.
De Volta Para Casa: o teletrabalho no tribunal de justiça do estado do rio de janeiro e o acirramento da desigualdade de gênero no contexto da pandemia da covid-19	Janaina Amaral de Moura; Ludmila Fontenele Cavalcanti	A pandemia da covid-19 acelerou processos de trabalho em curso no tribunal de justiça do estado do rio de janeiro (TJRJ), dentre os quais, o teletrabalho. Este ensaio teórico, oriundo de uma pesquisa de mestrado em andamento, tem o objetivo de apresentar as contradições presentes nessa modalidade de trabalho. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica articulando as categorias gênero e trabalho. Os resultados indicam uma maior adesão das mulheres ao teletrabalho quando comparadas aos homens. Também identificamos que o teletrabalho pode acirrar as desigualdades de gênero presentes no interior das famílias.

Desigualdades de Gênero: o lugar ocupado pelas mulheres negras no mercado de trabalho	Ingrid; Eduardo	Este trabalho, de caráter essencialmente bibliográfico, objetiva destacar a importância das políticas públicas como forma de inclusão social, especialmente quando se observa, ainda hoje, a insistente discriminação da mulher, no que tange ao mercado de trabalho. A relação da mulher com o trabalho é permeada por diversos fatores, econômicos, sociais, culturais e, ainda, pela cor da pele, estes fatores afetarão o locus de trabalho destas mulheres. Portanto, discutir a aplicabilidade e efetividade de políticas nas diferentes conjunturas sociais brasileiras ao mesmo tempo em que se busca uma superação de desigualdades socialmente construídas é um desafio que ainda se impõe
Determinações de Gênero e Raça em Torno da Operacionalidade da Política de Assistência Social: contradições a partir do perfil das/os usuárias/os.	Maria do Socorro Batista; Lidiane Cavalcante Tiburtino	A relação entre mulheres negras e política de assistência social permeia uma série de contradições, ancoradas na estrutura social brasileira capitalista, racista e patriarcal. Desse modo, fomenta-se a necessidade de problematizar os determinantes em torno dessa relação, bem como a consideração das determinações de raça e gênero na elaboração de respostas da política. Assim, destacamos que o estudo provém de um recorte de pesquisa apresentada como trabalho de conclusão de curso, ano 2020, tratando de uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa, sob ótica do materialismo histórico dialético. a saber, identificamos como o conservadorismo ainda é mediador das relações supracitadas.
Disputas Teórico-Políticas Entre a Teoria Queer e a Teoria Marxista: confrontos e encontros possíveis no debate sobre diversidade de gênero e transgeneridades	Pedro Vicente de Assis Neto	Antes de apresentarmos a discussão central, faremos um breve passeio pelas elaborações conceituais dos estudos de gênero e da teoria Queer sobre os temas da identidade, do sujeito, do gênero e do sexo, tão fundantes para a diversidade de gênero. Após isso, o presente trabalho delineia como as limitações ou potencialidades dos estudos Queer vêm sendo confrontadas por pensadoras de outras matrizes teóricas. Por fim, também vão se explorar as interlocuções possíveis com algumas correntes feministas no que tocam questões vividas por travestis e mulheres trans no Brasil, através de reflexões do feminismo marxista, do feminismo negro e do transfeminismo.
Fake News, Família, Gênero e Sexualidade: notas sobre a estratégia desinformativa da extrema direita no processo eleitoral brasileiro	Lucas da Costa Brandão; Milena Carlos de Lacerda	A ascensão da extrema direita ao executivo federal brasileiro foi marcada pela disseminação de <i>fake news</i> , em particular sobre a temática de sexualidade e gênero. Neste artigo, objetivamos evidenciar as estratégias de desinformação acionadas pela extrema direita brasileira através das mídias sociais como meio de manipulação da consciência social para se alcançar vitória na eleição presidencial de 2018. Através de pesquisa exploratória utilizamos como método de investigação o materialismo histórico-dialético e como técnicas a revisão bibliográfica e documental. Entendemos que as mídias sociais impulsionaram a eficácia das estratégias ideológicas da extrema direita de distorção da realidade para mobilização de apoiadores, visualizadas na militância em torno da “ideologia de

		gênero” e da promoção estreita da “família” nuclear.
Gênero, Racismo e Deficiência na Reabilitação: reflexões a partir do serviço social	Francine de Souza Dias	Este artigo apoiou-se em duas questões norteadoras: o que é publicado sobre reabilitação considerando gênero e raça no Brasil? Como o serviço social contempla a crítica de gênero e de raça em suas análises no campo da reabilitação? O texto foi estruturado a partir de revisão integrativa, com resultados discutidos em diálogo com teóricas feministas, principalmente negras e com deficiência. Na amostra, verificou-se ausência de produções que contemplem marcadores de gênero e raça, embora aspectos sociais relacionados às pessoas com deficiência constituam objetivos centrais das pesquisas que subsidiaram as obras.
Interseccionando Gênero, Raça e Diversidade Sexual: considerações sobre a produção intelectual no serviço social brasileiro	Mably Trindade; Pedro Vicente de Assis Neto; Claudia Cristina de Souza Santos	O presente artigo tem por objetivo precípua analisar a produção intelectual do serviço social brasileiro sobre desigualdades de gênero, raça-etnia e diversidade sexual. Com tal propósito, realizou-se um ensaio bibliográfico no qual foi possível constatar o inequívoco fato de que nas últimas décadas a categoria profissional aproximou-se bastante dessas discussões, produzindo – especialmente a partir dos anos 2000 – uma vasta literatura sobre diversidade sexual, raça/etnia e relações de gênero. Contudo, trata-se de um debate que ainda suscita inúmeras controvérsias no âmbito da profissão. A metodologia adotada para sua elaboração privilegiou, essencialmente, referências bibliográficas fundamentais sobre o tema
Metodologia Feminista para Pensar Gênero e Memória no Serviço Social	Rita de Cássia Santos Freitas; Ana Lole; Carla Cristina Lima de Almeida	Este artigo resulta da pesquisa “por uma história do gênero e feminismos no serviço social”, envolvendo universidade federal fluminense (UFF), universidade do estado do rio de janeiro (UERJ) e pontifícia universidade católica do rio de janeiro (PUCRIO), que tem por objetivo evidenciar estudos feministas e de gênero nas décadas de 1980-1990 na profissão. Neste artigo abordamos a relevância de metodologias feministas nas pesquisas, ao tratar os fenômenos à luz das relações de gênero, raça e classe. Destacamos também contribuições dos estudos de memória, ao revelarem pontos de vista invisibilizados ao longo da história pelos condicionantes de classe, raça e gênero.
Mulheres em prisões: interseccionalidade de gênero, raça e classe social.	Aline Mattos Fuzinatto; Míriam Thaís Guterres Dias	Este artigo apresenta os dados coletados por meio de questionário de 75 mulheres privadas de liberdade na região metropolitana de porto alegre/rs, de um universo de 502 custodiadas em regime fechado e analisados a partir do conceito da interseccionalidade, que permitiu visualizar que o encarceramento feminino atinge, sobretudo, mulheres negras, de baixa renda e escolaridade, com

		acesso precário às políticas sociais, que fazem uso de drogas e já vivenciaram múltiplas situações de violência ao longo de suas vidas. Conclui-se que a feminização da pobreza e a política proibicionista se articulam contribuindo para o encarceramento em massa dessa população.
Serviço Social, Dissidências Sexuais e de Gênero: uma análise a partir dos anais do CBAS 2019 e ENPESS 2018	Guilherme Moraes da Costa	Este estudo tem por objetivo realizar um panorama da produção acadêmica na área de serviço social sobre a temática das dissidências sexuais e de gênero com base nos artigos que foram apresentados no CBAS (2019) e no ENPESS (2018). Para isso, realizamos um levantamento no CBAS no eixo “serviço social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidade”, que resultou em 27 artigos e no ENPESS no eixo “serviço social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidade” no qual foram encontrados 21 artigos. Assim, realizamos um comparativo entre os dois eventos e buscamos trazer as tendências deste debate no interior da profissão.
Sistema Penal Brasileiro e Dissidências Sexuais de Gênero: a morte como categoria de análise da política LGBTI+ nas instituições prisionais de minas gerais	Sidnelly Aparecida de Almeida	A população LGBT+ privada de liberdade sofreu com a invisibilização ao longo da história prisional deste país. A ausência de dados, a segregação enquanto política e a falta de clareza quanto à estrutura da política executada no cotidiano são sinalizadores da negligência e das violações de direitos às quais a população prisional brasileira está exposta, especialmente os dissidentes sexuais e de gênero (Ferreira, 2019). [...] o presente trabalho pretende analisar o contexto no qual emerge esta instituição e que envolve a ocorrência desses óbitos, partindo da reflexão sobre a política LGBT+ brasileira e das categorias de biopoder (Foucault, 2010) e da gestão dos pobres proposta por Wacquant (2014). Nesta perspectiva, o texto propõe a criminologia Queer como fio condutor de uma outra lógica de resposta social ao crime, lógica esta, que tenha por base a pluralidade, os afetos e a liberdade (Spade, 2022).
Tráfico Para Fins de Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes: uma análise a partir das relações de gênero e de raça no contexto do capitalismo.	Márcia Iara Costa da Silva; Anna Emanuely Oliveira Laurindo	O tráfico para fins de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes – ESCCA, se constitui numa das piores formas de violação dos direitos humanos. Embora sejam criadas estratégias de enfrentamento à questão, ela persiste e se caracteriza enquanto um dos maiores desafios da atualidade. O tráfico para fins sexuais não é um fenômeno novo e sofre influência de determinantes sociais, políticos, econômicos, culturais e etc., o que torna mais difícil a erradicação dessa prática. A partir do exposto, o presente artigo objetiva analisar as concepções acerca do tráfico para fins de ESCCA, evidenciando as relações de gênero e raça.

Gênero Como Tecnologia: uma proposta contra hegemônica	Mariko Hanashiro; Neno Rosa	Este trabalho busca dialogar sobre os conceitos de gênero e tecnologia em uma perspectiva crítica centrada em identidades de gênero fora da cisgeneridade, demonstrando as transformações sociais propagadas por esses grupos contra hegemônicos, estruturando ferramentas, estratégias, e projetos que dinamizam o gênero como um potente movimento de questionamento e cisão da sociabilidade posta. Desta forma, objetiva-se a expor a possibilidade do gênero como tecnologia de transformação social.
Questão Social, Gênero e Diversidade Sexual “ano passado eu morri, e esse ano?”	Mayara de Fatima Martins de Souza; Roseane Ribeiro Arévalo; Thiago Aparecido Aranha dos Santos	Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada sobre as expressões da questão social e sua interlocução com o gênero e a diversidade sexual. A pesquisa teve como objetivo realizar uma investigação sobre diversos assuntos e dentre esses lgbtfobia no Brasil contemporâneo e o impacto da divisão sexual do trabalho que é questão central para aprofundamento da discussão que tange sobre as desigualdades.

Fonte: Levantamento nos Anais.

Quadro 2 – Trabalhos publicados nos anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais/CBAS (2022)

TÍTULO	AUTORIA	RESUMO
Gênero e Trabalho: algumas aproximações para compreensão dos adoecimentos decorrentes do trabalho	Lidiane Cavalcante Tiburtino; Jacira dos Santos Silva	Este estudo tem como objetivo analisar o processo de adoecimento das mulheres trabalhadoras atendidas no centro de referência em saúde do trabalhador (CEREST) de João Pessoa/PB. Os resultados iniciais da nossa pesquisa apontam uma incidência maior de casos de afastamento de trabalho relacionados a doenças do sistema osteomuscular, assim como, do aumento de transtornos mentais.
Relações de Gênero na Educação Profissional de Jovens e Adultos (EJA): Os desafios para rompimento com patriarcado	Márcia Cristina de Souza Cabral	Este artigo tem por objetivo discorrer sobre os aspectos relacionados ao gênero e ao patriarcado que estão presentes na educação profissional de jovens e adultos, que, mascaram as interfaces das relações patriarcais que inferiorizam as mulheres em virtude do gênero.
Era Uma Vez Lygia Bojunga: a literatura infanto-juvenil como instrumento possível nos diálogos sobre gênero	Fabricia Vellasquez Paiva; Brenda Cristina da Silva e Silva	[...] ao longo do resumo, portanto, buscamos iniciar o debate sobre como as obras literárias de Lygia Bojunga guiou, ao longo do mês de março, diálogos reflexivos sobre gênero, na troca de vivências e na escrita de si das diversas mulheres que acompanharam as lives. Partindo das narrativas literárias de Lygia e culminando nas diversas escritas-denúncias das tantas mulheres, compreendemos a força que a literatura tem e desperta, especialmente ao abordar temas caros como o abuso sexual infantil e as diversas violências de gênero que a mulher sofre desde muito nova. [...]
A interdisciplinaridade nas políticas públicas de gênero: relato de experiência em um projeto de profissionalização de mulheres	Samara Cristina Silva Pereira; Helene Silva Santos; Maria Eliane dos Santos Araújo; Maria do Amparo Ribeiro Vasconcelos ⁴	Apresentam-se reflexões teórico-práticas sobre a atuação interdisciplinar na profissionalização de mulheres em vulnerabilidade, tendo como referência o projeto profissionalizar mulher. Reflete sobre a atuação interdisciplinar em políticas de gênero tendo por base as discussões teóricas sobre interdisciplinaridade, gênero e políticas públicas.

Relações de Gênero, Raça, Classe e o Serviço Social: o não-lugar de homens negros no campo da cidadania e políticas sociais	Paulo Sergio Pereira Filho; Mirella Rocha	O presente artigo trata do não lugar de homens negros no campo da cidadania e direitos sociais. Desde o colonialismo até o modo de produção capitalista, reflete-se sobre o papel do serviço social e seu compromisso ético-político de centralizar o debate das relações étnico raciais na formação e prática profissional, para gerar uma atuação profissional crítica, qualificada e antirracista
Os Impactos da Pandemia Durante o Estágio Supervisionado: estratégias a partir de uma formação profissional sobre gênero no serviço social	Matheus Andrade de Moraes	O presente trabalho se propõe a refletir quanto a importância da formação sobre gênero para estudantes de serviço social e como a pandemia atravessa o estágio supervisionado. A pesquisa é exploratória, com uso de material bibliográfico e documental. Ficou comprovado que a pandemia gera impactos na formação profissional ao passo que aprofunda a necessidade de formação sobre gênero na profissão.
Gênero e Migração no Contexto de Pandemia: inseguranças do deslocamento humano forçado	Anderson da Silva Fagundes; Maria Luiza Mendo	Este artigo reflete sobre o fenômeno da feminização no processo de migração internacional, tendo como recorte o contexto brasileiro em tempos de pandemia. Busca-se dar visibilidade às expressões da questão social manifestadas na vida de migrantes, indicando a necessidade de ampliar a rede de proteção social para mulheres migrantes a fim de que sejam alcançados maiores níveis de autonomia e integração social.
Luta das mulheres por moradia digna: a importância do direito à habitação vista numa perspectiva de gênero	Ana Kécia Ribas Links Ferraz; Elizama Ebenezer da Silva Araújo; Marilene Lima Silva; Maryana Ramalho de França	O direito à moradia digna é humano e universal. no entanto, numa sociedade machista e ditada pela desigualdade de gênero, para as mulheres, a inacessibilidade a esse direito gera fortes consequências, a exemplo da falta de segurança. Neste trabalho, foi realizada uma reflexão teórica a partir da participação das mulheres nos movimentos sociais de luta por moradia, o histórico das políticas habitacionais no Brasil, a importância e os elementos a serem considerados para a construção de uma política habitacional e urbana numa perspectiva de gênero.

O perfil dos egressos do pet/ser-UNB: reflexões sobre questões sociais, de raça e gênero na universidade	Thaís Kristosch Imperatori; Dáfynne Mello das Virgens; Lígia Souza Lira; Ana Júlia Santiago Lopes	Este artigo tem o objetivo de analisar o perfil dos egressos do programa de educação tutorial de serviço social da universidade de Brasília (PET/SER-UNB) quanto à raça, ao gênero e à classe social. a pesquisa ocorreu por meio de questionário on-line e de levantamento bibliográfico e documental. Os dados mostram que são necessárias ações para ampliar a democratização da educação superior e do programa.
A intersecção de Gênero, Raça e Classe e as Implicações para as Mulheres Negras. Racismo? no brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano já dizia Lélia Gonzalez	Aline Pereira Dias	Gênero, raça e classe se constituem como um dos eixos estruturantes que atravessam a vida das mulheres negras provocando desigualdades e proporcionando a estas uma série de vivências e experiências diversificadas. Este atravessamento formou o pensamento feminista negro e, por conseguinte, o conceito teórico metodológico da interseccionalidade, demonstrando ainda como estas opressões se organizam: raça como ideologia, classe como hierarquia e gênero como fator determinante têm muito a dizer sobre o lugar dado às mulheres negras, estão imbricados e, por isso, são fatores geradores de desigualdades.
Serviço Social, Gênero e Raça: a garantia de direitos às mulheres negras	Luciane da Conceição; Vivian Caroline Medeiros da Paixão; Flaviane Shirley Santana; Maria Eduarda Ferreira Gomes; Marcella Gonçalves Carvalho Naves	Este artigo mostra as várias transformações do serviço social na história na defesa de direitos para todos. As mulheres foram evidenciadas, conquistando, cada vez mais, o espaço na sociedade, contudo, há uma parte da população feminina, as mulheres negras, que teriam acesso aos direitos sociais, mas na maioria das vezes são negados.
As Desigualdades Sociais no Brasil: reflexões sobre a intersecção entre gênero, raça e classe social	Maria Júlia Rodrigues Moreira; Monique Soares Vieira; Simone Barros de Oliveira	Este artigo reflete sobre as desigualdades decorrentes da estratificação sexual e racial no Brasil. realizou-se um levantamento estatístico a partir de dados do instituto brasileiro de geografia e estatística. As desigualdades contra as mulheres negras, estruturam um projeto genocida que dialeticamente destrói a vida desses sujeitos de forma lenta e sutil, mas também de forma brutal e ininterrupta.

Raça, Classe e Gênero: contribuições do pensamento de Lélia Gonzalez para o Serviço Social brasileiro	Mireile Silva Martins; Moacir de Freitas Junior	[...] buscando explicar as respectivas contribuições da Lélia Gonzalez (1979-1984) para compreensão das relações étnicoraciais de classe e de gênero, antecipadamente já na segunda metade do século XX e explicitar a contribuição de intelectuais negras/os para ciências humanas e para o serviço social. para tanto, sendo parte de pesquisa de mestrado em andamento, esse trabalho se dá por meio de revisão bibliográfica do pensamento da intelectual, consoante ao serviço social dando centralidade às categorias de classe, raça e gênero como analíticas e necessariamente embrincadas para leitura da realidade social brasileira.
Violência de Gênero em Tempos de Pandemia	Fernanda Brandão da Silva	Este artigo discute expressões da violência de gênero e a incidência da violência contra a mulher. Apresenta-se o conceito de gênero como categoria histórica e analítica e o aumento da visibilidade da violência doméstica. A crise sanitária causada pelo novo coronavírus evidencia as opressões às mulheres e exige criticidade para enfrentamento ao atual agravamento nas violações aos direitos humanos.
As Nuances das Mulheres Brasileiras Chefes de Família: uma reflexão teórica acerca do gênero e a relação com a pandemia de covid-19	Ana Beatrice Rangel Costa de Almeida; Priscila de Freitas Sousa; Victoria Lavignia Oliveira Baqueiro; Lays Amorim da Silva; Clarice Bezerra; Vitória Luiza Cavalcanti de Lima; Luana de Lourdes Sousa Franco; Milena Cordeiro de Freitas	O estudo discute acerca das mulheres brasileiras chefes de família, levando em conta o período de pandemia da covid-19, uma vez que trouxe consigo mudanças na rotina e ambiente familiar. Também há reflexões acerca da categoria gênero, pois é necessário que haja uma melhor compreensão acerca desse assunto, principalmente por se tratar de uma categoria de rigor social, histórico e cultural.
Violência de Gênero Contra Mulheres Negras: resistências e conquistas do	Alice da Silva Santos de Souza; Erick José Gonçalves dos Santos Silva; Julia da Silva Boaventura;	O trabalho apresenta os modos de violência contra a mulher negra e as intervenções através das políticas públicas no município de São Gonçalo, Rio de Janeiro. Buscando análise do tema, fez-se revisão bibliográfica, considerando que, nesse município, tanto o centro especial

município de São Gonçalo -RJ	Lana Sangiacomo Bastos; Pyxis Cabral de Oliveira; Vanessa Bezerra de Souza	de orientação à mulher - Zuzu Angel e o fórum de mulheres negras de São Gonçalo, atuam no enfrentamento desta violência.
Gênero, Religiosidade e o Movimento Histórico da Constituição do Serviço Social no Brasil	Vanessa Renata de Almeida	Por que é importante refletir sobre gênero e religiosidade no âmbito do serviço social? numa proposta de percorrer a história da emergência e institucionalização do serviço social, com as atenções voltadas para as marcas que o gênero e a religiosidade imprimiram ao exercício profissional de assistentes sociais, assinalamos a pretensão de, neste trabalho, ensaiar respostas a essa inquietação.
Gênero, Cuidado e Trabalho: reflexões acerca da experiência profissional do assistente social no campo da saúde do trabalhador	Ana Lídia Fiúza da Silva Avilla	Este trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência sobre o trabalho do assistente social realizado no setor de saúde e segurança do trabalho de uma universidade pública. Trata-se de uma análise crítica de uma das frentes de trabalho do serviço social, elaboração de parecer social para redução de carga horária, tendo como parâmetro as categorias gênero, cuidado e trabalho.
Notas sobre Gênero nas Trilhas Históricas Feministas	Poliana Machado Gomes da Silva	Este trabalho teve como objetivo central, refletir sobre a categoria gênero no movimento histórico dos feminismos. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de tipologia teórica que permitiu verificar as diferentes perspectivas teórico metodológicas de análise sobre gênero que, longe de natural, é histórico-social e cultural.
Violência de Gênero: uma análise sobre os impactos da pandemia	Fernanda da Silva Oliveira; Giselli de Almeida Tamarozzi; Ramilla Mariane Silva Cavalcante.	A violência de gênero que vemos diariamente nas mídias, nos lares familiares e na sociedade como um todo, não datam de hoje e, nos remete a análise sobre os impactos da pandemia, perante às relações de poder e sociabilidades produzidas por desigualdades de gênero, étnicas e de classe. O que se pretende discutir é como o isolamento de mulheres, de diversas idades e condições econômicas, confinadas com os seus parceiros no ambiente doméstico, impactou nos níveis de violência de gênero e os mecanismos legais, disponíveis para garantir os direitos das mulheres enquanto em situação de violência.

Reflexões Sobre a Saúde Mental na Sociabilidade Capitalista: o suicídio como questão social de gênero	Ariadna Nunes Aguiar Batalha; Lidiany de lima Cavalcante	Este trabalho, fruto de reflexão teórica, objetiva refletir sobre o suicídio de gênero na contemporaneidade, partindo de como o modo de produção capitalista produz e reproduz essa questão social – o suicídio em mulheres –, marcado por um estado administrado pela burguesia, logo, sem o exercício pleno da cidadania para os seus administrados.
Violência Contra o Gênero Feminino: aproximações das suas expressões no atendimento à população nos centros de referência especializado de assistência social - CREAS	Melissa Aparecida Batista Bassani; Kelen Aparecida da Silva Bernardo	Objetivamos analisar a incidência da violência de gênero antes e durante a pandemia da covid-19. Com metodologias exploratória e descritiva, analisamos os atendimentos realizados no período de 2018 a 2021 pelo centro de referência especializado de assistência social (CREAS) do município de palmeira-pr. refletimos sobre o perfil socioeconômico das vítimas e as principais violências registradas.
Direito à Saúde de Crianças e Adolescentes, Dissidentes de Gênero: pautas para o serviço social	Liliane de Oliveira Caetano; Terezinha de Fatima Rodrigues	Este artigo analisa o direito à saúde de crianças e adolescentes que vivenciam formas plurais e não normativas de identidade de gênero, as dissidências de gênero. Aponta a importância do conjunto CFESS/CRESS nesta pauta, com normativas e discussões em um contexto societário em que a emancipação humana implica uma luta anticapitalista, anticolonial, antirracista e anti-(cis)heteropatriarca.
Neoconservadorismo e a Questão de Gênero: a restauração de uma ordem moral ameaçada	Laura Juliana dos Santos Cassiano; Andrea Pacheco de Mesquita	Este texto discute os reflexos do avanço do neoconservadorismo para os direitos das mulheres, especialmente aos direitos sexuais e reprodutivos. Destaca-se a influência dos setores religiosos nas disputas políticas, e o interesse na manutenção da condição de subalternidade da mulher, bem como do controle de seus corpos. Mostra-se importante a construção de uma resistência diante de tal cenário.

Gênero e Relações de Poder: considerações sobre a violência contra as mulheres – um estudo reflexivo	Georgia Vieira de Sousa; Georgia de Mendonça Nunes Leonardo	Os traços que caracterizam a relação entre mulheres e homens desdobram-se por assimetrias inerentes à construção social do gênero e são permeados por singularidades. Neste ensaio analisa-se, a partir da literatura científica, o gênero e as relações de poder no que tange à violência contra as mulheres apresentadas na base de dados scielo. Trata-se de um estudo reflexivo, para o qual elaboramos uma pergunta norteadora, fizemos a busca pela amostragem na literatura, passando pela coleta de dados e apresentação da análise crítica. Os textos analisados fizeram perceber que, para além da diferença física e biológica, existe a dimensão sociocultural que atravessa as relações entre o feminino e o masculino, que são simbolicamente construídas. Esse fato é responsável por perpetuar as desigualdades, por isso a importância de se discutirem gênero e poder, categorias essenciais para a compreensão dessas questões. A partir do momento que se conhece, pode-se modificar a realidade em que se vive.
Diversidade de Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos Algumas Reflexões sobre Dissidências de Gênero e Políticas Públicas na Formação Social Brasileira	Marcia Cristina Brasil Santos; Clara Azevedo de Araújo; Eloisa da Silva Xavier; Lucas da Costa Brandão; Mariana Camargo Tumonis Oliveira	As relações de gênero, sexo, raça/etnia e classe são estruturantes da realidade brasileira. Este artigo busca desvelar as raízes da negação dos direitos humanos da população LGBTI+ no Brasil. utiliza-se como metodologia o pensamento social crítico e a revisão bibliográfica e documental. Conclui-se a existência, desde a colonização, de um paradigma de dominação que nega a diversidade humana e impacta nos direitos LGBTI+ até hoje.
Desigualdade de Gênero no Governo Bolsonaro: reflexões sobre a manutenção do conservadorismo pela via da religião	Maira Carvalho Pereira; Leonardo Patrício de Barros	Este trabalho é uma reflexão teórica realizada pelos autores no mestrado acadêmico no programa de pós-graduação em serviço social pela UERJ. Apresentam-se algumas mediações para compreensão da relação entre neoconservadorismo e o governo do presidente Bolsonaro, agudizado pelo pensamento religioso, identificando como resultado desse processo um adensamento da opressão do gênero feminino.

Ideologia de gênero, uma das facetas do neoconservadorismo: necessidades de enfrentamento	Alan de Loiola Alves; Claudia Cristina de Souza Santos	Este artigo tem como objetivo desvelar e refletir sobre a origem e os motivos da difusão do discurso de ideologia de gênero, apontando a quem interessa e qual sua base. A metodologia utilizada foi um estudo exploratório e de revisão da literatura. O texto aponta que o discurso de ideologia de gênero é pautado no neoconservadorismo e no neoliberalismo, sendo necessário enfrentá-los.
A Atuação do Assistente Social no Enfrentamento da Violência de Gênero Contra Mulheres, em uma UPA24h do estado de São Paulo uma sistematização da experiência	Wellington Severino Alves Mamedes; Maisa Bozelli Vieira; Dinair Ferreira Machado	Este artigo objetivou apresentar uma sistematização da experiência do serviço social no fortalecimento das relações intra e intersetoriais entre uma unidade de pronto atendimento-upa 24h e a rede de proteção à violência contra a mulher, em um município do interior de São Paulo. O construto teórico foi da interseccionalidade na (re) produção desse fenômeno social.
Violência Contra a Mulher: a cruel expressão da desigualdade de gênero	Vaniele Soares da Cunha Copello	O debate sobre a violação dos direitos humanos das mulheres faz-se necessário, e ao analisar a violência contra a mulher, e o seu enfrentamento, é importante sua compreensão enquanto uma violência de gênero. Nesse sentido, a partir da categoria gênero, como uma categoria histórica e de análise, este artigo pretende problematizar a violência contra a mulher, resultante da desigualdade de gênero.
Os efeitos da pandemia e isolamento social na violência baseada no gênero	Daniele Moro	Em 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a existência de uma pandemia da covid-19. Diante do contexto, é fundamental compreendermos que o isolamento social é um fator agravante no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. Desta forma trataremos das estratégias divulgadas pelas mídias digitais e políticas públicas para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher.
Violência Obstétrica e as Lutas das Mulheres:	Cristiane Cordeiro da Silva Delfino	Este artigo visa trazer um debate acerca da violência obstétrica destacando o viés de raça nesse contexto. Em um primeiro momento discorreremos acerca da conceituação da

explicitando questões de gênero e racial		violência obstétrica e em um segundo momento, refletiremos como a questão da raça influencia as formas de violência e produz implicações que levam ao aumento do número de mortalidade materna e outros tipos de violações.
Raça, Gênero, Classe e a Exploração do Trabalho Doméstico de Meninas	Carla Cecília Serrão Silva	Abordagem em torno da repercussão de raça, gênero e classe, como alicerces da exploração do trabalho doméstico de meninas em casas de terceiros. O texto discorre sobre a necessidade de que o enfrentamento da exploração de meninas no trabalho doméstico considere os condicionantes de raça, gênero e classe em articulação com a legislação institucionalmente estabelecida para esse propósito. Resulta de pesquisa empírica realizada no estado do maranhão, junto a agentes públicos que atuam nas ações de combate ao trabalho infantil nos 70 municípios com maior incidência de casos. A abordagem desenvolvida permite concluir que nas instituições públicas as estruturas ideológicas de poder e dominação também atravessam e afetam agentes públicos, a exemplo das pessoas que são responsáveis pela proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, balizando fragilmente o enfrentamento da exploração e da opressão desenhada pelo trabalho infantil doméstico de meninas.
Direito à Convivência Familiar e Comunitária: interseccionalidades de classe social, raça e gênero na destituição do poder familiar	Samira Safadi Bastos; Elvira Simões Barretto; Vanderla Santana Reina; Ana Claudia do Carmo Nascimento; André Acardarello; Jamille de Santana Souza	Este trabalho pretende refletir acerca da efetivação do direito à convivência familiar e comunitária quando se trata de famílias com menos acesso a bens e serviços. Na pesquisa exploratória da literatura sobre destituição do poder familiar, evidencia-se a continuidade histórica da culpabilização e criminalização das famílias em situação de pobreza e de seus membros.

Fonte: Levantamento nos Anais.

para a superação
da barbárie.

Quem
define
gênero?

Diversidade de GÊNERO

Diversidade humana,
compreendida
ontologicamente. deve
ser analisada com base
no materialismo
historico-dialético.

É urgente
articular as
lutas por
reconhecimento
com crítica à
exploração.

A crítica radical
ao capitalismo
é condição
indispensável
para a superação
da barbárie.

A importância de
definir o conceito de
"gênero" para
pensar a diversidade
humana!!

PRODUÇÃO

Kaynara Ananda Zanith
**Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal
de Sergipe**

ORIENTAÇÃO

Vera Núbia Santos
Pós-Doutora pela Universidade Federal da Bahia
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em
Serviço Social (PROSS/UFS)

APOIO

Universidade Federal de Sergipe
Programa de Pós-graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Sergipe (PROSS/UFS)
Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação
Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC)

2025



**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Z31s	Zanith, Kaynara Ananda Diversidade de gênero: quem define gênero? / Kaynara Ananda Zanith ; orientadora Vera Núbia Santos. – São Cristóvão, SE, 2025. 12 f.; il. Cartilha (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2025. 1. Serviço social. 2. Diversidade de gênero. 3. Estudos de gênero. 4. Serviço social - Estudo e ensino. 5. Gênero. 6. Feminismo. I. Santos, Vera Núbia, orient. II. Título. CDU 364.6:305
------	---

APRESENTAÇÃO

Com base em um dos resultados previstos na dissertação de mestrado intitulada "Serviço Social e diversidade humana: aproximações ao estudo de gênero e tendências teórico-metodológicas", vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), atendendo às diretrizes do Edital nº 12/2022 da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (FAPITEC) do Estado de Sergipe, esta cartilha propõe-se a sistematizar e divulgar as compreensões que circundam o conceito de 'gênero'.

A cartilha foi pensada como uma ferramenta de apoio a profissionais, entidades representativas e instituições, buscando ampliar a compreensão do **conceito de 'gênero'** a partir de suas múltiplas interpretações na contemporaneidade. Entende-se que a formulação de políticas públicas sensíveis às questões de gênero exige mais do que uma definição conceitual: **requer aprofundamento crítico que sustente práticas mais justas, inclusivas e comprometidas com a diversidade humana.**

Ao evidenciar que o gênero é uma construção histórica, social e cultural — e não uma condição natural ou biológica —, esta cartilha propõe a superação de visões essencialistas e convida à adoção de perspectivas críticas que compreendam as desigualdades de gênero como expressões de relações sociais desiguais, estruturadas por lógicas de dominação e poder.

Trata-se, portanto, de reconhecer que o gênero não está dado, mas é produzido e reproduzido nas dinâmicas sociais, atravessando instituições, políticas e práticas cotidianas.

Na primeira parte da cartilha, são apresentadas diferentes formas de compreender o conceito de gênero, organizadas em tipologias interpretativas construídas a partir da análise realizada na pesquisa. A proposta é proporcionar ao leitor um ponto de partida para refletir criticamente sobre as implicações dessas diferentes leituras na formulação de políticas públicas e na atuação profissional.

Por fim, a cartilha propõe um olhar atento para os diversos espaços institucionais onde as questões de gênero se manifestam e exigem respostas concretas. Ao abordar áreas como assistência social, saúde, educação, segurança pública e justiça, busca-se evidenciar que a inclusão dessa perspectiva não é um adendo, mas parte fundamental da construção de políticas mais equitativas e eficazes ❤️.

ZANITH, Kaynara
Mestrado em Serviço Social - PROSS/UFS

São Cristóvão, julho de 2025.

GÊNERO:

Uma construção histórica e política

A problematização da categoria gênero como conceito analítico consolidou-se na sociabilidade ocidental no último quartel do século XX, impulsionada pelos movimentos feministas. Embora o termo "gênero" não fosse utilizado na chamada "primeira onda" do feminismo (entre o final do século XIX e início do XX), isso não significa que a crítica às desigualdades fosse inexistente. Desde as primeiras manifestações, já se percebia que a subordinação das mulheres era um fato histórico e social, e não um destino natural. Nesse sentido, a resistência política e a produção intelectual feminina antecederam a própria criação do conceito (Silva, 2022).



Ao longo dos séculos, diversas vozes denunciaram a opressão e reivindicaram espaço na vida pública, como: **Christine de Pisan** (1405); **Amina de Zazzau** (século XVI); **Juana Inés de la Cruz** (1791); **Olympe de Gouges** (1791); **Mary Wollstonecraft** (1792) e **Flora Tristan** (1843 - 1846).

VOZES FEMINISTAS AO LONGO DA HISTÓRIA

Contribuições que antecedem a categoria 'gênero'



1405

Christine de Pisan

França

Autora do primeiro livro feminista registrado, "A Cidade das Damas", onde defende o valor das mulheres e sua capacidade intelectual.

Século XVI

Rainha Amina

Zazzau

Rainha guerreira hauçá que governou o reino de Zazzau (atual Zaria, na Nigéria), surge na história no século XVI e lidera seu reino por 34 anos.



1791

Olympe de Gouges

França

Escreveu a "Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã" durante a Revolução Francesa. Lutou por igualdade política e social entre homens e mulheres.

Juana Inés de la Cruz

México

Poetisa, dramaturga e religiosa. Defendeu o direito das mulheres, tornando-se uma das primeiras intelectuais feministas das Américas.

1791



Mary Wollstonecraft

Inglaterra

Publicou "A Reivindicação dos Direitos da Mulher", obra pioneira que denunciava a exclusão das mulheres do acesso à educação e à cidadania.

1792

Flora Tristan

França

Feminista e socialista, uniu as lutas das mulheres e da classe trabalhadora. Escreveu "A União Operária" e "A Emancipação da Mulher"

1843 - 1846



TENDÊNCIAS EXPLICATIVAS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE GÊNERO, SEXUALIDADE E CORPO

O termo foi introduzido originalmente pelo psicanalista norte-americano Robert Stoller em 1963, com o intuito de distinguir a natureza da cultura. Enquanto o "sexo" referia-se aos componentes biológicos (genes, hormônios e genitais), o "gênero" passava a designar a identidade construída socialmente. Na década de 1970, o movimento feminista de "segunda onda" incorporou e transformou essa categoria em uma ferramenta de luta política e análise teórica (Silva, 2022).

Autoras como Gayle Rubin (1975) aprofundaram essa distinção ao formular o "sistema de sexo/gênero", e Joan Scott (1995) definiu o gênero como um elemento constitutivo das relações sociais e uma forma primária de dar significado às relações de poder.



Para organizar o vasto campo dos estudos sobre o tema, a pesquisadora Berenice Bento (2006) propõe três tendências principais que explicam como o gênero, a sexualidade e o corpo se relacionam na nossa sociedade:

1º

Tendência universal,
que enfatiza a sujeição
histórica das mulheres
como um traço comum
das sociedades
patriarcais

2º

Tendência Relacional,
que analisa como os
gêneros se constituem
mutuamente nas
relações sociais

3º

Tendência Plural,
valoriza as múltiplas
formas de expressão
de gênero e
sexualidade, dando
ênfase às
subjetividades e à
diversidade

GÊNERO E DIVERSIDADE HUMANA



Ao integrar essas visões, compreendemos o gênero dentro do que se denomina movimento histórico dos feminismos. Essa abordagem nos permite ver que o gênero não é algo "natural", mas uma construção histórico-social e cultural, moldada pelas trajetórias de lutas contra a opressão em diferentes momentos da história.

Sob a perspectiva da autora **Santos (2019)**, a diversidade não deve ser entendida apenas como um conjunto limitado de etiquetas, mas como um **elemento intrínseco e fundamental da existência humana**. Embora a diversidade inclua, de fato, as relações sociais de sexo/gênero, étnico-raciais e de identidade, ela "**vai além**" dessas expressões particulares.

Portanto, não podemos reduzir a diversidade a meros "**recortes**" ou "**marcadores sociais**". A concepção fundamental é que todos os indivíduos são sociais, históricos e diversos em sua essência. O gênero, em toda a sua pluralidade, é uma das **dimensões politicamente estruturantes** da nossa existência, mas ele só ganha pleno sentido quando analisado sob uma **perspectiva de totalidade**.

Defendemos que pensar a diversidade dessa forma é essencial para evitar que as lutas específicas (como as de gênero) sejam absorvidas por uma **análise fragmentada e de caráter politicista**. Para apreender a realidade em sua densidade histórica, é preciso ver o indivíduo como um **ser histórico e genérico**, cujas lutas contra a opressão estão profundamente ligadas às condições reais de sua existência social e ao desenvolvimento do gênero humano (Santos, 2019).



GUIA PARA INSTITUIÇÕES

Aplicando o Conceito de Gênero

Usando as Três Dimensões de Bento (2006) e a Perspectiva de Totalidade de Santos (2019)

EXEMPLOS PRÁTICOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO:



Saúde

Diferenciar o atendimento biológico (sexo) das necessidades sociais (gênero). Exemplo: Garantir o acesso à **saúde integral** para pessoas intersexo e trans, respeitando suas identidades e trajetórias específicas.



Educação

Combater a ideia de que existem "matérias de menino" ou "comportamento de menina". Desconstruir os **papéis sexuais** que limitam o desenvolvimento intelectual e social desde a infância.



Segurança Pública

Entender que a violência contra a mulher é fruto da **dominação masculina** e do patriarcado, exigindo protocolos que não revitimizem a mulher e que compreendam o "nó" entre raça e classe (ex: mulheres negras são as mais atingidas).



Justiça

Aplicar o direito considerando a **consustancialidade** entre classe, raça e gênero. Ex: Uma decisão judicial deve entender que a realidade de uma mãe trabalhadora informal é distinta de uma mulher em outra posição de classe.



Assistência Social

Reconhecer a classe trabalhadora em sua heterogeneidade na garantia de direitos. Desnaturalizar o papel de "cuidadora" imposto às mulheres, questionando a divisão sexual do trabalho que as sobrecarrega com tarefas domésticas e cuidados de dependentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o gênero de forma múltipla é essencial para a construção de políticas públicas efetivas, democráticas e socialmente justas, especialmente em âmbito estadual, onde as realidades locais são marcadas por diversidade social, cultural, econômica e territorial. Essa compreensão amplia a capacidade do Estado de responder às necessidades concretas das populações, considerando as múltiplas opressões e explorações que atravessam as experiências de gênero, como classe, raça/etnia, sexualidade, geração e deficiência.

Ao adotar uma abordagem plural do conceito de gênero, as políticas públicas deixam de tratar “as mulheres” ou “os sujeitos LGBTQIAPN+” como grupos homogêneos, e passam a reconhecer suas diferenças internas, seus contextos específicos de vulnerabilidade e resistência, e os diferentes modos como são impactados pelas desigualdades estruturais. Isso evita generalizações que podem invisibilizar grupos historicamente oprimidos, como mulheres negras, indígenas, trans, camponesas ou moradoras de periferia.

Além disso, uma leitura múltipla do gênero permite que o Estado vá além da lógica assistencialista ou reparadora, e caminhe para políticas públicas estruturantes e emancipatórias, que enfrentem as raízes das desigualdades de gênero. Isso implica, por exemplo, promover a participação popular, garantir o acesso à educação crítica sobre direitos, rever as estruturas institucionais que reproduzem opressões e construir dados e diagnósticos que capturem a complexidade dessas realidades.

Em suma, compreender o gênero de forma múltipla é reconhecer que não há justiça social sem justiça de gênero, e que esta só é possível quando o Estado constrói políticas públicas a partir de uma leitura crítica e situada da realidade social.

REFERÊNCIAS

A escritora mais importante da era colonial – e uma pioneira do feminismo – viveu em um convento. National Geographic Brasil, [S.l.], 10 nov. 2023. Disponível em: <https://sl1nk.com/tt35N>. Acesso em: 21 jun. 2025.

A história da guerreira que se tornou a primeira rainha da Nigéria. BBC Brasil, São Paulo, 26 jul. 2018. Disponível: <https://www.bbc.com/portuguese/44975101>. Acesso em: 21 jun. 2025.

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CISNE, Mirla; SANTOS, S. Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.

MORAES, Lygia Quartim de. Mary Wollstonecraft e o nascimento do feminismo. Boitempo, São Paulo, 27 abr. 2025. Disponível em: <https://l1nq.com/ARZax>. Acesso em: 21 jun. 2025.

OLYMPE de Gouges, a revolucionária francesa morta na guilhotina por defender os direitos de todos. BBC Brasil, São Paulo, 23 jul. 2022. Disponível: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-62210363>. Acesso em: 21 jun. 2025.

RUBIN, Gayle. The traffic in women: Notes on the "political economy" of sex. 1975.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Luta de classes e a questão da diversidade humana: debate atual e perspectivas político-teóricas. Revista Trabalho Necessário, v. 17, n. 32, p. 1-25, Jan./Abr. 2019.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Vol. 20 (2), jul/dez. 1995.

SILVA, Poliana Machado Gomes Da. Notas sobre gênero nas trilhas históricas feministas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 17, 2022. Anais eletrônicos. Disponível em: <https://cbas.silvaebrisch.com.br/anais/2022/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

VEIGA, Edison. A escritora que foi pioneira do feminismo em plena Idade Média. BBC Brasil, São Paulo, 08 jan. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cz9xvvvn140o>. Acesso em: 21 jun. 2025.

VENTURA, Dalia. Flora Tristán: a vida extraordinária da sindicalista feminista que inspirou até Karl Marx. BBC Brasil, São Paulo, 12 nov. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-63614378>. Acesso em: 21 jun. 2025.

Apoio:

